

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**O NEGRO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO:**  
**UM ESTUDO SOBRE FLORESTAN FERNANDES E GILBERTO FREYRE**

Bárbara Moreira Alves de Araújo

Montes Claros/MG

2006

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**O NEGRO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO:**  
**UM ESTUDO SOBRE FLORESTAN FERNANDES E GILBERTO FREYRE**

Bárbara Moreira Alves de Araújo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora constituída, em 31 de julho de 2006, pelos professores:

---

Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos - Unimontes

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Helcimara de Souza Telles - UCSAL

---

Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa - Unimontes

Montes Claros/MG

2006

i

Araújo, Bárbara Moreira Alves de.  
A658n O negro no pensamento social brasileiro : um estudo  
sobre Florestan Fernandes e Gilberto Freyre / Bárbara  
Moreira Alves de Araújo. – 2006.  
vii, 159 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Montes Claros -  
UNIMONTES, 2006.

Orientação: Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos

1. Relações raciais – Brasil. 2. Negro – Sociedade – Brasil. 3. Raça. 4.  
Negro – Dominação – Brasil. 5. Negro – Pensamento social – Brasil. I.  
Santos, Gilmar Ribeiro dos. II. Universidade Estadual de Montes Claros  
- UNIMONTES. III. Título.

CDD – 305.896081

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Silvana Souto Lunardi CRB6-1751

Para os meus pais, Eliezer Gomes de Araújo e Maria Aparecida Alves Ferreira. Pessoas que deram-me a vida e que muita saudade deixaram ao partir. Que estejam eternamente na luz do Criador.

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas pessoas e muitas energias contribuíram para a realização deste trabalho. De modo geral, agradeço de forma sincera a todas que, direta ou indiretamente, colaboraram, com a ajuda, o carinho e o respeito para a construção efetiva desta dissertação. A seguir nomearei algumas que, em muito, contribuíram durante o mestrado, as quais sou muito grata.

Em primeiro lugar, agradeço a Oxalá, Oxum, Obaluayê e a todos os sagrados orixás pela vida que proporcionam-nos, pela volta da relação com o divino, e pelas alegrias decorrentes deste processo.

Agradeço às forças da umbanda e da quimbanda, que através do trabalho sério, viabiliza o encontro do humano com o sagrado, possibilitando abertura dos caminhos para os empreendimentos.

Agradeço a todas as entidades espirituais que auxiliaram diante das crises. Especialmente, agradeço ao preto velho Pai Zeferino pelas bênçãos recebidas e pelos alívios das dores. Agradeço também ao preto velho quimbandeiro Nhô Chico, que tantas vezes aliviou-me o espírito aflito, irradiando energias positivas e abrindo os caminhos para a restauração do meu equilíbrio. Agradeço às minhas entidades que vieram no momento em que precisei de auxílio.

Agradeço aos Camaradas e Moças da Encruzilhada e da Favela, pela companhia, proteção, e abertura dos caminhos, também, por segurarem a terra quando a dor parecia insuportável.

Agradeço a minha doce Mãe Fia e ao Meu Pai Pereira da Tenda de Umbanda Mamãe Oxum pelo acolhimento, carinho e cuidado diante dos sofrimentos, também, pelas alegrias em sua casa.

Agradeço ao meu irmão e as minhas irmãs pelo convívio familiar e pelos cuidados, especialmente nos momentos de solidão.

Agradeço à Dr. Wender Fernandes Teixeira pelo acompanhamento durante o processo do mestrado, também cuidando para a manutenção do meu equilíbrio.

Agradeço a todos os professores e as professoras do mestrado em Desenvolvimento social pelo conhecimento adquirido, bem como o carinho dos colegas e das colegas. De modo especial, agradeço ao Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa, por em suas aulas haver o encontro do conhecimento com a espontaneidade, inteligência e paixão e, à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciene Rodrigues, pela combinação de conhecimento e simplicidade.

Agradeço aos colegas e às colegas da E. E. Felício Pereira de Araújo pelo carinho durante todo o processo do mestrado.

Aos amigos e às amigas que sempre incentivaram-me a continuar.

E, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos, por ter aceitado-me como orientanda em um momento tão delicado em minha vida.

O carinho de todos foi o principal ingrediente que incentivou-me a continuar.

## Epígrafe

Deus vos salve, rainha sabedoria,  
junto com a tua irmã, a pura  
simplicidade.

*São Francisco de Assis*

## RESUMO

Este trabalho é fruto de estudos teóricos sobre as relações raciais no Brasil e de modo específico, da análise sobre o lugar do negro no pensamento social brasileiro. O enfoque variado em que o negro é visto dentro do país desde o seu ingresso, e em relação com o segmento racial branco, por autores como Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, representantes de paradigmas díspares, respectivamente, o culturalista e o estruturalista, conduz para uma abordagem sistemática de revisão bibliográfica de suas teorias. Por um lado, Gilberto Freyre demonstrou como o negro deu sua contribuição efetiva para a formação da família, logo, da sociedade brasileira, no período da escravidão. Embora o negro ocupou um lugar de subordinação compulsória dado a sua condição de escravo, interagiu dentro do Brasil, deixando seus traços juntamente com as outras raças. Por outro lado, Florestan Fernandes, ao analisar o ingresso do negro na sociedade de classes, com a desagregação do período escravocrata, demonstrou que o negro continuou a ocupar um lugar de dominado no âmbito das relações raciais, persistindo a marginalização em um sistema que se dizia aberto e democrático. Portanto, esta dissertação articula conceitos como raça, negro, sociedade, lugar e dominação, dentro do pensamento social brasileiro, bem como a preocupação com a nação a partir do ângulo das relações raciais, na busca por uma posição ocupada pelo negro no pensamento social dos autores citados.

**Palavras Chaves:** Raça – Negro – Nação – Lugar – Dominação



## **ABSTRACT**

This work is the final result of theoretical studies about race relationships in Brazil and in a specific way about the analysis of the place of black people in the Brazilian social thinking. The varied focus where the black people are seen inside the country since his arrival, and their position related with the white racial segment, by authors like Gilberto Freyre and Florestan Fernandes, agents of disparate paradigms, respectively, the culturalist and the structuralist, leads to one systematic approach of bibliographic review of their theories. For one side, Gilberto Freyre had shown how the black people gave their effective contribution to the formation of the slavery period. Although the black people stood in a place of compulsory subordination, due to their slavery position, interacted inside Brazil, leaving their traces along with the other races. On the other hand, Florestan Fernandes, analyzing the black people ingress on the society of classes with the disaggregation of slavery period, showed that the black people ingress on the society of classes with the disaggregation of slavery period, showed that the black people kept the position of dominated in the social relationship ambit. And their marginalization persisted on a system that was considered open and democratic. So, this dissertation articulates concepts as race, black people, society, place and domination, inside the Brazilian social thinking, as well as the worry with the nation from the angle of racial relationships, in a search for a position occupied by black people on the social thinking of the cited authors.

**Keywords:** Race – Black People – Nation – Place – Domination

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>CAPÍTULO I</b>	
O NEGRO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE GILBERTO FREYRE – SÍNTESE	26
1.1 Negro e trabalho	31
1.2 Importância do negro, contribuições para a formação brasileira e outras influências	34
1.3 Relações raciais no Brasil: repressão e “doçura” no tratamento dos escravos	40
1.4 Movimento de revolta do negro contra a opressão	49
1.5 Raça e cultura em Gilberto Freyre	50
1.6 Relações raciais: mestiçagem	52
<b>CAPÍTULO II</b>	
O NEGRO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE FLORESTAN FERNANDES – SÍNTESE	57
2.1 O lugar do negro na sociedade de classes	61
2.2 O “preconceito de cor”	76
2.3 Os movimentos reivindicatórios	80
<b>CAPÍTULO III</b>	
ANÁLISE DO PENSAMENTO DE GILBERTO FREIRE E FLORESTAN FERNANDES NO QUE SE REFERE À QUESTÃO DO NEGRO	92
3.1 Gilberto Freyre	92
3.2 Florestan Fernandes	109
<b>CAPÍTULO IV</b>	
O LUGAR DO NEGRO, RAÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE GILBERTO FREYRE E FLORESTAN FERNANDES	125
4.1 O lugar do negro: comparação entre Freyre e Fernandes	125
4.2 O lugar do negro no pensamento social de Freyre e Fernandes, raça, e, Desenvolvimento Social	138
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	149
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	156

## INTRODUÇÃO

Analisar as relações raciais é um dos objetivos deste trabalho. Os diversos itens que compõem o tema tornou-o uma problemática que necessitou de estudos sistemáticos para o seu respectivo desenvolvimento e manutenção de coerência interna. Esta dissertação discute as relações raciais a partir da perspectiva do lugar do negro no âmbito do pensamento social brasileiro. E, tendo em vista a necessidade de delimitar o tema, estudamos o lugar do negro no pensamento social brasileiro de acordo com Gilberto Freyre, através de sua obra “Casa Grande e Senzala”, 2004; também, através dos estudos de Florestan Fernandes, em seu trabalho “A integração do negro na sociedade de classes”, 1978.

O problema de pesquisa que norteou este estudo refere-se à situação do estrato racial negro dentro da produção sociológica de modo geral e, de modo particular, responde à questão sobre qual é o lugar do negro no pensamento social brasileiro de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes. Este é o problema que norteia toda a dissertação.

A pesquisa é pertinente na medida em que estes sociólogos abordaram em seus estudos a posição ocupada pelo negro dentro da nação brasileira, bem como as respectivas relações estabelecidas com as demais raças. Também, por ambos pesquisadores representarem dois paradigmas da análise das relações raciais no país, respectivamente, o culturalismo e o estruturalismo, são duas análises diferentes sobre um mesmo tema.

A partir de estudos realizados, a revisão teórica proposta aqui pretende ressaltar a contribuição desses dois autores para o entendimento da problemática racial, assim como analisar possíveis convergências e/ou divergências entre ambos, colaborando, desta forma, para o entendimento presente da teoria produzida sobre o assunto.

Retomando os objetivos desta dissertação, podemos expor que o objetivo geral foi a necessidade de verificar o lugar ocupado pela população negra no pensamento social

brasileiro de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes. E como objetivos específicos, estabelecemos na construção do projeto deste trabalho: teorizar acerca do conceito de raça; discutir os conceitos de raça e cor; analisar o pensamento social de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes no que se refere a questão do negro; refletir sobre os principais conceitos abordados por Gilberto Freyre e Florestan Fernandes no estudo das relações raciais; refletir sobre as implicações das abordagens do culturalismo e do estruturalismo na análise das interações entre as raças, pesquisar em que medida a discriminação racial e o preconceito influenciaram ou não a redução da competitividade em termos de ocupação social entre os grupos raciais e verificar convergências e divergências entre os autores citados.

A dissertação foi desenvolvida por meio de revisão teórica das obras “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre e “A integração do negro na sociedade de classes”, de Florestan Fernandes, como citado anteriormente, assim como de outros autores que contribuíram para o entendimento do problema proposto. Portanto, este trabalho consiste basicamente de pesquisa bibliográfica.

Pensando a construção de hipóteses sobre a problemática acima, supomos, no primeiro momento, as seguintes possíveis respostas ao problema de pesquisa: inicialmente, que a população negra ocupou um lugar subordinado dentro das relações raciais e sociais, e que, estas relações estão em constante interação tanto no pensamento de Gilberto Freyre, como nas reflexões de Florestan Fernandes. Em outro momento, supomos que, embora pertencentes a tendências teóricas diferentes, o culturalismo e o estruturalismo, ambos os autores convergiam no que se refere à dominação de um estrato racial sobre o outro. Na terceira hipótese, consideramos a existência de divergências entre os autores, no que se refere ao tratamento do elemento mestiço dentro das relações raciais e sociais. Também, como quarta hipótese, supomos que no cruzamento das relações raciais com a situação social, havia a possibilidade de encontrar elementos de preconceito e discriminação entre as raças no

pensamento de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes. Por último, supomos que os elementos de preconceito e de discriminação racial contribuíam para a redução da competitividade em termos de ocupação social do grupo racial dominado pelo estrato racial dominante e que esta situação era passível de ser comprovada na obra dos autores citados.

Contextualizando o tema e dado o debate sobre o conceito de raça e suas implicações, vamos encontrar do ponto de vista histórico, entre os séculos XIX e XX, vários pesquisadores e várias teorias buscando explicar as relações raciais no Brasil. Dentre os conhecimentos elaborados, houve as teorias racistas do final do século XIX e início do século XX. Houve também as teorias que postulavam a miscigenação como elemento de democracia racial no Brasil. Ainda, a teoria estruturalista na explicação das relações raciais, e, mais recentemente, as teorias que visam às políticas públicas ou ações positivas para os estratos raciais historicamente subordinados a outro. No primeiro momento, segundo Valente (1994), tivemos o “discurso científico determinista”, construído por europeus e que disseminavam a suposta “inferioridade da raça negra”. Dentre os seus argumentos, as teorias racistas do final do século XIX e início do século XX propunham a necessidade de branqueamento da população brasileira, pois somente assim o país teria progresso e desenvolvimento. A idéia consistia em um Brasil “branco”, compreendido no período, como sinônimo de país “civilizado” e “progressista”.<sup>1</sup> De acordo com Araújo (1994), as teorias racistas do final do século XIX e início do século XX podem ser classificadas em três vertentes. A primeira parte da premissa de que o encontro de raças produzido no Brasil, ou seja, a miscigenação conduziria a “inviabilidade do país”, comprometendo assim o desenvolvimento de uma civilização, haja vista que o cruzamento provocaria a “esterilidade, senão biológica, certamente cultural” (cf. Araújo, 1994,p. 27). A outra vertente, também partindo da idéia da

---

<sup>1</sup> Como não é o objetivo deste trabalho discutir as teorias racistas deste período, é possível aprofundar este tema em Valente, 1994; Skidmore, 1976; e Telles, 2003.

mestiçagem, defendia, segundo Araújo (1994), o extermínio da questão racial no Brasil e como efeito a entrada no caminho do progresso a partir do “branqueamento” da população em cerca de “três gerações ou mais ou menos 100 anos”. Por conseguinte, a “herança negra estaria definitivamente erradicada do Brasil”, (cf. Araújo, 1994, p. 27). Nessas duas tendências, há a predominância da orientação ideológica do estrato racial branco na caracterização das relações raciais. Finalmente, encontramos a defesa da mestiçagem, não mais como problema, mas sim, como solução das interações entre os grupos. Portanto, levando-se em conta a idéia de raça separada da idéia de cultura e “valorizando em pé de igualdade as contribuições do negro, do português e (...) do índio” (Araújo, 1994, p. 28), Freyre analisou a mistura das raças como um aspecto positivo para o desenvolvimento de uma “identidade nacional” da nação brasileira.

A partir da década de 20 e 30 do século XX, o negro passou a ser visto de outra maneira no Brasil. A colaboração do estrato racial negro na construção da cultura e da “nacionalidade brasileira” começou a ser valorizada e obter atenção de autores como, por exemplo, Gilberto Freyre. Esse autor, de acordo com seus trabalhos, analisou a maneira como negros, índios e brancos contribuíram para a formação da sociedade brasileira, uma sociedade multirracial, de acordo com a sua visão. Representando o paradigma culturalista e defendendo a miscigenação, Freyre tornou uma das referências obrigatórias para o estudo das relações raciais no país.

A partir da década de 50 do século XX, o enfoque sobre a questão do relacionamento entre as raças passou a ser sob a perspectiva social, e não somente biológica, conforme Valente (1994). Temos neste período as análises estruturalistas, cujo maior representante é Florestan Fernandes, sociólogo que buscou demonstrar a realidade racial do país mediante pesquisas efetivadas com a população de São Paulo.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Ver o segundo capítulo desta dissertação, e, também, Telles, 2003.

Como é possível perceber, segundo os autores acima, os discursos sobre as relações raciais no Brasil já assumiram pontos bastante divergentes, de acordo com o ângulo estudado.

Procuramos trabalhar com alguns conceitos principais nesta dissertação, sendo que o primeiro a ser esclarecido é a noção de negro, ou seja, como definir quem é negro e quem não é: uma questão a ser refletida. De acordo com os estudos de Guimarães (2003), podemos utilizar este conceito no seu sentido político, forjado pela busca de movimentos reivindicatórios, como o Movimento Negro Unificado<sup>3</sup>, de incorporar os descendentes de africanos na nação brasileira. E para esta incorporação houve a necessidade da construção de uma identidade coletiva. Portanto, o vocábulo negro, como conceito que aborda todos os descendentes de africanos, é adotado neste texto, por considerá-lo pertinente aos estudos das relações entre raças distintas que ocorreram no Brasil. Quanto ao contexto específico do pensamento social em análise, os conceitos serão discutidos e empregados de acordo com a concepção do sociólogo que os utilizaram.

Outro conceito relevante a ser esclarecido, refere-se à noção de raça. Devido às teorias racistas, esse vocábulo foi permeado de cunho pejorativo, pois a classificação racial, serviu, neste período, para afirmar a superioridade do grupo racial branco sobre todos os demais. Foram os movimentos sociais negros que resgataram esse termo para definir os diferentes grupos que fizeram o país e, assim, também, resgatar a contribuição da raça negra na formação do Brasil. A crítica que se faz a este modelo analítico é a de racialização da sociedade, mas, do ponto que partimos, este conceito se torna a alternativa mais indicada para explicar os segmentos diferentes que aqui se encontraram bem como as desigualdades impostas a partir das diferenças.

---

<sup>3</sup> Ver Cardoso (2002), Barbosa (1998), Fernandes (1978), Bastide e Fernandes (1971) e Guimarães (2003).

De acordo com Guimarães (2003), raça é um “conceito analítico nominalista”, dentro da literatura sociológica, no significado “(...) de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social”, (Guimarães, 2003, p. 104). Neste trabalho, trata-se de orientar, ordenar e apreender o denso estudo de Freyre e Fernandes, chegando a uma conclusão sobre o lugar do negro em seus pensamentos.

Outra questão que Guimarães (2003) esclareceu em seu artigo e que nos auxiliará nesta dissertação refere-se à separação entre cor e raça. A noção de cor é um conceito nativo, segundo Guimarães (2003), “(...) usado para classificar pessoas nas mais diversas sociedades” (Guimarães, 2003, p. 98). Mas, na realidade, segundo este autor, ao trabalhar com a categoria cor, estamos trabalhando com uma “categoria racial”, pois quando nos referimos a cor de uma pessoa, é a “(...) idéia de raça que orienta essa forma de classificação”, (Guimarães, 2003, p. 103-104).

Para o entendimento do encontro das raças no Brasil encontramos, de acordo com Freyre e Fernandes, como preocupação de fundo, a explicação sobre o funcionamento da sociedade brasileira. E, esta sociedade também organizada como nação. De acordo com Guimarães (2003), nação é um conceito que designa “(...) raças [que] passam a reivindicar um destino político comum, quando formam uma comunidade de origem e de destino(...)”, (Guimarães, 2003, p. 97). Neste sentido, quando estudamos o Brasil, estamos falando de uma nação. Analisamos como os grupos que a originaram e que reivindicaram um destino de igualdade e respeito às diferenças travaram relações de desigualdade. E isso, de acordo com a perspectiva do lugar do negro no pensamento social de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes, haja vista, este ter sido um dos grupos mais prejudicados nas interações raciais.

Segundo Ianni<sup>4</sup>, tanto a raça, como o racismo e o preconceito racial são conseqüências das relações entre pessoas de camadas ou grupos, que se vêm e agem como

---

<sup>4</sup> Ver Ianni, 1987, p. 07.



diferentes, transformando essa diferença em desigualdade. Portanto, há uma necessidade de analisar o Brasil como portador de multiplicidade e, para isso, também é necessário suprimir as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais que se mascaram sob o rótulo de diversidades raciais, mas que, ao mesmo tempo, não respeitam as diversidades entre as raças.

Posto isso, a questão a ser considerada é se há desigualdade racial ou não no Brasil, ou, se somente, desigualdades de outros tipos. Mas, quando as desigualdades de outros gêneros ocorrem entre grupos raciais diferentes, e um grupo ocupa o lugar de dominante e os outros de subordinados, então temos a caracterização da desigualdade entre raças, daí o preconceito e o racismo.

De acordo com Ianni (1987),<sup>5</sup> a instabilidade de informações sobre a população negra no Censo<sup>6</sup>, por exemplo, reflete a ideologia racial do branco. Segundo esse autor, após a abolição da escravatura, as informações sobre raças no país variaram da seguinte forma: de 1900 a 1920, não houve perguntas sobre a cor das pessoas no Censo demográfico. No recenseamento de 1940, 1950 e 1960, os dados sobre cor foram incluídos mas não foram tabulados. Em 1970, não houve a inclusão de informações sobre a cor das pessoas no Censo. E, em 1980, foi que o país voltou a incluir os dados sobre a cor da população no recenseamento. Essa variação de diagnóstico da população no que se refere ao pertencimento a grupos raciais, tal qual Ianni (1987), é uma forma do grupo dominante, branco, de negar ou negligenciar a realidade e representou a orientação ideológica deste estrato racial.

Vários fatores permitem comprovar a afirmação acima. Conforme o próprio Ianni (1987), em primeiro lugar, abolir as informações do recenseamento significou suprimir os fatos no que se refere à situação racial dentro do contexto brasileiro. De modo que:

---

<sup>5</sup> Ver Ianni, 1987, p.110.

<sup>6</sup> O censo é uma pesquisa realizada pelo governo brasileiro com o objetivo de levantar as características básicas da população.

“(...) o branco, o amarelo, o mulato, o negro, o índio, o cafuzo (mestiço de negro e índio) e o mameluco (mestiço de índio e branco) podem considerar-se iguais. Isso quem diz é o branco, que em geral está na posição política, econômica ou acadêmica para instituir verdades de ocasião”. (Ianni, 1987, p. 111).

Segundo este mesmo autor, o negro e o mulato são presenças cotidianas, que não podem ser suprimidas. Embora as informações não foram incluídas em alguns Censos, ou não foram tabuladas em outros, não se pode negar a presença destes segmentos na sociedade brasileira. Também, as pessoas responsáveis pelas decisões de adotar ou não as informações sobre a exposição de dados, de acordo com Ianni (1987), no que se refere ao quesito cor, foram pessoas do segmento racial branco. Para esse sociólogo, os problemas de preconceito, discriminação racial e segregação social não são problemas fáceis de serem resolvidos, sendo que essas situações, principalmente, no que diz respeito ao negro e ao mulato, não estavam incluídas “(...) no horizonte da contabilidade de custos e lucros em que normalmente se coloca o branco das classes dominantes”, (Ianni, 1987, p. 111).

Outro estímulo que orientou a nossa pesquisa foi que, de acordo com os dados do Anuário Estatístico do Brasil de 1992,<sup>7</sup> 55% da população brasileira designou-se como “branca”; sendo “pardos”, 39%; negros declarados, 5%; e, 1% não declarou a sua cor. No Censo seguinte, ou seja, o Censo demográfico de 2000, temos as seguintes informações: 53,74% da população denominou-se branca; 6, 21%, preta; 38,45% como parda.<sup>8</sup> Portanto, com esta diversidade, surgiu a questão sobre as relações raciais, as características destas relações e a posição dos afro-brasileiros dentro deste contexto, de acordo com as teorias de quem ousou interpretar, ordenar e explicar a realidade racial brasileira no tempo e espaço. Diante dessas informações sobre a população brasileira, procuramos analisar o lugar do negro

---

<sup>7</sup> Este Anuário é divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme Valente (1994), p. 68.

<sup>8</sup> Conforme informações do IBGE, censo demográfico de 2000. Temos ainda a população que se denominou como amarela, 0,45%; indígena, 0,43% e sem declaração, 0,71%.

no pensamento social brasileiro, haja vista que, ao somar a população parda com a preta, temos um número considerável de descendentes de africanos no país. Dado a limitação de tempo e a amplitude do problema, urgiu-nos a necessidade de delimitar o tema a ser investigado. E, para essa tarefa, antes foi necessário a discussão dos principais aspectos abordados neste trabalho.

De acordo com Ianni (1987), na análise das relações entre as raças, a conveniência do segmento racial branco, uma vez que encontrava-se em posição dominante na sociedade, que o grupo racial negro e mulato não tivessem conhecimento de “(...) quantos são, onde se acham, como vivem e de que forma participam da renda, da cultura e das decisões”, (Ianni, 1987, 111), o que propiciou a manutenção da estrutura racial da sociedade. Ele afirma, ainda, que para o estrato branco, a idéia de que o negro conhecia o seu lugar, e este lugar era o de segmento racial subordinado no âmbito brasileiro, também contribuiu para a preservação da estrutura racial herdada do passado escravocrata no modo de produção capitalista, ponto que será aprofundado, principalmente, com o sociólogo Florestan Fernandes. E o desconhecimento da realidade racial do país foi tão defendido por ações e atitudes, que é possível constatar, não somente, na ausência de dados dos recenseamentos, ou a não tabulação das informações, como também em medidas tomadas após a abolição:

“Em decreto de 14 de dezembro de 1890, assinado por Rui Barbosa, que na ocasião era Ministro da Fazenda, e na Circular nº 29, de 13 de maio de 1891, o governo manda que se queime a documentação relativa à escravatura no Brasil. Tratava-se de apagar da memória histórica das gentes a funesta instituição”. (Ianni, 1987, p. 112).

A justificativa desse decreto era que com essas ações, os segmentos dominantes buscavam atribuir cidadania aos ex-escravos, negros e mulatos. Através dessa medida

simples, a ideologia liberal dos “donos do poder” encontraram a solução: “queimam-se os documentos para abolir os fatos”. (Ianni, 1987, p. 112). Portanto:

“O negro e o mulato precisam organizar os fatos reais e imaginários de sua situação social, a fim de compreenderem como e por que os fatos são escassos, repartidos ou inexistentes: o preconceito e a discriminação são mesclados com a atitude e o comportamento benevolentes, mas superiores; a sua existência cotidiana implica uma espécie de ruptura repetida, contínua e esquizofrênica do seu eu; quais são as técnicas sociais, ideológicas e reais que por antecipação garantem a supremacia psicológica do branco; qual é a relação da condição operária em sentido lato, com a condição do negro e do mulato; por que o operário branco rechaça o negro e o mulato na cooperação, na competição e na divisão social do trabalho; por que a umbanda é uma religião de negros; por que o mulato do escritório, do balcão de uma loja, ou de uma mesa de repartição pública trata o mulato e o negro operários como se fora um branco”. (Ianni, 1987, p. 115).

Logo, observamos com este autor a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre as relações raciais, para melhor compreender a posição do branco em relação ao negro, mas também o comportamento do negro diante do contexto em que se viu integrado desde sua vinda para o Brasil.

Por outro ângulo, podemos ainda perceber neste autor que a idéia de “(...) raça, cultura e política relacionam-se às determinações econômicas” (Ianni, 1987, p. 311). Porém, é relevante compreender que as primeiras não são restritas às últimas, todas estão constantemente vinculadas. Logo, aos que defendem somente as desigualdades do ponto de vista econômico, limitam suas análises sem compreender o complexo que é a nação brasileira a partir da ótica racial.

Vale lembrar ainda que as variações entre grupos raciais e étnicos muitas vezes utilizadas como justificativa ideológica para a desigualdade racial, social, cultural, econômica,

ou, para a permanência de situações de dominação e subordinação, estão subjacentes às ideologias dos grupos privilegiados de uma sociedade. Portanto:

“Em síntese, a discriminação, as barreiras, os estereótipos organizados em ideologias raciais, operam como componentes ativos recorrentes num sistema societário que, de conformidade com a estrutura de dominação vigente, deve ser preservado. Muitas vezes, as distinções entre grupos que se definem como racialmente diversos e desiguais exprimem, em geral de modo mistificado, relações reais de dominação – subordinação”. (Ianni, 1987, p. 337).

Assim sendo, a questão do problema racial, segundo Ianni (1987), é uma possibilidade eficiente para a análise da “(...) formação do povo, da metamorfose das raças e mestiços em povo. O passado e o presente estão nessa história”, (Ianni, 1987, p. 345). E que, a população brasileira deve ser compreendida como uma “pluralidade de raças e mesclas” e o povo, como “uma coletividade de cidadãos”.<sup>9</sup> O desafio é apreender as múltiplas faces de um todo, sem esvaziar as singularidades em categorias generalizantes.

Outros autores que irão estudar as relações raciais no Brasil são Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva.<sup>10</sup> Segundo Guimarães (2003), esses autores ao analisarem os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, defenderam que “as desigualdades econômicas e sociais entre brancos e negros”, não são possíveis de serem esclarecidas a partir da herança do passado escravocrata e nem do pertencimento destes grupos a classes sociais distintas, mas sim, “(...) que tais desigualdades resultam inequivocamente de diferenças de oportunidades de vida e de formas de tratamento peculiares a esses grupos raciais”, (cf. Guimarães, 2003, p. 103). Embora esses autores auxiliem na explicação do porquê do estrato racial negro estar marginalizado dentro da sociedade brasileira, eles cometem equívocos ao

---

<sup>9</sup> Ver Ianni, 1987, p. 347-348.

<sup>10</sup> Conforme Guimarães, 2003, p. 102.

desconsiderar a questão histórica, onde tudo teve um início, ponto que tanto Freyre como Fernandes abordam de acordo com suas orientações ideológicas sobre as relações raciais.

Comentando diretamente os autores que foram pesquisados nesta dissertação, observamos, no decorrer do trabalho, que quando nos referimos a nação brasileira, tanto Gilberto Freyre como Florestan Fernandes desenvolveram estudos sobre as relações raciais a partir desse contexto. Dessa forma, Gilberto Freyre analisou o encontro de raças no Brasil a partir de estudos da formação da família brasileira, de sua vida íntima, resgatando a contribuição dos três principais segmentos raciais que compuseram o país, a saber, o índio, o negro e o branco. Em sua obra, vamos perceber que somos uma nação constituída com a escravidão, e a escravidão que se formou aqui não foi “(...) uma escravidão generalizada de todos os povos, mas somente daqueles localizados numa determinada parte do continente africano”, (Guimarães, 2003, p. 99).

Em seus estudos, Freyre (2004) enfatizou a idéia de antagonismo equilibrado, visto que ele defendeu a idéia de harmonia no encontro dos grupos raciais. As diferenças, em seu trabalho, foram solucionadas dentro do próprio ambiente, sem grandes conflitos. Mas, embora defendendo a posição da influência mútua entre brancos, negros e índios, o referido autor nos mostrou também os excessos, como, por exemplo, a violência do estrato racial dominante contra os subordinados. É relevante observar que este tipo de excesso, como a violência, não chegou a caracterizar relações autoritárias em seu pensamento, pois Freyre (2004), ao defender o equilíbrio das oposições entre as raças que formaram o Brasil, trabalhou com a idéia de democracia racial entre os grupos, embora cada um tendo a sua posição, o seu lugar na sociedade patriarcal brasileira. No caso do negro, em sua obra “Casa Grande e Senzala”, 2004, o lugar principal foi o de escravo, subordinado ao senhor, considerado branco.

Dessa maneira, Freyre (2004) destacou também as identidades dos povos africanos que vieram para o Brasil escravizados. Povos, no plural, porque ele refutou a idéia de uma identidade imposta de modo linear aos diferentes grupos raciais que para o país vieram trabalhar. Guimarães (2003) corroborou esta idéia de Freyre ao observar as diferentes regiões de onde saíram o negro, ressaltando que, as pessoas escravizadas e trazidas foram denominadas de “africanas” e “negras”, ou seja, suas identidades foram forjadas e atribuídas por uma “sociedade escravocrata brasileira”. Neste ambiente, o negro possuía “(...) um lugar e esse lugar era a escravidão”. Ponto que Gilberto Freyre demonstrou em sua obra.

Diante do seu extenso trabalho, Gilberto Freyre é fundamental nos estudos das relações raciais brasileiras, pois é neste sociólogo que iremos encontrar a melhor amostra de defesa do país a partir do encontro das raças e, conseqüentemente, da mestiçagem. O elemento mestiço no pensamento social de Freyre adquiriu um significado preciso. Ele simbolizou a concretização do equilíbrio entre os segmentos raciais, a principal demonstração da democracia racial e o aspecto relevante do progresso brasileiro. Símbolo de desenvolvimento social no país, o mestiço incorporou, também, a possibilidade concreta de viabilização de vida entre pessoas diferentes, entre alteridades.

Por outro lado, há muitas críticas ao pensamento de Gilberto Freyre. Mota (1994) expôs, por exemplo, do “traço pouco acadêmico” de Freyre, do seu ângulo “regional” de análise, embora defendendo a “validade” de suas análises para o plano nacional. Também, do fato de o autor de “Casa Grande e Senzala” expressar a visão de senhor de escravos, do uso de “mecanismos e artifícios para não ser localizável”, de sua desarticulação do mundo do trabalho, e, do fato de o livro dele não concluir.<sup>11</sup> Não é objetivo desta dissertação defender Freyre das críticas que a academia tem realizado no decorrer do tempo, porém, nenhuma

---

<sup>11</sup> Ver detalhes destas críticas em Mota (1994), p. 53-74.

destas críticas, segundo nossa concepção, inviabiliza o fato de o negro ocupar um lugar em seu pensamento.

O outro autor que esta dissertação buscou pesquisar, no que se refere ao lugar do negro no pensamento social brasileiro, é Florestan Fernandes, que, analisando a integração do negro a partir da desagregação do regime escravocrata e seu efetivo ingresso na sociedade de classes, procurou demonstrar que o negro não foi preparado para a vida neste novo sistema econômico, social, cultural e político. E, para Fernandes (1978), o padrão assimétrico que havia entre as raças continuou operando mesmo na nascente ordem social competitiva. Assim o elemento branco prosseguiu o seu mandonismo a partir de posições privilegiadas, de domínio, enquanto o elemento negro ocupou o lugar de subordinado e marginalizado dentro do sistema social. Segundo ele, o negro foi abandonado a própria sorte, tendo que competir entre si mesmo e com os imigrantes europeus que chegavam ao país para o trabalho livre.<sup>12</sup> Somando ao cenário de abandono do negro, após a “proteção” gerada pela escravidão, houve o “preconceito de cor” – categoria nativa que somava as atitudes discriminatórias às ações racistas -, agindo contra ele na emergente esfera econômica, social, política, cultural e racial, em que esse grupo se viu posto, o sistema de classes aberto. Os problemas decorrentes da adequação do negro na sociedade de classes foram diversos: desajustamento da ordem social competitiva, desestruturação familiar, desemprego, preconceito e discriminação, alcoolismo e prostituição foram alguns dos problemas que Fernandes (1978) observou em seus estudos.

Mas, o referido autor operou com a idéia de um processo de democratização racial. Em sua obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, 1978, é possível visualizar a noção de que com o desenvolvimento da sociedade de classes, o negro seria integrado de modo mais adequado, com maior ajustamento ao sistema competitivo e ao

---

<sup>12</sup> Ver Kowarick, 1994, p. 80-100.



trabalho, havendo, assim, menos “preconceito de cor” e maior inclusão deste estrato racial dentro do nosso país.

Embora Gilberto Freyre e Florestan Fernandes trabalharam em contextos espaciais e históricos diferentes, ambos analisaram as relações raciais dentro da nação brasileira, e tem subjacente aos seus pensamentos a preocupação com esta nação a partir do encontro racial que se forjou aqui e a continuidade desta relação entre as diferentes raças. Ambos, a partir de enfoques diferentes, expressaram a preocupação com a integração do negro na sociedade brasileira e valorizaram a participação dos descendentes de africanos para a construção do país. Portanto, são relevantes para a compreensão do lugar do negro no pensamento social brasileiro.

Uma questão importante que pode despertar a atenção dos leitores desta dissertação trata-se do questionamento sobre o porquê da escolha destes dois autores para a análise das relações raciais no Brasil. A resposta é simples: como vimos, anteriormente, no estudo do tema, vamos encontrar quatro paradigmas. As teorias racistas do final do século XIX e início do século XX, o paradigma culturalista, de Freyre, o paradigma estruturalista, de Fernandes e a culminância atual de políticas públicas afirmativas ou simplesmente, ação afirmativa.<sup>13</sup> As teorias racistas eram meras justificativas ideológicas, pseudo-científicas, para a dominação de um grupo racial branco sobre outros, indígenas e negros.<sup>14</sup> E a ação afirmativa é consequência de um debate anteriormente estabelecido. E esse debate surgiu, principalmente, com a teoria da miscigenação de Freyre e com os estudos estruturais de Fernandes. Daí a necessidade de compreender melhor estes dois sociólogos.

Desse modo, vamos encontrar, tanto em Freyre (2004) como em Fernandes (1978), a preocupação com o desenvolvimento brasileiro. A partir dos seus trabalhos, é possível analisar, também, a noção de desenvolvimento social. Podemos afirmar que para

---

<sup>13</sup> Ver Telles, 2003.

<sup>14</sup> Ver Skidmore, 1976.

Freyre o desenvolvimento social implicava a miscigenação, o antagonismo equilibrado e a democracia racial. Para Fernandes, a idéia de desenvolvimento social está incluída na integração efetiva dos grupos marginalizados, negros, na sociedade de classes e seus desdobramentos, como a democratização das relações raciais decorrentes dessa inclusão.

Portanto, a partir do trabalho proposto, temos, a seguir, o desenvolvimento da dissertação com a seguinte estrutura: no primeiro capítulo, temos a síntese da obra “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, demonstrando como ele via o negro a partir das relações íntimas e familiares com os outros estratos raciais. No capítulo seguinte, temos a síntese dos estudos de Florestan Fernandes a partir da análise da obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, no qual procuramos demonstrar a problemática das relações raciais a partir da questão do negro no pensamento social deste autor. No capítulo três, analisamos o pensamento de Freyre e Fernandes à luz dos estudos de outros autores. No capítulo quatro, estabelecemos a comparação entre estes sociólogos, destacando divergências e convergências, bem como suas concepções de desenvolvimento social, para, logo a seguir, apontarmos as considerações finais após as análises realizadas.

Diante disso, os estudos que se seguem são um convite ao pesquisador das relações raciais brasileiras para a compreensão de análises fecundas, complexas e relevantes de questionamentos sobre as características destas relações em um contexto de desenvolvimento social. Não há pretensão de esgotar o tema, somente, abordar os aspectos mais relevantes de acordo com o problema proposto.

## **CAPÍTULO 1**

### **O NEGRO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE GILBERTO FREYRE - SÍNTESE**

Verificar o lugar que o negro ocupa no pensamento social de Gilberto Freyre é o principal objetivo deste capítulo. Trabalho de complexa realização dado a extensa obra deste sociólogo. Porém, relevante, haja vista ser ele o representante do paradigma da miscigenação<sup>15</sup>.

Gilberto Freyre, de modo geral, escreveu sobre a formação da família brasileira dentro do regime de economia patriarcal, a partir de aspectos, muitas vezes, íntimos da vida cotidiana durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Ele escreveu também sobre os hábitos e os costumes deste período e, de modo particular, defendeu a contribuição de cada segmento racial para a construção do Brasil, com ênfase na ação civilizadora do português, em sua visão, registrando, ainda, a participação do elemento indígena e africano, bem como a relação que ocorreu entre os diferentes grupos. É através de estudos minuciosos que Freyre expôs sua análise culturalista. Seu ponto de partida foram as relações culturais entre as raças, onde ele explorou a relação entre os diversos segmentos que produziram o Brasil, a saber, o branco europeu, o índio - nativo que vivia neste ambiente - e o negro africano, bem como os

---

<sup>15</sup> Conforme Edward Telles, 2003.

descendentes de cada raça e seus cruzamentos. Neste trabalho, devido à necessidade de delimitação, a análise restringiu-se a situação do negro africano e seus descendentes no Brasil, dentro das relações com os demais segmentos. Para realizar a tarefa, foi analisada a obra “Casa Grande e Senzala”<sup>16</sup> do autor e outros materiais que auxiliaram em nosso intento.<sup>17</sup>

Para melhor compreensão, o texto que se segue terá a seguinte estrutura: exposição do problema, análise dos principais conceitos utilizados pelo autor, contextualização e demonstração da problemática analisada.

Posição, lugar, situação do negro e seus descendentes, dentro das relações raciais e/ou sociais com outros grupos, raças, desde à sua diáspora para o Brasil, têm sido objeto de análise de vários autores<sup>18</sup> e representado visões diferenciadas<sup>19</sup>. Em Gilberto Freyre, a tese defendida aqui é que o negro ocupa um lugar subordinado no plano das relações raciais, porém no principal período de análise do autor, ocupa também um lugar indispensável, o lugar de escravo, que significou a construção de todo um sistema de economia patriarcal. E, ainda, ao demonstrar sua relevância para a economia patriarcal, como escravo, Freyre elevou a importância do negro e sua influência na cultura material e moral do período analisado.

O que Gilberto Freyre denominou de sociedade patriarcal consistiu em uma rede de relações sociais e raciais complexas que possuía como centro o homem, branco<sup>20</sup>, senhor de terras, onde dominava a monocultura; senhor de escravos, a princípio índios, depois negros; senhor de mulheres, esposa e “concubinas”; senhor dos filhos. Ainda, senhor que se fazia obedecer, devido sua posição de mando; e senhor que era considerado a lei, em um universo onde os dois grupos predominantes eram os senhores de escravos e os escravos.

---

<sup>16</sup> Ver obra “Casa Grande e Senzala”, 2004.

<sup>17</sup> Como por exemplo, “Sobrados e Mucambos”, 2003, do mesmo autor.

<sup>18</sup> Ver Thomas E. Skidmore, 1976.

<sup>19</sup> Ver Thomas E. Skidmore, 1976.

<sup>20</sup> Embora muitas vezes mestiço, também, mas, reconhecido socialmente como branco, conforme Gilberto Freyre, 2003 e 2004.

Sob estudos de orientação do antropólogo Franz Boas, Freyre diferenciou o conceito de raça do conceito de cultura, o que lhe permitiu refutar as teorias racistas do final do século XIX e início do século XX<sup>21</sup>. Logo:

“Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família”. (Freyre, 2004, p.32).

Porém, ele limitou o conceito de raça no estudo das relações entre negros, brancos e índios, ao seu aspecto biológico, mesmo reconhecendo a relevância da cultura destes diferentes grupos raciais.

O conceito de negro em Gilberto Freyre divide-se em dois: negros africanos, nascidos na África e negros crioulos, nascidos no Brasil. Aos descendentes de africanos com outros segmentos raciais, o sociólogo os denominou de mestiços, que são os mulatos e os cafuzos. E, em sua obra, o aspecto da miscigenação é essencial, na medida em que significa, em seu pensamento, efetiva democratização social no Brasil. Portanto:

“A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos

---

<sup>21</sup> Ver Thomas Skidmore, 1976 e, Edward Telles, 2003.

senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos”<sup>22</sup>. (Freyre, 2004, p. 33).

O encontro das raças no Brasil é fundamental no pensamento de Freyre. Mas, embora reconhecendo as diferentes contribuições delas para a formação do país, o autor trabalha com conceitos de cultura adiantada e atrasada. Ponto a que retornaremos na frente.

Outros conceitos relevantes para a compreensão de como o autor vê o negro, são os conceitos de casa-grande e de senzala. As casas-grandes representaram na constituição brasileira “forças” que “(...) foram centros de coesão patriarcal e religiosa: os pontos de apoio para a organização nacional”. (Freyre, 2004, p. 36). Daí:

“A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*<sup>23</sup>, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos.” (Freyre, 2004, p. 36).

A estabilidade da casa-grande no decorrer de séculos foi apoiada na produção econômica e no negro, da senzala. A senzala representou o aspecto fundamental da economia patriarcal e também, exploração desenfreada do trabalho humano e sustento de toda a sociedade. A casa-grande, como símbolo do domínio do português e/ou seus descendentes,

---

<sup>22</sup> Ver G. Freyre, 2003, sobre as misturas raciais denominadas cabrocha e quadrarona.

<sup>23</sup> Destaque do autor.

que, embora muitas vezes mestiços, eram valorizados como brancos, venceu até mesmo a Igreja, instituição que manteve forte controle social no período.<sup>24</sup> Conseqüentemente:

“No Brasil, a catedral ou a igreja mais poderosa que o próprio rei seria substituída pela casa-grande de engenho. Nossa formação social, tanto quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou de fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou consciência de raça. Mas a igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a catedral com o seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou de mosteiro ou abadia, onde se vão acoitar criminosos e prover-se de pão e restos de comidas mendigos e desamparados. É a capela de engenho. Não chega a haver clericalismo no Brasil. Esboçou-se o dos padres da Companhia para esvaír-se logo, vencido pelo oligarquismo e pelo nepotismo dos grandes senhores de terras e escravos”. (Freyre, 2004, p. 271).

Portanto, somente é possível falar de casa-grande, e o estrato dominante da sociedade patriarcal, se levarmos em consideração a senzala, e o estrato dominado. Nos estudos da composição da sociedade brasileira, que possuía como “(...) base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão(...)”, (Freyre, 2004, p. 65), o autor destacou a relevância do contingente negro<sup>25</sup>, ocupante, principalmente, da senzala, haja vista que uma minoria destinava-se aos serviços domésticos da casa-grande. Houve o transporte “(...) da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros”. (Freyre, 2004, p. 70). Trabalho sem garantias ou direitos, trabalho compulsório.

Nas relações entre os grupos raciais, Freyre demarcou a posição que o contingente africano e seus descendentes ocuparam no Brasil: “ os brancos das casas-grandes e os negros

---

<sup>24</sup> Ver Freyre, 2004.

<sup>25</sup> É necessário ressaltar que G. Freyre, em seus estudos sobre a família brasileira e todas as suas influências, expôs detalhadamente as influências dos portugueses e dos índios, incluindo a dominação religiosa européia e a escravização e extermínio da população indígena. Como o recorte do trabalho é o lugar do negro, a delimitação consiste neste recorte. Ver Casa-Grande e Senzala, 2004.

das senzalas. Os grandes proprietários de terras e os pretos seus escravos.” (Freyre, 2004, p. 95). Logo:

“A igualdade de interesses agrários e escravocratas que através dos séculos XVI e XVII predominou na colônia, toda ela dedicada com maior ou menor intensidade à cultura do açúcar, não a perturbou tão profundamente, como à primeira vista parece, a descoberta das minas ou a introdução do cafeeiro. Se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial deslocou-se da cana-de-açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo. (...) O escravo de origem africana (...)”. (Freyre, 2004, p. 93-94).

No período colonial, mais especificamente no período do ciclo do açúcar, o autor referiu-se à “colonização aristocrática” do branco português sustentada pelo “açúcar e em negros”. Enfim, a indispensável mão-de-obra escrava, principalmente negra, no período de construção inicial do Brasil.<sup>26</sup>

### **1.1 Negro e Trabalho**

O negro, ocupando o lugar de “capital”, “máquina de trabalho”<sup>27</sup>, desfrutava uma posição relevante. Um exemplo desta importância é a questão da alimentação. O negro precisava ser bem alimentado, para assim manter o máximo de eficiência na produção, permitindo a lucratividade dos senhores de terras. Segundo Freyre, com todos os limites da nutrição do período analisado, o africano e seus descendentes eram os que melhor alimentavam, devido à necessidade de garantir a produtividade:

---

<sup>26</sup> Ver Freyre, 2004, p. 341.

<sup>27</sup> Ver Freyre, 2004, p. 107.



“Cremos poder-se afirmar que na formação do brasileiro – considerada sob o ponto de vista da nutrição – a influência mais salutar tem sido a do africano: quer através dos valiosos alimentos, principalmente vegetais, que por seu intermédio vieram-nos da África, quer através do seu regime alimentar, melhor equilibrado do que o do branco – pelo menos aqui, durante a escravidão. Dizemos aqui, como escravo, porque bem ou mal os senhores de engenho tiveram no Brasil o seu arremedo de taylorismo, procurando obter do escravo negro, comprado caro, o máximo de esforço útil e não simplesmente o máximo de rendimento”. (Freyre, 2004, p. 106-107).

Gilberto Freyre, do ponto de vista dos portugueses, justificou a adoção da escravidão por este segmento da população, devido ao imperialismo de Portugal.<sup>28</sup> Segundo ele o imperialismo ocorreu de modo econômico juntamente com o religioso, através da Igreja. Houve a “ (...) conquista de mercados, de terras e de escravos” e, “a conquista de almas” (Freyre, 2004, p. 322). Desse modo:

“O meio e as circunstâncias exigiriam o escravo. A princípio o índio. Quando este, por incapaz e molengo, mostrou não corresponder às necessidades da agricultura colonial – o negro. Sentiu o português com o seu grande senso colonizador, que para completar-lhe o esforço de fundar agricultura nos trópicos – só o negro. O operário africano. Mas o operário africano disciplinado na sua energia intermitente pelos rigores da escravidão”. (Freyre, 2004, p. 322).

Freyre justificou ainda a utilização do negro como mão-de-obra substituta do índio devido o primeiro possuir uma “cultura superior”, haja vista o seu desenvolvimento na África no que se referia a agricultura, enquanto que os primeiros escravos, índios, possuíam uma cultura “nômade”, com “vagas tendências para a estabilização agrícola”.<sup>29</sup>

Os negros aqui instalados como escravos desenvolveram múltiplas ocupações, desde o trabalho agrícola na lavoura da cana-de-açúcar e do café, como no serviço doméstico, na mineração de ferro, o trabalho com os metais e a criação de gado. Os trabalhos foram

---

<sup>28</sup> O autor ressalta também o imperialismo da Espanha, conforme Freyre, p. 322.

<sup>29</sup> Ver Freyre, 2004, p. 322-323.

desenvolvidos em várias regiões, como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Logo:

“Os escravos vindo das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios, e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda”. (Freyre, 2004, p. 390).

E, demonstrando à contradição entre o lugar do negro na sociedade brasileira dos séculos XVI ao XIX como escravo e a relevante contribuição dos segmentos africanos no Brasil, pouco reconhecidos no período, Gilberto Freyre mostrou como os negros que para o Brasil vieram exerceram influências em diferentes setores. Portanto:

“O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África ‘donas de casa’ para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos”. (Freyre, 2004, p. 391).

Ainda, “(...) Os pretos foram os músicos da época colonial e do tempo do Império”, (Freyre, 2004, p. 505). E, também, exerceram atividades como “sangradores”, “dentistas”, “barbeiros”, “mestre de meninos”, “palhaços” e “acrobatas”.

Enfim, foram várias as atividades desenvolvidas pela população negra na sociedade da época, e, embora as atividades não eram socialmente portadoras de prestígio, eram indispensáveis, fundamento de todas as outras, a saber, política, social, cultural e econômica.

## 1.2 Importância do Negro, contribuições para a formação brasileira e outras influências

O negro foi relevante, não somente como mão-de-obra escrava, mas também teve contribuição fundamental no que se refere aos aspectos íntimos, sociais e culturais. Houve, mesmo nos recantos considerados “alvo”, de “cabelo louro”, ou seja, considerado branco, a influência direta do africano,<sup>30</sup> que pode ter sido “vaga” e “remota” ou intensa, mas o fato é que houve a contribuição do africano na formação dos hábitos, costumes, na comunicação e nos gestos. Logo:

“Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo”. (Freyre, 2004, p. 367).

Influência efetiva nas diversas instâncias da vida em sociedade. Influência muitas vezes não reconhecida, mas, presente. Em algumas regiões de modo mais intenso, em outras, mais suaves.

Para Freyre, a importância do negro, seja na vida estética, seja no progresso econômico, em outras palavras, “da cultura material e moral”, foi maior no litoral agrário do que a indígena ou mesmo a do português. Segundo o autor, o negro possuía uma “superioridade técnica e de

---

<sup>30</sup> Segundo Freyre, do índio também. Ver Freyre, 2004, p. 367.

cultura”, assim como uma tendência a se adaptar com certa facilidade aos “trópicos”, ele tornava-se mais “fértil” e, com uma “energia sempre fresca e nova” ao contato com a “floresta tropical”.<sup>31</sup> O autor defendeu o segmento negro da população, e, embora com uma visão um tanto normal sobre à sua condição de escravo, ele ressaltou aspectos de considerável elevação do africano e seus descendentes. Portanto:

“O depoimento dos antropólogos revela-nos no negro traços de capacidade mental em nada inferior à das outras raças: ‘considerável iniciativa pessoal, talento de organização, poder de imaginação, aptidão técnica e econômica’, diz-nos o professor Boas. E outros traços superiores”. (Freyre, 2004, p. 379)<sup>32</sup>

O autor ressaltou a importância do africano e seus descendentes no Brasil, ocupando o lugar de escravo, mas, também, observou um aspecto indispensável, a separação entre a “(...) influência pura do negro (...) e a do negro na condição de escravo” ( Freyre, 2004, p. 397). Ponto a que retornaremos adiante.

Segundo Gilberto Freyre, é necessário para o entendimento da contribuição do negro e seus descendentes na formação brasileira, compreender, entre os imigrantes africanos que vieram para o Brasil no decorrer do século XVI até meados do século XIX, o “grau” e o “momento” de cultura comunicada aos brasileiros. Dos “trezentos e tantos anos”, do período analisado, a cultura africana variou consideravelmente no que se refere, por exemplo, às infiltrações maometanas. Níveis de variação notável entre “sudaneses” e “bantos”. Por conseguinte, o autor defendeu a relevância de se considerar a pluralidade africana que atingiu o país, “(...) evitando-se o erro de vermos o africano uma só e indistinta figura de ‘peça da Guiné’ ou de ‘preto da Costa’”. (Freyre, 2004, p. 381). Logo:

---

<sup>31</sup> Ver Freyre, 2004, p. 370.

<sup>32</sup> O autor se refere no texto ao antropólogo norte-americano Franz Boas.

“A verdade é que importaram-se para o Brasil, da área mais penetrada pelo islamismo, negros maometanos de cultura superior não só à dos indígenas como à da grande maioria dos colonos brancos – portugueses e filhos de portugueses quase sem instrução nenhuma (...)”. (Freyre, 2004, p. 381-382).

Citando “áreas de cultura africana”, o autor expôs, não somente a procedência de escravos bantos para o Brasil, mas também de outros estoques étnicos. Freyre demonstrou, ainda, em seus estudos a vinda de outros contingentes. Expôs ele, por exemplo, o predomínio de “sudaneses” na Bahia, e “bantos” no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Citando carta de Henrique Dias<sup>33</sup>, revelou também a vinda de quatro “nações” para o Brasil: “Minas”, “Ardas”, “Angolas” e “Creoulos”. E explicou logo após: “(...) os ‘Ardas’ ou ‘Ardras’ eram gege ou daomeanos do antigo reino da Ardia; os Minas, nagô; os Angola, apenas, banto”. (Freyre, 2004, p. 384). Foram escravizados também, “calabrenses”, e habitantes de Guiné, Cabo, Angola e Serra Leoa. Negros que falavam as línguas “banto”, “quimbunda”, “congoense”, “gege”, “haúça”, “nagô” ou “ioruba”. “Pretos da raça branca ou Fulas. Não só fula-fulos ou Fulas puros, mas mestiços provenientes da Senegâmbia, Guiné Portuguesa e costas adjacentes. Gente de cor cóbrea avermelhada e cabelos ondedados quase lisos”. (Freyre, 2004, p. 385-384). Tivemos ainda os “Haúça”, “Niam Niam”, “Mangbatu”, “Kanembu”, “Bagirmi”, “Bornu”, “Kanuri”. Também vieram para o Brasil os negros “Mandingo” e os “hotentotes boximanes”. Enfim, segundo Gilberto Freyre, considerar o contingente negro vindo para o Brasil sem levar em consideração a diversidade de povos africanos que fizeram o país, juntamente com o elemento europeu e indígena, é um equívoco. Para compreender sua influência e a sua importância, é necessário considerar a pluralidade étnica de negros, bem como o lugar ocupado no âmbito das relações raciais, sociais, culturais e econômicas.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Ver Freyre, 2004, p. 384.

<sup>34</sup> Ver Freyre, 2004, p. 382-396.

O autor, expondo a raça africana e sua cultura<sup>35</sup> como de relevante participação para a formação brasileira, mesmo ocupando o espaço de cultura dominada, destacou em seus estudos da vida íntima no país, o quão abrangente foi sua influência. E, como ocorreu intensa mistura com os outros grupos raciais e sociais. De acordo com Freyre, entre os grupos raciais que construíram o Brasil prevaleceram um tipo de relações diferentes da que havia nos outros lugares da América e da África de colonização européia. Para ele, a cultura ameríndia e a africana, denominada por Freyre de cultura primitiva, não se isolou do “sistema social europeu”, ao contrário, em sua concepção, interagiu de modo efetivo, sendo que seus elementos possibilitaram de forma criativa, o desenvolvimento nacional.

Mesmo em instituições sociais ou na cultura material, Freyre ressaltou a contribuição e/ou influência africana<sup>36</sup>. Muitas vezes não diretamente, mas “sutil” e “indiretamente”, como na “benignidade jurídica”.<sup>37</sup>

O autor destacou a influência africana na língua portuguesa. No Brasil, muitas “histórias portuguesas” eram repassadas às crianças das casas-grandes por meio das “negras velhas” ou “amas-de-leite”. As negras se transformaram em “grandes contadoras de histórias”.<sup>38</sup> E, não somente influenciou a fala das crianças das casas-grandes, mas também de seus senhores. O português falado no Brasil foi “amolecido” pela fala das senzalas. E, mesmo enfrentando o combate de “padres-mestres” e “capelães de engenho”, zeladores da educação dos “meninos brasileiros”, a língua oficial sofreu infiltrações da linguagem dos negros escravizados. Não se pode afirmar que a língua portuguesa foi totalmente corrompida pela senzala, ou, que permaneceu pura como a ensinada nas “salas de aula”, mas, segundo o autor,

---

<sup>35</sup> Também a cultura ameríndia, conforme Freyre, 2004, p. 231.

<sup>36</sup> Também, ameríndia, ver Freyre, 2004, p. 231-232.

<sup>37</sup> Ver Freyre, 2004, p. 232.

<sup>38</sup> Ver Freyre, 2004, p. 413-418.

“a nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências”. (Freyre, 2004, p. 417). Assim:

“A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no norte do Brasil, principalmente, é uma das falas mais doces deste mundo. Sem *rr* nem *ss*; as sílabas finais moles; palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente. A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa, tem um sabor quase africano: *cacá, pipi, bumbum, tentém, neném, tatá, papá, papato, lili, mimi, au-au, bambanho, cocô, dindinho, bimbinha*. Amolecimento que se deu em grande parte pela ação da ama negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco. Os nomes próprios foram dos que mais se amaciaram, perdendo a solenidade, dissolvendo-se deliciosamente na boca dos escravos. As Antônias ficaram Dondons, Toninhas, Totonhas; as Teresas, Tetés; os Manuéis, Nezinhos, Mandus, Manés; os Franciscos, Chico, Chiquinho, Chicó; Os Pedros, Pepés; os Albertos, Bebetos, Betinhos. Isto sem falarmos das Iaiás, dos Ioiôs, das Sinhás, dos Manus, Calus, Bembens, Dedés, Marocas, Nocas, Nonocas, Gegês. (Freyre, 2004, p. 414).

Um aspecto relevante de “infiltração de cultura negra na economia e na vida doméstica do brasileiro resta-nos acentuar: a culinária”, (Freyre, 2004, p. 541). Da “especialização de escravos” no trabalho doméstico, sempre reservou-se àqueles responsáveis pela alimentação. Das regiões mais influenciadas, a Bahia destacou-se na assimilação da cultura de matriz africana. A culinária, muitas vezes, era comercializada por negros e negras, a serviço dos senhores. Comidas como “mocotós”, “vatapás”, “mingaus” e “pamonhas”, ou “canjicas”, “acaçás”, “abarás”, “arroz-de-coco”, “feijão-de-coco” e ainda, “angus”, “pão-de-ló de arroz”, “pão-de-ló-de-milho”, “rolete de cana, queimados”, “caruru” e “feijoadas” eram algumas das especiarias produzidas pelos escravos, principalmente as negras. Temos também as comidas preparadas pelas “negras de fogareiro”,<sup>39</sup> como o “peixe frito”, “mungunzá”, “milho assado”, a “pipoca”, o “grude”, “manuê”. Quando surgiu o ciclo do café, principalmente em São Paulo, Freyre destacou o fato de as “pretas de tabuleiro” passarem a

---

<sup>39</sup> Ver Freyre, 2004, 544.

“vender a bebida de sua cor”, acompanhadas de “cuscut de peixe”, “pãozinho cozido”, “amendoim”, “pipocas”, “bolos de milho sovado ou de mandioca ‘purva’”, e mais, “empadas de piquira ou lambari” “quitunga (amendoim torrado e socado com pimenta-cumari)”, “pé-de-moleque com farinha de mandioca e amendoim”, “içá torrado”, “quentão”, “ponche”, e, “quejandas”. Logo:

“No regime alimentar brasileiro, a contribuição africana afirmou-se principalmente pela introdução do azeite-de-dendê e da pimenta-malagueta, tão característicos da cozinha baiana; pela introdução do quiabo; pelo maior uso da banana; pela grande variedade na maneira de preparar a galinha e o peixe. Várias comidas portuguesas ou indígenas foram no Brasil modificadas pela condimentação ou pela técnica culinária do negro, alguns dos pratos mais caracteristicamente brasileiros são de técnica africana: a farofa, o quibebe, o vatapá”. (Freyre, 2004, p. 542).

Em termos de influência africana na alimentação há também o “legítimo doce ou quitute de tabuleiro”. Famosas ficaram as negras doceiras com suas fabricações de doces em diferentes formas: “corações”, “cavalinhos”, “passarinhos”, “peixes”, “galinhas”, ou, “às vezes com reminiscências de velhos cultos fálicos ou totêmicos”, (Freyre, 2004, 543). O relevante da situação é, segundo Freyre, “tudo doce de negra”, doce de “pretas quituteiras”.

Com a alimentação preparada pelos escravos, negros, foram introduzidos instrumentos de trabalho para preparação das comidas. Instrumentos de origem africana, como, a “pedra de ralar”, a “colher-de-pau”, e a “folha de bananeira”.

Por outro lado, a “desafricanização da mesa brasileira”, ou sua tentativa, ocorreu devido a introdução de produtos estrangeiros, como a “manteiga francesa”, a “batata-inglesa”, o “chá” inglês, e mesmo o “gelo”. A “europeização da mesa” dos brasileiros foi maior, principalmente, após a Independência, quando “livros franceses” começaram a influenciar o “prestígio das negras africanas de forno e fogão”, (Freyre, 2004, p. 548).

Outros exemplos que Freyre observou em relação a camada africana e aos seus descendentes que aqui chegaram foram as suas danças, conforme ele, “eróticas”, “frequentes”,



e “ardorosas”, e por isso mesmo, de “sexualidade fraca”.<sup>40</sup> Também, a influência da religião africana, que concorreu diretamente à medicina advinda da Europa e ao trabalho dos padres em todo o Brasil.<sup>41</sup> Houve, ainda, a influência africana nos maracatus e reisados:

“Nos nossos maracatus e reisados, o rei de Congo ou a rainha aparece sempre de manto vermelho; e encarnados são sempre os estandartes, com cabeças de animais ou emblemas de ofícios pintados ou bordados a ouro, dos clubes populares de carnaval; clubes de que de passagem salientaremos o interesse, que como formas dissimuladas – dentro do ambiente oficialmente católico da vida brasileira – de totemismo ou de animismo africano (...), quer como formas degeneradas, ou pervertidas pelo sistema de trabalho escravo aqui dominante, das corporações de ofício medievais. Essas corporações, na Espanha pelo menos, haviam sido impostas ou permitidas aos mouros e negros nos séculos anteriores à colonização da América”. (Freyre, 2004, p. 174-175).

Em suma, a importância dos africanos e seus descendentes para a formação do Brasil foi grande, na medida em que suas influências atingiram desde à condição de mão-de-obra compulsória que sustentou a economia dos séculos XVI ao XIX, como também houve a contribuição na vida íntima, na linguagem, na alimentação, nos hábitos, costumes e valores, além da interação com as culturas dos demais segmentos que construíram o Brasil.

### **1.3 Relações raciais no Brasil: repressão e “doçura” no tratamento dos escravos**

Não se pode afirmar que o negro teve liberdade no Brasil para desenvolver a sua cultura, a sua herança africana. A repressão sobre o seu modo de ser, pensar e agir foi intensa,

---

<sup>40</sup> Ver Freyre, 2004, p. 168.

<sup>41</sup> Ver Freyre, 2004, p. 172

por isso, é necessário diferenciar àquilo que é originário dos descendentes de africanos, daquilo que derivou de sua posição de subordinado dentro da sociedade brasileira.

Citamos anteriormente o fato de Gilberto Freyre distinguir entre a influência pura do negro, e a influência de sua condição de escravo, dado que muitas situações atribuídas a condição de raça,<sup>42</sup> na realidade, referia-se à condição econômica, social e cultural de escravo, logo:

“Sempre que considerarmos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não a do negro por si, que apreciamos.(...) Parece às vezes influência de raça o que é influência pura e simples do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos. O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão. Pela escravidão e pela monocultura de que foi o instrumento, o ponto de apoio firme, ao contrário do índio, sempre movediço”. (Freyre, 2004, p. 397).

Através desta tese, e, criticando os autores racistas, ao mesmo tempo que promoveu uma ruptura com o paradigma racista do final do século XIX e início do século XX<sup>43</sup>, o autor de “Casa-grande e Senzala” defendeu a moral do contingente escravo, negro, e sua reação ao meio que o oprimia. Portanto:

“Se há hábito que faça o monge é o do escravo; e o africano foi muitas vezes obrigado a despir sua camisola de malê para vir de tanga, nos negreiros imundos, da África para o Brasil. Para de tanga ou calça de estopa tornar-se carregador de tigre. A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil. Dentro de tal ambiente, no contato de forças tão dissolventes, seria absurdo esperar do escravo outro comportamento senão o imoral, de que tanto o acusam”. (Freyre, 2004, p. 398).

---

<sup>42</sup> Ver Thomas E. Skidmore, 1976.

<sup>43</sup> Ver Freyre, 2004, p. 398; Roberto DaMatta, in: Freyre, 2003, p. 14, e, Thomas E. Skidmore, 1976.

Por exemplo, em relação a acusação de uma atividade sexual desenfreada, o autor defendeu uma moderação da sexualidade do africano e seus descendentes. À idéia de que “(...) a negra corrompeu a vida sexual” da sociedade brasileira, Freyre expôs que a “corrupção” sexual ocorreu devido a condição de escrava:

“Passa por ser defeito da raça africana, comunicado ao brasileiro, o erotismo, a luxúria, a depravação sexual. Mas o que se tem apurado entre os povos negros da África, como entre os primitivos em geral (...) é maior moderação do apetite sexual que entre os europeus. É uma sexualidade, a dos negros africanos, que para excitar-se necessita de estímulos picantes. Danças afrodisíacas. Culto fálico. Orgias. Enquanto no civilizado o apetite sexual de ordinário se excita sem grandes provocações. Sem esforço”. (Freyre, 2004, p. 398).

A condição de escravo foi essencial para o sistema econômico implantado no Brasil. A monocultura produtiva em grandes extensões de terra necessitou da mão-de-obra escrava. Mas, o sistema escravocrata degradou o ser humano, segundo Freyre. Tanto do ponto de vista da camada dominada, que ocupava a condição de escravo, como da camada dominante, que ocupava o lugar de senhor. Em virtude disso:

“É absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua nem do índio mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias. Joaquim Nabuco colheu em um manifesto escravocrata de fazendeiros as seguintes palavras, tão ricas de significação: ‘a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador’”. (Freyre, 2004, p. 399).<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Joaquim Nabuco foi escritor brasileiro. Escreveu a obra *O Abolicionismo*, conforme Freyre, 2004, p. 482, nota 83.

Gilberto Freyre é enfático ao acusar o sistema econômico escravocrata como o verdadeiro causador das mazelas das relações raciais, sociais e da vida sexual. Segundo ele, o sadismo gerado pelo ambiente escravocrata era o responsável pela corrupção das pessoas. E, somente havia o sadismo por causa da condição de estrato dominante e estrato subordinado. Devido ao sistema permitir tal tipo de comportamento social. Logo:

“A verdade, porém, é que nós é que fomos os sadistas; o elemento ativo na corrupção da vida de família; e moleques e mulatas o elemento passivo. Na realidade, nem o branco nem o negro agiram por si, muito menos como raça, ou sob a ação preponderante do clima, nas relações do sexo e de classe que se desenvolveram entre senhores e escravos no Brasil. Expressiu-se nessas relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos. Dele se deriva toda a exagerada tendência para o sadismo característica do brasileiro, nascido e criado em casa-grande, principalmente em engenho(...)”. (Freyre, 2004, p. 462).

O autor foi persistente ao defender a tese de que não é possível analisar o comportamento do negro no Brasil separando-o de sua condição de escravo. Condição que o degradou, imposta pelo elemento branco, mas paradoxalmente, também, circunstância necessária para o tipo de estrutura econômica que foi implantada no país. Para compreender a situação ao qual o negro se viu preso, o aspecto da história social e econômica foi indispensável. Enfim, o sistema constituía-se em um círculo vicioso, e degradava os indivíduos que faziam parte dele. Dessa forma:

“O negro no Brasil, nas suas relações com a cultura e com o tipo de sociedade que aqui se vem desenvolvendo, deve ser considerado principalmente sob o critério da história social e econômica. Da antropologia cultural. Daí ser impossível (...) separá-lo da condição degradante de escravos, dentro da qual abafaram-se nele muitas das suas melhores tendências criadoras e normais para acentuarem-se outras, artificiais e até mórbidas. Tornou-se, assim, o africano um decidido agente patogênico no seio da sociedade brasileira. Por ‘inferioridade de raça’, gritam então os sociólogos arianistas. Mas contra seus gritos se levantam as evidências históricas – as

circunstâncias de cultura e principalmente econômicas – dentro das quais se deu o contato do negro com o branco no Brasil. O negro foi patogênico, mas a serviço do branco; como parte irresponsável de um sistema articulado por outros”. (Freyre, 2004, p. 404).

Outra acusação que pesou sobre a população negra, segundo Freyre, foi a acusação de ter sido ela a portadora de doenças africanas para o povo que vivia no Brasil. Mas, o autor destacou o ponto, em defesa do descendente de africano, de que o negro contaminou-se com doenças, por exemplo, venéreas, neste país. E se foi elemento de contaminação, foi devido às condições de vida na senzala:

“Joaquim Nabuco salientou ‘a ação de doenças africanas sobre a constituição física do nosso povo’. Teria sido esta uma das terríveis influências do contágio do Brasil com a África. Mas é preciso notar que o negro se sifilizou no Brasil. Um ou outro viria já contaminado. A contaminação em massa verificou-se nas senzalas coloniais. A ‘raça inferior’, a que se atribui tudo que é handicap no brasileiro, adquiriu da ‘superior’ o grande mal venéreo que desde os primeiros tempos de colonização nos degrada e diminui. Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram de lues as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres de sífilis das cidades. Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem”. (Freyre, 2004, p. 400).<sup>45</sup>

Gilberto Freyre observou que a propagação das doenças venéreas no Brasil escravocrata ocorreu em grande parte devido o “ambiente voluptuoso das casas-grandes”, através, da “prostituição doméstica”, “menos higiênica que a dos bordéis”, (Freyre, 2004, p. 401). Por conseguinte:

“Não era o negro, portanto, o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores. Não era a ‘raça inferior’ a fonte de corrupção, mas o abuso de uma raça por outra. Abuso que implicava conformar-se a servil com os apetites da

---

<sup>45</sup> Ver nota anterior sobre Joaquim Nabuco.

todo-poderosa. E esses apetites estimulados pelo ócio (...), pela própria estrutura econômica do regime escravocrata”. (Freyre, 2004, p. 402-403).

A crueldade dos senhores e senhoras de escravos no tratamento com seus subordinados foi, também, exemplo da repressão contra o negro, escravo. Freyre destacou a violência que as senhoras da época dispensavam às escravas. Segundo ele, “o motivo, quase sempre, o ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher”. (Freyre, 2004, p. 421). A violência possuía forte denotação sádica. Dessa maneira:

“Quanto à maior crueldade das senhoras que dos senhores no tratamento dos escravos é fato geralmente observado nas sociedades escravocratas. (...) Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias”. (Freyre, 2004, p. 421).

Os maus tratos a escravos eram comuns no período analisado pelo autor. Tanto por parte dos senhores, como das senhoras de escravos. A violência praticada foi inerente à condição de dominadores.

Contraditoriamente, Freyre registrou sobre a sociedade escravocrata, também, o “prestígio” das “mucamas” diante das “sinhazinhas”. A reclusão na casa-grande e a companhia constante de escravas às senhoras, auxiliaram na construção de relações afetivas entre pessoas de estratos diferentes. Histórias confidenciais, “cafuné”, “modinhas e canções”, eram compartilhadas entre as pessoas de grupos antagônicos.

É necessário ressaltar que Freyre destacou inclusive uma certa “doçura no tratamento dos escravos”, o que seria influência moura sobre os portugueses.<sup>46</sup> Esta “doçura” nas relações ocorreu, principalmente, entre senhores e escravos domésticos. Logo:

“A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos”. (Freyre, 2004, p. 435).

É relevante destacar que os escravos deslocados para a casa-grande possuíam como função atender necessidades dos senhores e seus familiares: “dar de mamar a nhonhô, para niná-lo, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, às vezes, para substituir-lhe a própria mãe”, (Freyre, 2004, p. 436), eram algumas das atividades desenvolvidas nas casas-grandes.

Outro ponto de repressão presente na obra “Casa-grande e Senzala”, refere-se ao domínio religioso. Devido ao fato de o Brasil ser um “país de formação social profundamente católica”, a imposição da religião do elemento branco, europeu, sobre os estratos subordinados foi um complemento da dominação social, política, econômica e cultural. No caso dos africanos, eram “batizados em massa”,<sup>47</sup> e o ritual da religião dominante os elevava à condição de seres humanos, diante do estrato branco. Ser pagão era considerado uma grande injúria no período. Por essa razão:

“O negro sem batismo, vê-se com pesar considerado um ser inferior e embora ignorando o valor que os brancos ligam àquela cerimônia,

---

<sup>46</sup> Ver Freyre, 2004, p.298.

<sup>47</sup> Segundo Koster, in: Freyre, 2004, p. 436.

sabe que deve lavar a mancha que lhe exprobram e mostra-se impaciente por tornar-se igual aos outros. Os africanos, chegados há muito tempo, estando já imbuídos de sentimentos católicos, parecem esquecer que outrora estiveram nas mesmas condições que os recém-chegados. Não se pergunta aos escravos se querem ou não ser batizados; a entrada deles no grêmio da Igreja Católica é considerada como questão de direito. Realmente eles são tidos menos por homens do que por animais ferozes até gozarem do privilégio de ir à missa e receber os sacramentos”. (Koster, in: Freyre, 2004, p. 436).

A assimilação da religião do estrato dominante possibilitou ao escravo a aproximação da cultura do senhor, o que de certo modo significou maior aceitação do estrato escravizado pela sociedade patriarcal. Por conseguinte:

“Não pretendemos aqui considerar o grau de cristianização atingido pela massa escrava (...); mas o certo é que, por contágio e pressão social, rapidamente se impregnou o escravo negro, no Brasil, da religião dominante. Aproximou-se por intermédio dela da cultura do senhor; dos seus padrões de imoralidade. Alguns tornaram-se tão bons cristãos quanto os senhores; capazes de transmitir às crianças brancas um catolicismo tão puro quanto o que estas receberiam das próprias mães”. (Freyre, 2004, p. 437).

No mais, a assimilação da cultura dominante promovia ascensão social para os escravos. Ainda que uma ascensão somente no imaginário, sem alteração em suas vidas materiais. Elevados à condição de batizados eram melhor vistos pela camada dominante. Ou ainda, passavam da situação de escravos do eito para escravos domésticos. Por isso:

“Deve-se porém distinguir entre os escravos de trabalho agrícola e os do serviço doméstico – estes beneficiados por uma assistência moral e religiosa que muitas vezes faltava aos do eito. Na maior parte das casas-grandes sempre se fez questão de negros batizados, tendo-se uma como repugnância supersticiosa a ‘pagãos’ ou ‘mouros’ dentro de casa, fossem embora simples escravos”. (Freyre, 2004, p. 539).

Os negros batizados e que constituíam-se como famílias, geralmente recebiam o “nome de família dos senhores brancos”. Por esse motivo:



“No caso dos escravos constituídos cristamente em família, à sombra das casas-grandes e dos velhos engenhos, terá havido, na adoção dos nomes fidalgos, menos vaidade tola que natural influência do patriarcalismo, fazendo os pretos e mulatos, em seu esforço de ascensão social, imitarem os senhores brancos e adotarem-lhe as formas exteriores de superioridade”. (Freyre, 2004, p. 540).

Em suma, diversas forças atuaram sobre o estrato negro e seus descendentes no Brasil: técnicas, ações, atitudes, comportamentos desencadeados pela estrato branco no sentido de levá-los a assimilar a cultura dominante. Portanto:

“Na ordem de sua influência, as forças que dentro do sistema escravocrata atuaram no Brasil sobre o africano recém-chegado foram: a igreja (menos a Igreja com I grande, que a outra, com i pequeno, dependência do engenho ou da fazenda patriarcal); a senzala; a casa-grande propriamente dita – isto é, considerada como parte, e não dominador do sistema de colonização e formação patriarcal do Brasil. O método de desafricanização do negro ‘novo’, aqui seguido, foi o de misturá-lo com a massa de ‘ladinos’, ou veteranos; de modo que as senzalas foram uma escola prática de abasileiramento. (Freyre, 2004, p. 440).

A iniciação do africano recém-chegado ao Brasil , tanto na “língua”, na “religião” ou na “moral” e “costumes dos brancos”, ocorreu com a imitação dos mais antigos das senzalas. Seu aprendizado da “rotina da plantação da cana e do fabrico do açúcar” também ocorreu com os mais velhos. Ainda, segundo Freyre, outras forças que contribuíram para o “abasileiramento” do africano, mudando a sua “plástica moral”, e “conformando” o negro á sua condição de escravo, foram: “(...) O meio físico. A qualidade e o regime da alimentação. A natureza e o sistema de trabalho”. (Freyre, 2004, p. 441).

Em suma, no pensamento de Gilberto Freyre, vamos encontrar o negro, ora reprimido, como portador de cultura subordinada ou devido a sua condição de escravo, ora vamos encontrar a relevância de sua influência na vida social, econômica e cultural brasileira.

O ponto defendido pelo autor foi que o estrato negro ocupou um lugar essencial para a formação do país.

#### **1.4 Movimento de revolta do negro contra a opressão**

Mediante a exploração desenfreada dada à condição de escravo no Brasil, o negro reagiu de diversas formas. Uma delas foi as revoltas que eclodiram em várias regiões. Revoltas de protestos, de insubordinação e de afirmação. Logo:

“Isto sem falarmos em movimentos francamente de revolta de escravos, explosões ou de ódio de raça ou de classe social e economicamente oprimida – a insurreição de negros em Minas, por exemplo. Ou como nos terremotos de cultura: culturas oprimidas explodindo para não morrer sufocadas, rompendo a crosta da dominante para respirar, como parece ter sido o movimento de negros na Bahia em 1835. A Cultura negra maometana contra a portuguesa católica. Estes são movimentos à parte, de um profundo sentido social, como à parte é o de Canudos – resultado da diferenciação da cultura que se operou entre o litoral e o sertão. Os relapsos em furor selvagem observamo-los em movimentos de fins aparentemente políticos ou cívicos, mas na verdade pretexto de regressão à cultura primitiva, recalçada porém não destruída”. (Freyre, 2004, p. 213).

Além dos movimentos de revolta citados pelo autor no trecho acima, vamos encontrar também em sua obra a referência à fuga de negros e seus descendentes para a formação de quilombos, unidades autônomas em relação ao sistema escravocrata. Ou ainda, o envenenamento de senhores por seus escravos, através da alimentação. Enfim, embora pouco citado em sua obra a questão da reação conflitante de negros escravizados com os senhores, Freyre abordou esse aspecto do relacionamento entre os dois estratos.

## 1.5 Raça e Cultura em Gilberto Freyre

Gilberto Freyre avançou diante do paradigma racista de autores do final do século XIX e início do século XX,<sup>48</sup> mas o seu conceito de raça ainda se prende ao aspecto biológico do ser humano. Logo:

“O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre as duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas européias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente”. (Freyre, 2004, p. 35).

Por “plástica contemporização” entendemos a idéia de miscigenação que começou a ser desenvolvida por Freyre, no início de sua obra. Embora este conceito está subordinado a noção de “(...) culturas atrasadas desintegrando-se sob o jugo ou à pressão das adiantadas”, (Freyre, 2004, p. 231).

Freyre defendeu a cultura africana<sup>49</sup>, mas a sua defesa das culturas dos povos dominados, bem como a idéia das misturas de cultura, de raças, paradoxalmente, é paralela à adoção em sua obra, de conceitos vigentes no período analisado, conceitos de cultura adiantada e cultura atrasada, ou, de cultura superior e cultura inferior. Sendo que, a cultura do branco europeu foi denominada de cultura adiantada e dos nativos que aqui viviam e dos africanos que aqui chegaram, de cultura atrasada, conforme demonstrado acima.

A idéia de uma cultura superior à outra está tão arraigada em seu pensamento, que, ao analisar o encontro dos nativos que aqui viviam com os portugueses que chegaram ao Brasil com o empreendimento da colonização, Freyre observou:

---

<sup>48</sup> Ver Telles, 2003.

<sup>49</sup> Também, a cultura indígena, conforme Freyre, 2004.

“(…) a colonização européia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas”. (Freyre, 2004, p. 158).

Freyre observou, ainda, no que diz respeito à relação entre as raças que aqui se estabeleceram, a forma em que uma interagiu com as outras. Houve, na visão do autor, um processo de “subordinação”, “acomodação” de um grupo a outro, ou, “(…) de uma classe a outra, de várias religiões e tradições de cultura a uma só, que caracterizaram a formação do nosso patriarcado rural” (Freyre, 2003, p. 27). O declínio desse patriarcado rural ocorreu a partir dos fins do século XVIII, com o surgimento do patriarcado urbano e seus senhores de sobrados.

Mesmo constatando a ambivalência na obra de Gilberto Freyre no que se refere à cultura adiantada ou atrasada, a idéia da hibridez entre os grupos que prevaleceram no Brasil é predominante. Segundo o autor, não houve aqui o isolamento sistemático de um grupo sobre o outro, mas uma interação entre os diversos segmentos, sendo que, as relações estabelecidas contribuíram para o desenvolvimento do país. Logo:

“A verdade é que no Brasil, ao contrário do que se observa em outros países da América e da África de recente colonização européia, a cultura primitiva – tanto a ameríndia como a africana – não se vem isolando em bolões duros, secos, indigestos, inassimiláveis; ao sistema social do europeu. Muito menos estratificando-se em arcaísmos e curiosidades etnográficas. Faz-se sentir na presença viva, útil, ativa, e não apenas pitoresca, de elementos com atuação criadora no desenvolvimento nacional”. (Freyre, 2004, p. 231).

Enfim, sendo cultura adiantada aquela com que os portugueses chegaram no Brasil, sendo inferior a cultura encontrada na região e, também, a cultura vinda com africanos, não houve o isolamento das mesmas. Ao contrário, houve uma mistura de raças, de culturas,

de povos que aqui instalaram. E, tudo isso devido ao que ficou conhecido como a identidade mestiça, ou miscigenação, hibridez, em suma, ao processo de interação entre os grupos que formaram o Brasil.

### **1.6 Relações raciais: mestiçagem**

Para defender o tema e prevalência da mestiçagem ocorrida no Brasil, Freyre trabalhou com as idéias de “interpenetração” e “sintetização” dos diferentes estratos que aqui se cruzaram. Ele desenvolveu a tese do “antagonismo equilibrado”. Portanto:

“Pois dentro desse sistema muita comunicação houve entre casas-grandes e senzalas, entre sobrados e mucambos e não apenas separação ou diferenciação. Síntese e não apenas antítese. Complementação afetiva e não apenas diversificação economicamente antagonica. Nem se explicaria de outro modo o relevo que vêm tomando, entre nós, manifestações híbridas não só de cultura como de tipo físico. O sistema original, mal reponta do oceano de mestiçagem que o vem avassalando(...)”. (Freyre, 2003, p. 55)

Segundo o sociólogo, o Brasil desde a sua origem possuiu uma identidade mestiça. Os primeiros contatos dos portugueses com as nativas da terra possibilitaram uma interação harmônica entre grupos de características diferentes. Houve vantagens, em seu pensamento para o estrato dominante e para o dominado. Conseqüentemente:

“Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado”. (Freyre, 2004, p. 160).

Por “antagonismo equilibrado”, defendeu Freyre a noção de que mesmo sendo estratos raciais, sociais, culturais e econômicos diferentes, as relações prevaletentes eram de equilíbrio entre estrato dominado e estrato dominante. Assim, é relevante observar que mesmo o relacionamento entre senhor e escravo era relação de complementação de um grupo por outro. Dessa forma, a energia, o motor, da “potencialidade da cultura brasileira”, possuía seu fundamento na “riqueza dos antagonismos equilibrados”. Para Freyre, o Brasil foi constituído de “duas metades confraternizantes”, e que reciprocamente enriqueceram-se com “valores e experiências diversas”. Segundo este sociólogo, quando houvesse o complemento da população como “em um todo”, esse complemento não implicaria em sua concepção, “o sacrifício de um elemento ao outro” (Freyre, 2004, p. 418). Dessa forma, a miscigenação ocorreu não somente devido a relações íntimas de um estrato dominante e um estrato dominado, mas também através de reciprocidade de valores e sentimentos. Assim sendo:

“Verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e de sentimentos. Predominantemente coletivistas, os vindos das senzalas; puxando para o individualismo e para o privatismo, os das casas-grandes”. (Freyre, 2004, p. 438).

Mesmo com as acusações de comportamentos sádicos por senhores de escravos e comportamentos masoquistas por grupos dominados, Freyre defendeu a idéia de equilíbrio entre os diferentes grupos que constituíam a sociedade patriarcal. Em sua obra está presente a noção de harmonia entre opostos. Reconheceu ele que, de fato, havia muitos pontos conflitantes entre os extremos, mas o que prevaleceu em sua leitura da formação do Brasil, e o intercruzamento de raças que houve aqui, foi a plasticidade, a miscigenação. Logo:

“Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente européia e outros de cultura principalmente

africana e ameríndia. E não sem certas vantagens, as de uma dualidade não de todo prejudicial à nossa cultura em formação, enriquecida de um lado pela espontaneidade, pelo frescor de imaginação e emoção do grande número e, de outro lado, pelo contato, através das elites, com a ciência, com a técnica e com o pensamento adiantado da Europa. Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente a muitos respeito a intercomunicação entre duas tradições de cultura. Mas não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical (...) o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos”. (Freyre, 2004, p. 115).

A mistura entre as raças diminuiu, segundo Freyre, a distância entre os grupos. Os pontos extremos das camadas sociais e raciais viram-se aproximados por meio da miscigenação, o que foi favorável para o país na medida em que possibilitou o germe da democratização racial do Brasil. Assim, a identidade mestiça, logo de início, foi possibilitada pela vocação do português para a hibridez. Ele ressalta, ainda, que o português foi um “povo indefinido entre a Europa e a África”, sendo influenciado não por uma ou outra cultura, mas sim pelas duas:

“A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura.; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando mas sem governar; governando antes a África”. (Freyre, 2004, p. 66).

Freyre destacou também a mistura dos africanos e seus descendentes não somente com os brancos do litoral, mas também a mistura com índias. Segundo o autor, ao “aquilombar no sertão”, e na ausência de mulheres negras, os negros refugiados raptavam mulheres índias, de maneira que este hábito “foi largamente praticado pelos pretos

quilombolas”, (Freyre, 2004, p. 108). Com isso, Freyre demonstrou a “influência africana”, da mesma forma, sobre o indivíduo do sertão, considerados “brancos puros”. Houve, também, mestiçagem no reduto sertanejo.<sup>50</sup>

Continuando em sua linha de raciocínio sobre a mestiçagem, Freyre defendeu a noção de democracia a partir das relações íntimas dos senhores abastados com as negras e mulatas, bem como os descendentes que daí surgiram. Segundo ele, a assiduidade das “uniões irregulares” entre “negociantes, eclesiásticos, proprietários rurais” que eram os “homens abastados” do período escravocrata com “negras e mulatas” são causas da disseminação da riqueza, o que por um lado, significava prejuízo para a “organização da economia patriarcal”, mas que possuía benefícios para o “desenvolvimento da sociedade” no que se referia às “linhas democráticas”.

Enfim, o negro no pensamento de Gilberto Freyre ocupa o lugar de subordinado, porém indispensável para o período analisado. E, em interação com o estrato dominante, contribuiu de forma significativa em diversos aspectos: trabalho, alimentação, linguagem, hábitos, costumes. Diante disso, o autor destacou a necessidade de separar o que foi próprio dos negros e seus descendentes no Brasil e o que resultou de sua condição de escravo.

A violência adotada no tratamento dos escravos era freqüente, mas ela convivia com uma outra forma de interação, a intimidade entre um estrato racial e outro. Freyre defendeu a noção de uma certa doçura na relação entre senhores e escravos, principalmente, entre as senhoras e as mucamas.

A idéia de “antagonismo equilibrado” foi a tese do autor. O equilíbrio entre as raças, classes, grupos que constituíram o Brasil é fundamental em sua obra. Nessa perspectiva, Freyre defendeu a idéia de miscigenação como ponto relevante para o processo

---

<sup>50</sup> Ver Freyre, 2004, p. 108.



de democratização do país. Porém, não conseguiu superar os conceitos de raça adiantada e raça atrasada, mesmo defendendo a cultura dos povos africanos.<sup>51</sup>

No próximo capítulo, analisaremos o lugar do negro no pensamento de Florestan Fernandes, autor que, após o paradigma racista e o paradigma culturalista, é representante de uma visão estruturalista das relações raciais no Brasil, e, conforme perceberemos, trabalhou em uma perspectiva totalmente diferente da visão de Freyre, mas, cujo lugar do negro, continua sendo o lugar de subordinado no âmbito das relações raciais dentro da nação brasileira.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> E, também, dos povos indígenas, conforme Freyre, 2004.

<sup>52</sup> Ver Fernandes, 1978.

## **CAPÍTULO 2**

### **O NEGRO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO:**

#### **UM ESTUDO SOBRE FLORESTAN FERNANDES –**

#### **SÍNTESE**

Neste capítulo, o objetivo fundamental consiste em apontar as principais idéias e respectivas problemáticas do pensamento de Florestan Fernandes sobre as relações raciais, particularmente, no que se refere à população negra, bem como o lugar que esta ocupa em seu pensamento. Ressalvando que não há pretensão em esgotar o assunto, mas analisar de modo consistente e coerente o trabalho do autor, dado a sua relevância enquanto representante do paradigma estruturalista no estudo das relações raciais.

Embora Florestan Fernandes analise a incorporação do negro na sociedade competitiva na cidade de São Paulo, do período pós-abolição até meados do século XX, seu trabalho é pertinente no que se refere à questão teórica mais ampla de inclusão de determinado segmento populacional em uma sociedade:

“Em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na história. Trata-se de assunto inexplorado ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros. E nos aventuramos a ele, através do negro e do mulato, porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil”. (Fernandes, 1978, p. 09).

Portanto, este trabalho não pretende generalizar as principais teses do autor, mas examinar seus estudos e traçar a relevância deles através da análise da obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”<sup>53</sup>, haja vista a exposição das relações raciais e da situação do negro e mulato pelo autor<sup>54</sup>. Conseqüentemente:

“No conjunto, a análise permite considerar os aspectos psicodinâmicos e sociodinâmicos da mobilização do homem da plebe para os papéis sociais e as situações de vida da ordem social competitiva. Doutro lado, como o comportamento social de “negros” e “brancos” constitui o foco direto das descrições e interpretações, ela nos diz como o nosso sistema de relações raciais respondeu às transformações da estrutura da sociedade inclusiva. Evidencia-se, aí, como a modernização tem ocorrido, na esfera das relações raciais, como um fenômeno heterogêneo, descontínuo e unilateral, engendrando um dos problemas sociais mais graves para a continuidade do desenvolvimento da ordem social competitiva na sociedade brasileira. Por conseguinte, a análise converte-se em um estudo da formação, consolidação e expansão do regime de classes sociais no Brasil do ângulo das relações raciais e, em particular, da absorção do negro e do mulato. Dadas as dificuldades com que estes se depararam, para compartilhar do destino comum no plano nacional, os resultados da investigação são extremamente úteis para se entender os dilemas materiais e morais não só da democratização das relações raciais mas da própria sorte da democracia no Brasil”. (Fernandes, 1978, p.09-10).

Para melhor compreensão, este trabalho possuirá a seguinte estrutura: estudo dos principais conceitos, contexto em que aparecem no plano das relações com respectivo estabelecimento de nexos e considerações parciais, sendo que, através da análise, procuraremos demonstrar o lugar do contingente negro no pensamento do autor.

Nessa linha de raciocínio, o primeiro desafio é compreender a terminologia escolhida por Fernandes (1978) para designar a população afro-descendente. “População de

---

<sup>53</sup> A obra compreende o volume I e o volume II, “A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era”.

<sup>54</sup> Outro trabalho de Florestan Fernandes sobre o assunto, porém junto com Roger Bastide, chama-se “Branco e Negro em São Paulo”, 3 ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.

cor”, “Negro”, “Preto”, “Mulato”, são os termos mais utilizados quando se referia a este contingente populacional em sua obra, uma dificuldade na terminologia que ele mesmo expôs da seguinte forma:

“No uso de certas palavras encontramos várias dificuldades. O termo “preto” sempre foi usado pelo “branco” para designar o negro e o mulato, em São Paulo, mas através de uma imagem estereotipada e sumamente negativa, elaborada socialmente no passado. Os próprios negros e mulatos preferiram, em suas primeiras manifestações de autonomia – através dos movimentos reivindicatórios – a autodesignação contida na palavra negro. Doutra lado, impugnam o vocábulo “branco”, alegando que a mestiçagem impõe restrições severas às pretensões de “pureza de sangue” dos paulistas. Para evitar suscetibilidades ou recriminações, usamos a palavra “preto” quando a esteriotipação do “branco” entra, visivelmente, em jogo; e colocamos todas as palavras entre aspas, com exceção de casos concretos, onde pudemos discernir as gradações da cor da pele dos sujeitos da investigação. Outrossim, empregamos as expressões “homem de cor” e “população de cor” frequentemente e sem nenhuma conotação pejorativa”. (Fernandes, 1978, p.12-13).

Segundo Silva (1995) na construção da identidade pessoal e social, os indivíduos pertencentes à raça negra têm dificuldades de se auto definirem com valores construídos a partir de características próprias, devido à interiorização de valores forjados de maneira pejorativa pelo grupo dominante. Tendo como referência o grupo dominante, o estrato branco da população, a identidade da população negra, enquanto grupo dominado, fica sujeita à própria construção, a partir do seu reconhecimento enquanto sujeito histórico e social, participante ativo da sociedade, o que corrobora o problema de classificação desse estrato racial. Um outro aspecto que dificulta a construção de uma identidade negra é o da mestiçagem que ocorreu no âmbito das relações raciais. Para o trabalho, Florestan Fernandes, além dos vocábulos descritos acima utilizou em sua obra os termos “negro” e “mulato” constantemente ao se dirigir à raça negra. Ele citou em sua obra o mulato junto com o negro devido o primeiro, apresentar situação social, histórica, econômica e cultural semelhante ao segundo.

Outra situação que merece ser analisada diz respeito aos termos utilizados por Florestan Fernandes para se referir ao modo de produção predominante no Brasil até fins do século XIX: o autor reportava-se a ele, às vezes, como regime escravocrata e senhorial, outras, como regime servil. Com a desagregação da sociedade escravocrata e pós-abolição em 1888, entrou em cena o modo de produção que ele designou como sociedade ou ordem competitiva, sistema de relações de produção mercantil, sociedade de classes, enfim, sociedade capitalista ou o conjunto de mudanças que conduziu a ela.

Ao expor a situação do negro, do mulato, e do branco na sociedade, bem como as respectivas interações que travaram entre si, Florestan Fernandes se referiu a um “padrão assimétrico de relações raciais”, ou, “padrão tradicionalista de relações raciais”, constantemente reproduzido pelos indivíduos. Retornaremos a este ponto mais à frente.

Um conceito relevante para compreender a obra do referido autor é o “preconceito de cor”, que ele, em nota de rodapé, resumidamente, designa como:

“(…) uma categoria histórico-sociológica, construída pelos “negros” e, em larga medida, compartilhada pelos “brancos”. O que caracteriza essa categoria, (...) é seu caráter compreensivo. Ela funde as duas noções técnicas, de preconceito racial e de discriminação racial”.(Fernandes, 1978, p.291, vol. II).<sup>55</sup>

Em outras palavras, o “preconceito de cor” compreende não somente atitudes que negam os indivíduos devido a sua cor, mas engloba os comportamentos discriminativos também, sendo engano pensar que a exclusão do grupo ocorre somente pela rejeição à sua cor. Em outras palavras:

---

<sup>55</sup> O autor explica o que ele considera como preconceito e discriminação logo a seguir: “O preconceito racial pode ser definido como “uma atitude social propagada no público por uma classe exploradora, com o fito de estigmatizar determinado grupo como inferior, de tal modo que a exploração do próprio grupo ou de seus recursos possa ser justificada”(O. C. Cox, Caste, Class & Race. A Study in Social Dynamics(...)); por sua vez, “a discriminação racial somente aparece quando negamos a indivíduos ou grupo de pessoas a igualdade de tratamento que eles possam desejar” (G.W.ALLPORT, The Nature of Prejudice(...)). (FERNANDES, 1978:291).

“O “preconceito de cor” aparece à análise histórico-sociológica como uma formação psico-social e sócio-cultural típica da civilização luso-brasileira. Ele conjuga avaliações e atitudes preconceituosas, de cunho etnocêntrico e utilitário, a compulsões e controles sociais discriminativos, oferecendo a necessária base eidológica e etológica para aquelas avaliações e atitudes bem como articulando-as a comportamentos estandarizados, que lhe conferem um mínimo de efetividade, de coercitividade e de continuidade”. (Fernandes, 1978, p. 290-292).

Portanto, esses são alguns dos conceitos essenciais para a compreensão do pensamento social de Fernandes (1978). A articulação entre eles demonstrou o lugar do negro em sua teorização sobre as relações raciais no Brasil.

## **2.1 O lugar do negro na sociedade de classes**

Após a abolição da escravatura em 1888, conforme Florestan Fernandes, o contingente populacional negro e mulato ficou sem meios para ajustar-se à nova ordem social, à sociedade competitiva, que exigia como um dos seus principais elementos o trabalho livre, na forma de força de trabalho, que deveria ser vendida a quem estivesse disposta a comprá-la. A dificuldade de ajustamento por parte da “população de cor” a esta realidade e sua respectiva exclusão ocorreu devido a diversos fatores, que analisaremos a seguir.

Embora havendo mudança na estrutura da sociedade, persistiu na mesma o padrão tradicionalista de relações raciais que havia no período da escravidão, ou melhor, padrão assimétrico de relações raciais onde as posições dos indivíduos estavam definidas de acordo com a raça à qual pertenciam. Conforme esse padrão de interação social, estavam reservadas ao estrato branco da população as camadas superiores da sociedade e seus respectivos postos

ocupacionais e ao estrato negro e mulato eram reservadas as camadas consideradas inferiores da esfera social. O cruzamento de condição racial com a situação social evidenciou uma conjuntura de espoliação da “população de cor” e, a persistência destas circunstâncias, ao longo de décadas, foi que caracterizaram, por sua vez, a desigualdade racial.

Florestan Fernandes desenvolveu toda uma análise demonstrando como no contexto de integração do negro na sociedade de classes não foram criados mecanismos para que esta integração acontecesse de fato, mas somente, por meio de um automatismo pós-abolição. A população negra, no período de transição de um sistema econômico para outro, não obteve apoio institucional dentro da sociedade de modo a ser incluída na mesma, enfim:

“A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. Essas facetas da situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. Ela se converteu, como asseverava Rui Barbosa dez anos depois, numa “ironia atroz”. Concretizara-se, de modo funesto, imprevisto e em escala coletiva, o vaticínio de Luís Gama ao traduzir os anseios de liberdade de certo cativo: “falta-lhe a liberdade de ser infeliz onde e como queira...”. (Fernandes, 1978, p.15)

Um dos fatores que contribuiu para o isolamento dos antigos agentes de trabalho escravo no período pós-abolição foi os denominados “trabalhadores nacionais” e, principalmente, a participação de trabalhadores imigrantes, importados em grande parte da Europa. Florestan Fernandes designa os primeiros como “(...) ‘brancos’ ou ‘mestiços’ (na

maioria de descendência cabocla), que constituíam, sob o regime servil, uma camada social ‘livre’, mas dependente e sem profissão definida”. (Bastide; Fernandes, 1971, p. 59).

A respeito dos trabalhadores imigrantes, Kowarick (1994) corroborou o trabalho de Florestan Fernandes quando expôs que onde houve maior presença do imigrante estrangeiro, praticamente extinguiu-se a possibilidade de emprego de mão-de-obra do ex-escravo. Com a importação constante de estrangeiros, mais o contingente liberto, formou-se um excedente de força de trabalho que permitia a continuidade de tal situação.

Onde eram contratados o trabalho dos imigrantes, o trabalho do negro era dispensado das relações de produção e também era dispensado como agente de trabalho, por isso, dificilmente, conseguia ocupação. Eliminado o problema da escravidão legal, não houve a criação e adoção de medidas que mantivessem esse segmento da população incorporado à estrutura da sociedade. Ao contrário, houve a criação de medidas no sentido de substituir esta força de trabalho, como o incentivo de importação de mão de obra estrangeira. Portanto:

“Assim se explica por que o clamor por medidas compulsórias, que obrigassem o ex-escravo ao trabalho e o “protegessem”, promovendo sua adaptação ao estilo de vida emergente, se tenha extinguido com relativa rapidez e sem deixar nenhum fruto ou qualquer vestígio de generosidade. Perdendo sua importância privilegiada como mão-de-obra exclusiva, ele também perdeu todo o interesse que possuía para as camadas dominantes. A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade mantiveram-se indiferentes e inertes diante de um drama material e moral que sempre fora claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que ele estava em condições de criar por si e para si mesmo”. (Fernandes, 1978, p.17-18).

Logo após a escravidão, período denominado por Florestan Fernandes de “concepção tracionalista do mundo” e de “dominação patrimonialista”, os antigos agentes de trabalho escravo viram-se limitados, no que se refere à sua inserção, à esfera de ocupação e a própria sociedade por uma série de fatores, entre eles, pela omissão da antiga elite, ex-



senhores de escravos, pelos imigrantes, pela própria falta de qualificação para o trabalho livre e pela sua orientação ideológica não capitalista ou, falta de vivência das relações capitalistas.

No que se refere ao período de concepção tradicionalista do mundo, temos as antigas famílias escravocratas comandando a esfera sócio-econômica via dominação patrimonial, destinando os postos de trabalhos a seus protegidos. Somando a isso, temos a mesma elite – antigas famílias escravocratas – rejeitando o negro e o mulato, deixando-os livres para arcarem com a própria sorte. Os imigrantes europeus, com concepções capitalistas, acostumados a lidar com o trabalho livre, viam-se preferidos em detrimento dos elementos nacionais.

Libertos da escravidão, o negro e o mulato, segundo Florestan Fernandes, não possuíam a orientação ideológica de progresso dentro da ordem social competitiva que consistia na ânsia pelo lucro, na “ambição do poder pela riqueza” de “mentalidade marcadamente mercantil”, o que favorecia à sua exclusão desse sistema.

Dentro desse ambiente:

“(…) Pensava-se que o” trabalho livre”, de “iniciativa individual” e o “liberalismo econômico” eram os ingredientes do “progresso”, a chave que iria permitir superar o “atraso do país” e propiciar a conquista dos foros de “Nação civilizada” pelo Brasil. Os móveis das ações, os comportamentos e a própria personalidade dos agentes econômicos confirmavam-se, de modo crescente e cada vez mais profundo, pelos padrões típicos do empresário e do trabalhador livre da civilização capitalista. Nesse clima, o negro encontrava boa acolhida: enquanto “escravo insubmisso”, que fugia da senzala e se rebelava contra a escravidão (no período final de desagregação do regime servil); enquanto se abrigava, como “protegido”, “dependente” ou “cria da família”, sob o manto das relações paternalistas (entre as famílias tradicionais ou, em menor número, entre as famílias adventícias em ascensão). Fora e acima disso, surgia como uma figura deslocada e aberrante no cenário tumultuoso que se forjava graças à “febre do café.” (Fernandes, 1978, p.19-20).

Além de um ambiente desfavorável para uma entrada efetiva no quadro de ocupações e também para a sua ascensão social, o negro e o mulato possuíam, naquele primeiro momento, limitações próprias. Logo:

“Mesmo quando conseguia inserir-se no sistema citadino de ocupações, ele não se polarizava na direção do futuro e, assim, não “engrenava”. Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais, etc.; não era suficientemente “industrioso” para fomentar a poupança, montando-a sobre uma miríade de privações aparentemente indecorosas, e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o “sucesso”; carecia de meios para lançar-se às pequenas ou às grandes especulações, que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais, e, principalmente, não sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação de riqueza. Onde mantinha posições dignificadoras (como artesão independente ou comerciante de viandas e de quinquilharias), onde conquistava alguma ocupação promissora (como funcionário público e como trabalhador livre, a jornal ou permanente), apegava-se a modelos de ação variavelmente pré e anticapitalistas. (...). Doutro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e duradouro, em escala grupal, das oportunidades novas. Como não se manifestou nenhuma impulsão coletiva que induzisse os brancos a discernir a necessidade, a legitimidade e a urgência de reparações sociais para proteger o negro (como pessoa e como grupo) nessa fase de transição, viver na cidade pressupunha, para ele, condenar-se a uma existência ambígua e marginal”. (Fernandes, 1978, p.20).

Portanto, a elite da sociedade brasileira deixou, sobre o negro e o mulato, a responsabilidade pelo seu próprio destino, pela própria reeducação e transformação que atendesse “(...) aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo”. (Fernandes, 1978, p.20).

No contexto que se urbanizava e em concorrência com o imigrante, o negro e o mulato foram afastados dos melhores postos da estrutura ocupacional que possuíam, como o

“artesanato pré-capitalista, comércio de miudezas” e de “serviços” o que contribuiu para fortalecer a tendência de ocupação de cargos “brutos”, até mesmo “degradantes”:<sup>56</sup>

“O impacto da competição com o ‘estrangeiro’ foi aniquilador para o negro e o mulato, porque eles não contavam com elementos: seja para resguardar as posições relativamente vantajosas, já adquiridas; seja para concorrer nas sucessivas redistribuições das oportunidades econômicas entre os grupos étnicos concorrentes, embora elas fossem, então, muito fluidas, acessíveis e elásticas, por causa da extrema mobilidade imperante no meio econômico e social. Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema – com os que “não serviam para outra coisa” ou com os que “estavam começando bem por baixo”. (Fernandes, 1978, p.26).

As alternativas para o contingente negro e mulato diante da realidade exposta era, segundo o autor, “incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento” ou “abater-se penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de “homem livre”. (Fernandes, 1978: 28).

A orientação ideológica associada ao trabalho livre era necessária para a incorporação do determinado segmento racial à esfera capitalista de produção. A necessidade de superar a mentalidade e os vícios gerados pela escravidão era relevante na medida que esses vícios e modo de pensar a realidade impediam a disciplina e o pensamento racional que eram exigidos pela nova ordem social. Segundo o autor:

---

<sup>56</sup> Embora pareça contraditório o aspecto de ingresso ou não a postos ocupacionais até mesmo “degradantes”, a contradição caracteriza a realidade do período analisado por Florestan Fernandes.

“No fundo de toda essa questão, está a natureza das reações dos negros e dos mulatos ao trabalho livre. Para o branco, que contratava os trabalhadores em termos puramente mercantis, o que contava era o rendimento do trabalho, a observância das cláusulas dos contratos e o nível de remuneração desse fator da produção. Para o negro e para o mulato, tudo isso era secundário, como meros atributos do homem que fosse livre para vender e aplicar sua força de trabalho; o que adquiria caráter essencial, no cerne de suas avaliações, era a condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar. Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar “vida nova na pátria nova”, calculando libertar-se dessa condição o mais depressa possível, o negro e o mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana. Introduziam, portanto, elementos morais no contrato de trabalho, altamente desfavoráveis em uma ordem social que timbrava por despojar a relação patrão-assalariado de obrigações e de direitos extra-econômicos. Acresce que as avaliações de tais direitos e obrigações pautavam-se por critérios propriamente pré-capitalistas”. (Fernandes, 1978, p.29).

A Revolução burguesa<sup>57</sup> e a mudança estrutural da sociedade – escravocrata para capitalista - não incorporaram o negro e o mulato, imediatamente, à sua nova ordem social. Estes, devido às situações expostas neste trabalho, continuaram negligenciados. No novo sistema, o branco era o grupo racial dominante, ocupando os postos mais elevados da “estratificação interétnica”. E o negro e mulato, embora vivendo toda a situação, não possuíam meios para superá-la:

“A moral da história é simples. Terminadas as agitações, os escravos e os libertos sabiam bem, coletivamente, o que não queriam. Contudo, não tinham consciência clara sobre o que deveriam querer coletivamente nem de como agir socialmente para estabelecer semelhante querer coletivo”. (Fernandes, 1978, p.48).

Segundo Florestan Fernandes, o contexto citadino repeliu não o negro, mas, o “escravo” e o “liberto”, por não possuírem as características psicossociais necessárias à nova ordem social, a sociedade de classes, de ordem competitiva, que reivindicava o “homem

---

<sup>57</sup> A primeira fase da Revolução Burguesa compreendeu o período de desagregação do regime escravista até início da II guerra mundial, conforme Florestan Fernandes, 1978.

livre”. Nesse sentido, o aspecto positivo consistia na exigência da interpretação de um novo papel desempenhado pelo negro e pelo mulato, e a repulsão dos atributos psicossociais e morais que adquirira anteriormente. Os novos papéis sociais eram, principalmente, o de “chefe de família”, de “trabalhador assalariado”, de “empresário capitalista”, de “cidadão”. Nesse sentido, o autor afirmou como as transformações que ocorriam na sociedade e o confronto com a situação do negro e do mulato significaram tensões internas e externas para este contingente que procurava se integrar em um ambiente desfavorável:

“Portanto, a análise sociológica da correlação entre a estrutura do mundo urbano nascente e as propulsões psicossociais do negro recém-egresso do cativeiro é deveras importante para entender-se não só o que “foi” mas, também, o que “viria a ser” a situação do “negro” na ordem social competitiva. De um lado, a repulsão que se encaminha, por vias tortuosas e íngremes, para a integração social. De outro, o desajustamento estrutural que conduz, pela vitória paulatina do homem negro sobre si mesmo e sobre as adversidades do ambiente, ao aperfeiçoamento contínuo das aptidões adaptativas, do equilíbrio da pessoa e da assimilação de formas sociais mais e mais complexas(...). Os anos do desengano, em que o sofrimento e a humilhação se transformam em fel, mas também incitam o “negro” a vencer-se e a sobrepujar-se, pondo-se à altura de suas ilusões igualitárias. Enfim, os anos em que o “negro” descobre, por sua conta e risco, que tudo lhe fora negado e que o homem só conquista aquilo que ele for capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história”. (Fernandes, 1978, p.97).

Ademais, a qualificação profissional não era garantia de ocupação no regime competitivo e o “preconceito de cor” agia fortemente contra o negro e o mulato, ponto a que retornaremos adiante.

O desajustamento estrutural do negro e do mulato à nova ordem social devido condições anômicas de existência é facilmente verificável devido aos diversos problemas sociais aos quais foram submetidos. A “vadiagem sistemática”, “a especialização na área do crime”, a “exploração do trabalho da mulher”, a “prostituição”, a persistência no “cortiço”, a “desorganização da vida sexual”, “abuso sexual de menores”, a “promiscuidade”, “o

abandono do menor, dos velhos e dos dependentes”, a “mendicância”, o “alcoolismo”, a inexistência de uma estrutura familiar sólida e generalizada foram alguns dos problemas enfrentados pelo o negro e o mulato depois da abolição da escravatura.

A desorganização da vida sexual, por exemplo, foi uma fonte de desequilíbrio. À título de ilustração, temos o seguinte trecho:

“Portanto, a própria “população de cor” percebeu, claramente, em que sentido a “promiscuidade” erigiu-se numa condição permanente de vida social anômica, produzindo efeitos que solapavam o equilíbrio da vida doméstica e das relações das gerações. Em troca de compensações eróticas, o “negro” desmoralizava-se duplamente: aceitando um estilo de vida em que se “inferiorizava” e no qual “inferiorizava” os outros continuamente; e “inferiorizando” as mulheres que iriam ser as mães de seus filhos e a estes próprios, ao longo de suas vidas, fazia-os arcar para sempre com a “vergonha” e com as “responsabilidades” de seus atos”. (Fernandes, 1978, p.150-151).

Diante de acusações de forte erotização do negro e do mulato, como características próprias destes e como símbolo de inferioridade racial, o autor defendeu que:

“O que importa, aqui, é o fato de que o “negro” foi despojado e excluído de tudo – menos do seu corpo e das potencialidades que ele abria à condição humana. Tudo acabou gravitando em torno do “sexo” e da “arte erótica”, porque foi nesse terreno que o “negro” e o “mulato” viram abertos diante de si todos os caminhos que conduziam ao prazer e à perdição, mas também levavam à redenção e ao amor. O lado dramático dessa situação não está, portanto, na área em que se deu a auto-afirmação do “negro” e do “mulato”. Mas, no caráter de pura explosão erótica apresentado por essa auto-afirmação. Nenhuma disciplina interna ou exterior sublimava o teor emocional ou o sentido moral do “prazer sexual”. Ora, tal coisa não sucedia nas tradições tribais perdidas: nelas, a vitalidade, a alegria e a pureza do prazer sexual exprimiam-se segundo certas regras, que incluíam o respeito por si e pelo parceiro da atividade erótica. Foi a escravidão que suprimiu essas barreiras e toda a delicadeza ingênua mas refinada que coroa a ligação do homem e da mulher segundo os modelos tipicamente africanos. Impedindo a escolha dos parceiros e até dos momentos para os encontros amorosos, obrigando uma mulher a “servir” vários homens, com ou sem disposição erótica, e incentivando o coito como mero “alívio da carne”, ela degradou, juntamente com a

pessoa do escravo, o seu corpo, a atividade erótica e as técnicas do amor. Ao conquistar a liberdade, o “negro” imprimiu nova dignidade às relações dos sexos, mas não tinha como nem por que disciplinar-se na redescoberta das únicas fontes violentas, puras e simples de prazer que estavam ao seu alcance.”(Fernandes, 1978, p.151-152).

No aspecto desestruturador que as relações sexuais assumiram, podemos observar que:

“(...) o sexo erige-se no foco por excelência de precipitação e de revitalização dos fatores de anomia da vida social dos negros e dos mulatos. Ele retrai, solapa e às vezes até deturpa a absorção de novos padrões de comportamento, impedindo ou retardando a plena configuração da família equilibrada e integrada no “meio negro”. (Fernandes, 1978, p.153).

O desajustamento familiar e a influência sobre as crianças, a “inconsistência dos laços de solidariedade social”, a deficiência do serviço público de assistência social, o tratamento diferenciado para com o negro e o mulato por parte da polícia faziam da “população de cor” um “perigo público”. A marginalidade era, pois, um risco constante dentro daquele ambiente de desajustamento, segundo Florestan Fernandes:

“O essencial, todavia, e que precisamos reter cuidadosamente, já ressaltamos de várias maneiras: o indivíduo não fora socializado para agir como “operário” e para realizar-se através das carreiras acessíveis, como trabalhador assalariado. Desajustava-se, pois, por falta de aptidões e predisposições que deveriam ser adquiridas previamente ou que fossem assimiláveis mediante “a educação pelo trabalho”.(Fernandes, 1978, p.188).

Diante da “precariedade da situação econômica”, a ausência de postos de ocupação para a “população de cor”, os problemas sociais enfrentados eram mais do que uma herança sócio-cultural, mas, uma “crise de ordem institucional”. Nas três primeiras décadas do século XX, isso representou uma incapacidade da sociedade competitiva de incorporar o

antigo agente do trabalho escravo em seu sistema de classes, em seus postos de trabalho. E, de reorganizar a vida do elemento negro e mulato após a vivência da escravidão.

O negro e o mulato não ficaram passivos diante de toda esta situação exposta. As manifestações de desajustamento representaram a reação deste segmento social à realidade posta, logo:

“A extrema apatia do negro e do mulato traduzia uma modalidade de auto-afirmação pessoal e ocultava o significado de uma resistência coletiva. (...) Eis porque, em torno da apatia, estavam polarizados os ajustamentos que convertiam a inércia e a passividade nos mecanismos da adaptação ao aglomerado urbano”.(Fernandes, 1978, p.233).

Por outro lado, atribuir os problemas e desajustamentos enfrentados pelo negro e pelo mulato somente ao preconceito de cor, segundo Florestan Fernandes, era um equívoco.

Pois esses possuíam uma função social:

“Tomando-se a rede de relações raciais como ela se apresenta em nossos dias, poderia parecer que a desigualdade econômica, social e política, existente entre o “negro” e o “branco”, fosse fruto do preconceito de cor e da discriminação racial. A análise histórica-sociológica patenteia, porém, que esses mecanismos possuem outra função: a de manter a distância social e o padrão correspondente de isolamento sócio-cultural, conservados em bloco pela simples perpetuação indefinida de estruturas parciais arcaicas. Portanto, qualquer que venha a ser, posteriormente, a importância dinâmica do preconceito de cor e da discriminação racial, eles não criaram a realidade pungente que nos preocupa. Ela foi herdada, como parte de nossas dificuldades em superar os padrões de relações raciais inerentes à ordem social escravocrata e senhorial. Graças a isso, ambos não visavam, desde o advento da Abolição, instituir privilégios econômicos, sociais e políticos, para beneficiar a “raça branca”. Tinham por função defender as barreiras que resguardavam, estrutural e dinamicamente, privilégios já estabelecidos e a própria posição do “branco” em face do “negro”, como raça dominante”. (Fernandes, 1978, p. 249).



Dessa maneira, o preconceito de cor possuía como função, manter a estrutura racial com suas respectivas posições herdadas da “sociedade de casta”, escravocrata, sem maiores mudanças em sua base, resguardando o *status quo* do grupo dominante e disciplinando os grupos dominados nas posições da “plebe”, de modo que estes não reivindicassem maior participação nos diferentes espaços da sociedade. E, o “padrão de isolamento econômico e sócio-cultural” provocado por fatores como “a degradação pela escravidão”, “a anomia social”, “a pauperização” e “a integração deficiente” caracterizaram a situação do negro e do mulato dentro de uma sociedade que se dizia “competitiva”, “aberta” e “democrática”.

Portanto, a reprodução das desigualdades econômicas, sociais e políticas e as situações de desajustamento ocorreram devido a reprodução da estrutura racial. O processo acontecia de modo a preservar a estratificação entre as raças e também, a divisão social, mantendo assim, a distância que separava os diferentes estratos e suas respectivas posições.

Considerando a influência do “padrão de isolamento sócio-cultural” na reprodução da desigualdade racial e social entre negros, mulatos e brancos, um aspecto relevante a ser tratado devido a sua abordagem na obra em questão e fator que influenciou a continuidade deste padrão, refere-se ao mito da democracia racial. Mito devido ser algo em que a maioria da população acreditava e que a impedia de visualizar a realidade da forma como ela se manifestava. Curiosamente, a manutenção do padrão de relações raciais do período escravocrata persistiu nas primeiras décadas pós-abolição. A posição racial e social dos indivíduos foi mantida de acordo com o estrato ao qual pertenciam. Segundo Florestan Fernandes:

“Em nenhum ponto ou momento o “homem de cor” chegou a ameaçar seja a posição do “homem branco” na estrutura de poder da sociedade inclusiva, seja a respeitabilidade e a exclusividade de seu estilo de vida. (...) Em síntese, não se esboçou nenhuma modalidade

de resistência aberta, consciente e organizada, que colocasse negros, brancos e mulatos em posições antagônicas e de luta. Por paradoxal que pareça, foi a omissão do “branco” – e não a ação – que redundou na perpetuação do status quo anterior”. (Fernandes, 1978, p. 250).

Diante disso, a ausência de uma consciência generalizada da desigualdade racial caracterizou o cenário. Se no período da escravidão não havia necessidade do mito, dado que não havia necessidade de se pensar um tipo de igualdade entre senhor e escravo, na emergente sociedade de classes, esse mito foi imposto pelos grupos dominantes e sua utilidade possuía três aspectos: atribuir a responsabilidade da situação do negro e do mulato a si mesmos; isentar o branco “de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais”; fortalecer “(...)a técnica de focalizar e avaliar as relações entre “negros” e “brancos” através de exterioridades ou aparências dos ajustamentos raciais, forjando uma consciência falsa da realidade racial brasileira” (Fernandes, 1978, p.255). Portanto, as antigas elites e os brancos ascendentes acreditavam e aproveitavam-se no mito para preservar o desequilíbrio entre a ordem social e a ordem racial dentro da sociedade de classes emergente.

Assim:

“Durante quase meio século, permaneceu soberana e intocável uma ideologia racial que colidia com as bases ecológicas, econômicas, psicológicas, sociais, culturais, jurídicas e políticas de uma sociedade multi-racial, de estrutura secularizada, aberta e em diferenciação tumultuosa! Ainda que os círculos humanos em ascensão pertencessem à “raça branca”, eles não possuíam motivos substanciais para se identificarem, nesse plano, com as velhas elites. Acresce que tinham, por circunstâncias especiais, bons motivos para não perfilharem e até para combaterem as técnicas de dominação social, às quais se conjugavam a persistência e a revitalização de critérios obsoletos de dominação racial. No entanto, os aludidos círculos permaneceram indiferentes quer às inconsistências dessas técnicas de dominação racial, quer à dramática situação, bastante notória, da “população de cor” da cidade. No essencial, apropriaram-se parcialmente daquelas técnicas, tirando algum proveito delas e aumentando a área de manifestação de acomodações raciais, em choque irremediável com os fundamentos legais e morais do novo estilo de vida social”. (Fernandes, 1978, p.251).

A população branca resguardava sua posição social de raça dominante, mantendo-se nos melhores postos dentro da sociedade e tratava a população negra e mulata com desconfiança, “(...) não viam com bons olhos as agitações em torno do “problema negro”. Por isso, agitar o ambiente social e racial naquele período consistia em quebrar a “paz social”, em outras palavras, alterar a ordem social estabelecida:

“A idéia de que o padrão brasileiro de relações entre “brancos” e “negros” se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da “democracia racial brasileira”. (Fernandes, 1978, p.253).

Por outro lado, a ideologia da democracia racial justificava o padrão assimétrico de relações raciais vivenciado pelos segmentos da população. Segundo esse padrão, negros, mulatos e brancos relacionavam entre si segundo critérios da antiga ordem escravocrata. O passado era reproduzido pela “mentalidade”, pelo “comportamento” e pelo “funcionamento das instituições” (In: Fernandes, 1978, p. 270). E “conhecer o seu lugar” ainda era o esperado, apesar da insatisfação crescente da “população de cor”. Logo, o padrão assimétrico entre os segmentos era transformado em ajustamentos dentro da nova ordem social, visto que a ordem racial era reproduzida quase sem alterações. Enfim, esse padrão assimétrico de relações raciais englobou a antiga relação tradicionalista e patrimonialista de dominação racial juntamente com a situação de classes sociais.

“O “branco” preservava ciosa e ferrenhamente a posição ativa e dominante da polarização “senhorial”. Enquanto o “negro” se conservava (ou era mantido) na posição subordinada correspondente, como se ainda fosse despido da condição civil de “pessoa”. Portanto, o que se deve enfatizar não é, propriamente, a existência de relações de dominação. Em toda a sociedade de classes existem formas legítimas de exercício da dominação, da liderança e da autoridade. Mas, a interpenetração entre o regime de classes e formas arcaicas de dominação racial”. (Fernandes, 1978, p.281).

Segundo o autor, a relevância da situação está em como houve uma “interpenetração” entre o nascente “regime de classes” do período e as formas antigas de “dominação racial”. Tendo em vista que em toda sociedade de classes há algum tipo de dominação, essa não constitui uma novidade em si, mas, na medida em que a acomodação racial ocorreu acompanhada de antigos instrumentos de dominação, houve uma divergência entre o sistema de classes que surgia e este antigo sistema de dominação racial ainda vigente, haja vista a ausência de uma ascensão imediata do negro e do mulato simultânea ao desenvolvimento do sistema de classes sociais. Ao contrário, houve uma preservação dos privilégios da população branca: “A acomodação racial processava-se segundo modelos reconhecidamente aberrantes, antes conforme à relação tradicionalista e patrimonialista que à relação heteronômica inerente à ordem social competitiva”. (Fernandes, 1978, p.281):

“Em suma, todos consentiam, espontaneamente, em perpetuar as velhas formas exteriores de convivência racial. “Branco” e “negro” viam-se através de um prisma deformado. Tendiam a apegar-se, portanto a expectativas de comportamento, a ideais de personalidade e a concepções de status e de papéis sociais que ordenavam a situação de contato inter-racial, material e moralmente, como se prevalecesse, para fins de classificação social e de tratamento recíproco, um estado de servidão não declarada da “raça negra”. Isso pressupunha a atualização e a vigência ininterruptas de ajustamentos raciais que renovavam, diuturnamente, o padrão assimétrico de relação racial, construído sob o império da escravidão e do domínio integral da “raça branca””. (Fernandes, 1978, p.285).

Nesse sentido, não se pode afirmar sobre a existência de uma “igualdade racial”. A realidade demonstrou um padrão de ajustamento, ou acomodação, que transformava a “subordinação passiva do negro” e a “supremacia ilimitada do branco” em fundamentos considerados “normais da interação racial”. Justificando tudo isso, temos o mito da democracia racial:

“Na medida em que contribuía para resguardar as velhas elites da obrigação de introduzir inovações efetivamente radicais e liberalizadoras nas relações dos “brancos” com os “negros”, ele auxiliou-as a manter quase intato o arcabouço em que se assentava a dominação tradicionalista e patrimonialista, base social da hegemonia da “raça negra”. Ao ligar-se a esse efeito, é evidente que o mito da “democracia racial” assumiu importância específica como componente dinâmico das forças de inércia social, que atuavam no sentido de garantir a perpetuidade de esquemas de ordenação das relações sociais herdadas do passado. Teve, assim, uma parte ativa na protelação das prerrogativas e privilégios sociais dos grupos dominantes, que exprimiam e mantinham a distância social existente entre os vários segmentos da sociedade. Desse ângulo, o mito em apreço aparece como um fator de retenção do desenvolvimento da ordem social competitiva e democrática. Em vez de ser um elemento de dinamização modernizadora das relações raciais, era uma fonte de estancamento e de estagnação, solapando ou destruindo tendências de caráter inovador e democratizador nessa esfera da convivência social humana”. (Fernandes, 1978, p.263).

## 2.2 O “Preconceito de Cor”

Outro conceito que contribui para apreender as relações raciais na obra de Florestan Fernandes e o respectivo lugar ocupado pelo negro e mulato em seu pensamento é o “preconceito de cor”. Como citado no texto, esta categoria histórico-social implica o preconceito em si, que corresponde às atitudes e avaliações, e a discriminação, que implica ações e comportamentos de recusa ao outro, a alteridade.

As mudanças histórico-sociais ocorridas e que haviam alterado a “estrutura e o funcionamento da sociedade” pouco afetaram a “ordenação das relações raciais”, mantendo a desigualdade vigente entre os estratos. Segundo Florestan Fernandes, essa situação implicava “dois grandes dilemas sociais”: o primeiro refere-se à absorção do negro à sociedade:

“(...) o dilema da absorção da ‘população de cor’ às formas de vida social organizadas imperantes na ordem social competitiva. O estado de miséria, de desorganização e de abandono, em que vivia a maior parte dessa população, precisava ser combatido e superado.” (Fernandes, 1978, p.1, vol. II).

O outro dilema social diz respeito ao preconceito de cor:

“Segundo, havia o dilema do ‘preconceito de cor’ ou seja, no que isso significa na sociedade brasileira, da perduração da velha associação entre cor e posição social ínfima, a qual excluía o ‘negro’, de modo parcial ou total (conforme os comportamentos e os direitos sociais considerados) da condição de gente. Enfim, o dilema que nascia das resistências abertas ou dissimuladas, mas todas muito fortes, em admitir-se o negro e o mulato em pé de igualdade com os ‘brancos’. Enquanto tal dilema subsistisse, mesmo o padrão de democracia inerente à sociedade de classe numa economia capitalista seria impraticável. Ocorria uma perversão insidiosa do regime, que trazia consigo riscos potenciais para a diferenciação e o equilíbrio da ordem social competitiva”. (Fernandes, 1978, p.1, vol.II).

Uma questão exposta por Florestan Fernandes diz respeito como o item “cor” e “posição social” “refletem-se na determinação do prestígio social do negro e do mulato”. Respondendo a esta questão, a “cor” é um símbolo infalível de posição social, mesmo para aqueles que conseguiram ascender socialmente.

O preconceito de cor constituiu uma realidade histórica e um problema social. Disseminado e praticado, sua manifestação interferiu e prejudicou a integração do negro e do mulato na vida social. Nesse sentido, possui as seguintes funções:

“Ele concorre seja para manter a distância social entre os dois estoques raciais em presença; seja para dificultar a classificação e a ascensão sociais do negro e do mulato; seja, por fim, para diminuir o impacto das influências modernizadoras da ordem social competitiva sobre o sistema tradicional de relações raciais”.(Fernandes, 1978, p.181, vol. II).

Embora atuante, o preconceito de cor não surgiu na sociedade de modo sistemático, ele foi atualizado, conciliando elementos psico-sociais e sócio-culturais, “(...) como uma realidade subreptícia, ambígua e difusa”, (Fernandes, 1978, p. 292, vol. II). E a cor dos segmentos sociais “(...) opera como uma referência dúplice: associa, inseparavelmente, ‘raça’ e ‘condição social’, estigmatizando socialmente toda uma categoria ‘racial’.” (Fernandes, 1978, p.292, vol.II). Segundo o autor, este aspecto é relevante na medida que é devido a ele que todo um estrato racial estigmatizado é impelido a “aceitar as formas de acomodação racial impostas”:

“Desenvolvendo atitudes, avaliações e comportamentos ambivalentes, confusos e incongruentes (alimentados pela duplicidade da referência diferenciadora), seus componentes ficam incapacitados de discernir a estigmatização racial da dependência sócio-econômica e do isolamento sócio-cultural, não sabendo, portanto, por onde e como impugná-los. Em consequência, as vítimas do ‘preconceito de cor’ são reduzidas à contingência de enfrentá-lo sob grande confusão moral e sem meios para se congregarem em minorias raciais integradas. Representando-se como parte ativa, de direito e de fato, da ordem social estabelecida, só aprendem a lidar com os efeitos nocivos da situação de contacto racial, quando o conseguem, no âmbito puramente individual. Também, está-lhes vedado o recurso coletivo e organizado a técnicas radicais de desmascaramento e de protesto, porque as tensões raciais foram confinadas ao fluxo subterrâneo das relações raciais e são definidas, socialmente, como ameaça incontornável à ‘paz social’. No conjunto, pois, tudo concorre para disciplinar, encobrir e conter as manifestações do ‘preconceito’, submetendo-as às exigências estruturais e dinâmicas de uma civilização que converteu a acomodação social em alvo ideal da integração societária dos estoques ‘raciais’ em interação”. (Fernandes, 1978, p. 292-293, vol.II).

Diante da estrutura ocupacional da sociedade, o “preconceito de cor” dificultou a integração do negro e do mulato, mesmo quando estes possuíam qualificação profissional. Projetado em ambiente de forte resistência a sua inserção, a “população de cor” encontrava-se marginalizada, ainda que, diante do contexto da “democratização das profissões”. O

sistema deformava a sua pessoa e a sua capacidade de realização humana. As estereotipações forjadas, de “brutos”, sem “capacidade para o trabalho organizado”, “mal educadas e irritadiças” – no caso de moças; “negros” que “não têm noção de responsabilidade e (...) capazes de avançar no que não é deles”, do fato de a cor perder no quesito “boa apresentação”, sem “agilidade mental”, de “preto não é bom trabalhador” e outras<sup>58</sup> impediam a ascensão do negro e do mulato dentro do “sistema de trabalho livre” dos “processos competitivos da organização capitalista das relações de produção” (Fernandes, 1978, p.122, vol. II). Logo:

“Em suma, se não legitima a dualidade do código ético de avaliação ocupacional, pelo menos a justifica como uma fatalidade. Assim, o ‘branco’ não visa, propriamente, resguardar-se e proteger-se da competição profissional com o ‘negro’. Torna-a, apenas, impossível. Em consequência, o caminho fica aberto para manter o ‘negro em seu lugar’, no caso os ‘serviços de preto’, e o próprio ‘branco’ preserva todo um rico arsenal de racionalizações, destinado a dar sentido e a fundamentar suas atitudes ou comportamentos exclusivistas. Graças a estas racionalizações, manipula uma perigosa arma de dois gumes, cujos principais efeitos são bem conhecidos. Ela permite por em prática um franco favoritismo pelo ‘trabalhador branco’ e suas aspirações ou realizações profissionais. Ao mesmo tempo, fomenta uma espécie de realismo enviesado diante do ‘trabalhador negro’ e de suas aspirações ou realizações profissionais”. (Fernandes, 1978, p. 121, vol.II).

A ideologia disseminada pela camada branca da população possuía “quatro aplicações negativas”: “alimenta intensa rejeição do ‘trabalhador negro’ em geral, através de justificações impessoais”, ou seja, responsabiliza a situação do negro e do mulato à sua origem; “estimula uma resistência relativamente forte e generalizada”, principalmente, em postos de “chefia, direção e liderança”; “alimenta (...) a política de ‘deixa o negro ir até certo ponto’”, não estimulando negros e mulatos a ocuparem cargos de maior prestígio social,

---

<sup>58</sup> Ver Fernandes, 1978, p.118-120, vol. II.



e, “faculta em situações que a competição entre o ‘negro’ e o ‘branco’ tende a favorecer os desígnios do primeiro, o recurso tácito a procedimentos localizados fora das regras do jogo” (Fernandes, 1978, p.121, vol. II), o que significava provocar para que as hostilidades aparecessem.

O tratamento do negro e do mulato pelo branco como inferior na ordem social envolveu “técnicas sociais de imposição de status” que, embora ocorreu em nível individual, tais técnicas implicaram comportamentos como a evitação de contato com o contingente negro, como o isolamento social, ou, a manutenção do “negro” ou “mulato” no seu devido “lugar”. Por outro lado, o tratamento do elemento branco pelo negro ou mulato, envolveu “o comportamento maneiroso e afável”, “o afã de seduzir o branco para contar com sua amizade ou, no mínimo, com uma neutralidade simpática”:

“De um lado, aquelas técnicas deixam bem claro que a ordem social vigente ainda se define, literalmente, como “o mundo dos brancos”. De outro, elas indicam, de forma cabal, que o “negro” precisa impor-se, consciente e voluntariamente, uma segunda natureza humana para ter acesso e esse mundo e poder compartilhar dele”. (Fernandes, 1978, p.250, vol. II).

Portanto, o preconceito de cor contribuiu para a manutenção do padrão assimétrico de relação racial, que, uma vez interiorizado e praticado pelo negro e mulato, implicou um “ajustamento irracional” à sociedade.

### 2.3 Os Movimentos Reivindicatórios

Diante da contradição entre o padrão assimétrico de relações raciais e do preconceito de cor por um lado, e de uma ordem social que, no discurso se afirmava aberta, competitiva, e democrática por outro, surgiram os primeiros movimentos sociais reagindo contra esta dissonância que ocorreu nas primeiras décadas do século XX. Conforme Florestan Fernandes, os movimentos de “protesto negro” reivindicaram a concretização da sociedade competitiva, sem a exclusão de segmentos da sociedade. Eles exigiam “(...) a plena consolidação da ordem social competitiva e do modelo correspondente de organização democrática das relações entre os homens”.(Fernandes, 1978, p.2, vol.II). Portanto:

“(...) Os movimentos que organizam, afirmam-se, histórica, política e moralmente, como as primeiras grandes tentativas coletivas de correção substancial das contradições existentes entre o substrato legal e a realidade social implantados através do abolicionismo e da experiência republicana. Arrogando-se a solução de problemas ignorados ou descurados pelas elites no poder, o negro e o mulato chamaram a si duas tarefas históricas: de desencadear no Brasil a modernização do sistema de relações raciais; e de provar, praticamente, que os homens precisam identificar-se, de forma íntegra e consciente, com os valores que encarnam a ordem legal escolhida”. (Fernandes, 1978, p. 2-3, vol.II).

Os movimentos reivindicatórios propunham uma “revolução dentro da ordem”, o que implicava incluir o segmento negro e mulato dentro do sistema, mas sem alteração da ordem social, econômica e política da sociedade capitalista. Algo somente passível de acontecer com a “compreensão, a cooperação e a solidariedade do ‘branco’”. E, por não terem adquirido a participação necessária, os movimentos reivindicatórios tiveram pouco sucesso, porém, representaram “os únicos mecanismos de reação societária consistente aos dilemas sociais criados pela situação de contato racial”. Também, porque constituíram “uma

impressionante façanha histórica, na luta pela modernização da sociedade brasileira”. (Fernandes, 1978, p. 3, vol. II).

A partir da segunda década do século XX a situação de “miséria”, “tratamento diferencial” e “isolamento” aos poucos provocaram no negro e no mulato um “processo de autoafirmação e de protesto”, projetando o “homem de cor no cenário histórico, como agente de reivindicações econômicas, sociais e políticas próprias”. (Fernandes, 1978, p.3, vol. II). Assimilando as expectativas da “sociedade inclusiva”, criticavam a “espoliação racial” que a ordem estabelecida praticava, por meio dos mecanismos de acomodação entre negros, mulatos e brancos.

“Em suma, o negro e o mulato surgiam como os campeões da ‘revolução dentro da ordem’. Exigiam a concretização e a plena vigência dos princípios e dos valores em que se fundava, legalmente, o equilíbrio da ordem social estabelecida. Por essa razão, eles se converteram em agentes históricos e evidenciam como as camadas populares, mantidas à margem do processo político na sociedade estamental e de castas, emergem nas pugnas ligadas à instauração e à consolidação do estilo democrático de vida. Em busca de uma situação de classe, ou seja de um estatus dotado de certa autonomia social, eles passam a contar como elementos ativos no desenvolvimento da sociedade de classes”. (Fernandes, 1978, p. 4, vol.II).

A conjuntura histórico-social e psico-social que possibilitou o surgimento do “protesto negro” implicou várias transformações. No que se refere ao contexto histórico-social, a urbanização e industrialização conduziram a mudanças “no estilo de vida social, nas relações humanas e na mentalidade do pensamento” (Fernandes, 1978, p.5, vol. II) que, por sua vez, possibilitaram a transformação da “plebe”, devido a “proletarização”, em operários, sedimentando “modelos de acomodação social típicos das sociedades de massas”. Na estrutura do poder, os grupos tradicionais dominantes iniciam a mudança nos “padrões autoritários e discricionários” que usavam no tratamento de interesses coletivos, a partir da

consideração de opiniões diferentes, dado o “conflito” que “passa a ser usado regularmente”.<sup>59</sup> Esse ambiente propiciou o questionamento e crítica das formas de acomodação racial vigente naquele período de “fermentação de idéias, de ebulição social e de renovação política”. Após a I Guerra Mundial, “formaram-se, (...) pequenos núcleos de equacionamento autônomo e crítico do ‘problema do negro’” (Fernandes, 1978, p. 6, vol.II).

Logo:

“Apesar das limitações insanáveis, decorrentes da desorganização social permanente, da incapacidade de cooperação em fins coletivos próprios e da inexperiência política quase total, um pugilo de pioneiros conseguiu abalar a apatia do ‘meio negro’. Eles se empenharam em projetar o negro e o mulato nessas tendências globais e tiveram êxito em três pontos. Suscitaram um novo estado de espírito, que polarizou as aspirações integracionistas e assimilacionistas em direções reivindicativas de teor igualitário. Despertaram o interesse pelo conhecimento objetivo da ‘realidade racial brasileira’, como condição de esclarecimento da ‘população de cor’ e de sua atuação consciente na cena histórica. Mobilizaram o ‘elemento negro’, tentando inseri-lo, diretamente, no debate e na solução dos ‘problemas raciais brasileiros’, o que representava, em si mesmo, um acontecimento revolucionário. Ouvia-se, por fim, o clamor da ‘gente negra’, soando, pela primeira vez, o clarim que convocava todos os homens a cumprirem os ideais da fraternidade humana e da democracia racial”. (Fernandes, 1978, p. 6, vol. II).

Em termos de “incentivos histórico-sociais específicos” que possibilitaram o surgimento dos movimentos reivindicatórios, temos: “(...) a reação do negro e do mulato ao bloqueamento a que se viam reduzidos pela sociedade inclusiva” – o bloqueamento implicava dificuldades frequentes de “classificação social”; a competição indireta com os imigrantes, devido à ascensão social destes, e, o “colapso final da dominação tradicionalista e patrimonialista” devido a “universalização do trabalho assalariado, consolidação da ordem social competitiva e à industrialização”, o que alterava a “dependência

---

<sup>59</sup> Segundo Florestan Fernandes, ver Everardo Dias, História das Lutas sociais no Brasil, Editora Edaglit, São Paulo, 1962, passim.

material e moral” do negro e do mulato em relação aos “antigos senhores”:<sup>60</sup>

“Em suma, abria-se uma espécie de vazio histórico no plano das relações raciais, que equivalia, na prática, a uma repentina dilatação da autonomia moral do negro e do mulato. Se estes tivessem coragem de ousar e de agir, aproveitando esse vazio, quase certamente ganhariam novas chances de aprofundar sua inclusão no seio da ordem social competitiva”. (Fernandes, 1978, p.10, vol.II).

As mudanças abriram a possibilidade de alargamento da participação da população negra e mulata na sociedade inclusiva. O pressuposto de aceitação e engajamento dessa população em “ações inconformistas de caráter coletivo” surgiu a partir da “inquietação larval” que propagou “dentro do meio negro, em virtude das conseqüências indesejáveis da miséria, da desorganização crônica e do desencanto universal”. (Fernandes, 1978, p.10, vol.II).

Essa “inquietação larval” constituía uma “revolta reprimida” que, embora tenha se manifestado de forma negativa durante algum tempo, por meio da “(...) fuga ao trabalho, pela transgressão às expectativas de comportamento da sociedade inclusiva ou pelos ajustamentos divergentes do malandro, da prostituta e do criminoso profissional” (Fernandes, 1978, p.10, vol. II), constituiu uma base para posterior transformação em “movimento social integrado”.

Por conseguinte:

“A revolta reprimida trabalhava de forma latente os espíritos, constituindo uma base natural para a emergência de solidariedade, de consenso e de comportamento coletivo inconformista a qualquer oportunidade de equacionamento histórico-social do ‘problema negro’. A passagem do que essa revolta representava como desespero, vergonha ou humilhação pessoais, para modos socialmente integrados e conscientes de rebelião dependia, apenas, da existência de catalizadores psico-sociais”. (Fernandes, 1978, p. 10, vol.II).

---

<sup>60</sup> Ver Fernandes, 1978, p. 6-9, vol. II

Organizados em movimentos reivindicatórios<sup>61</sup>, em contexto de efervescência política, social e econômica<sup>62</sup>, as lideranças<sup>63</sup> trabalharam no sentido de formar uma nova consciência junto a população. Defendiam a “aproximação ao branco” e a “recuperação do negro”, a “união da classe” dos “homens de cor” - posteriormente defenderam o uso da terminologia “negro” -, e a “democratização dos direitos e garantias sociais, estabelecidos pela ordem legal vigente” (Fernandes, 1978, p. 11-12, vol. II). Segundo o autor, esta “secularização de atitudes” associadas “à racionalização progressiva do comportamento do negro e do mulato” resultaram em “radicalização imprevisível das manifestações coletivas do ‘protesto do negro’”, (Fernandes, 1978, p. 13, vol.II).

Juntamente com os incentivos histórico-sociais, Fernandes destacou “três tendências sóciodinâmicas” dos movimentos reivindicatórios. A primeira refere-se ao “combate consciente à acefalização secular do ‘meio negro’”. Segundo o autor, era necessário constituir uma elite atuante e respeitada, o que implicava mudança de “interesses” e de “lealdades” por parte dos negros e mulatos de “prestígio” na sociedade. A segunda tendência diz respeito ao “entrosamento do negro e do mulato na vida intelectual do País”, com o objetivo de reconhecer a contribuição desta população para a construção do Brasil. Por último, temos a tendência que corresponde ao “alargamento do horizonte cultural do ‘branco’”<sup>64</sup>, no sentido de aceitarem e respeitarem a inclusão do segmento negro e mulato, favorecendo a “democratização do horizonte cultural”. Portanto:

---

<sup>61</sup> Vários movimentos se destacaram naquele período, entre eles, o Centro Cívico Palmares, a Frente Negra, conf. Fernandes, 1978, p.11;14;34, vol. II. Também, jornais como Clarim da Alvorada. Ver p. 12.

<sup>62</sup> Havia a tensão política, social e econômica provocada pela discussão das teorias do socialismo, comunismo - após a I Guerra Mundial, reivindicações do proletariado, revolução de 30, crise de 1929, etc. Ver Fernandes, 1978, p. 11-13, vol. II.

<sup>63</sup> Benedito Florêncio, Gervásio de Moraes, Lino Guedes, Jaime de Aguiar, José Correia Leite, conforme Fernandes, 1978, p. 11, vol. II.

<sup>64</sup> Ver Fernandes, 1978, pp. 15-16, vol. II.

“Em suma, aqueles incentivos traduziam a existência de alterações fundamentais nas atitudes dos homens, tanto ‘negros’ quanto ‘brancos’, e indicavam, dinamicamente, que a era de integração dos primeiros à sociedade de classes e à ordem social competitiva se iniciara. Eles significavam, no plano histórico, que a ‘população de cor’ acordara da longa letargia e cobrava, com alguma desorientação mas com firmeza, o resgate da ‘espoliação secular’”. (Fernandes, 1978, p. 17, vol. II).

Diante disso, as ocorrências, que representaram a atuação dos movimentos reivindicatórios no meio negro entre 1927 a 1945 foram diversas. Serão citadas aqui as principais, do ponto de vista histórico<sup>65</sup>. Dentre elas, um dos principais movimentos foi a Frente Negra Brasileira que atuou no período de 1931 a 1937. Repudiando o padrão tradicionalista e assimétrico de dominação racial e defendendo a integração à ordem social, este movimento foi caracterizado por Fernandes (1978) como “assimilacionista”. Logo:

“(...) ela atuou como um mecanismo de reação societária do ‘meio negro’. Visava consolidar e difundir uma consciência própria e autônoma da situação racial brasileira; desenvolver na ‘população de cor’ tendências que a organizassem como uma ‘minoridade racial integrada’; e desencadear comportamentos que acelerassem a integração do negro à sociedade de classes. Para atingir este fim, ela operava em três níveis distintos: no solapamento da dominação racial tradicionalista, através do combate aberto às manifestações do ‘preconceito de cor’ e da desmoralização dos valores ou das técnicas sociais em que ele se assentava; na reeducação do ‘negro’, incentivando-o a concorrer com o ‘branco’, em todas as esferas da vida, e emulando-o, psicologicamente, para enfrentar a ‘barreira da cor’; na criação de formas de arregimentação que expandissem e fortalecessem a cooperação e a solidariedade no seio da ‘população de cor’”. (Fernandes, 1978, p. 37, vol. II).

Juntamente a estas orientações, a Frente Negra procurava fortalecer a representação que a população negra e mulata possuía de si mesma e, também, a representação do elemento branco. Por isso:

---

<sup>65</sup> Conforme Fernandes, 1978, p. 34, vol. II.

“Subsidiariamente, fazia um esforço consciente no sentido de estimular a imagem histórica que o ‘negro’ construía de si próprio, levando-o a compreender o papel que a ‘raça negra’ tivera como ‘o fator mais preponderante na estabilidade da vida nacional durante quase quatrocentos anos’; e pretendia estender suas influências socializadoras também à reeducação dos ‘brancos’, pois se sabia que era necessário implantar nova mentalidade no tocante à representação dos direitos dos ‘negros’ e à significação do convívio igualitário para o equilíbrio ou o progresso da ordem social nacional”. (Fernandes, 1978, p. 37, vol. II).

Em outros termos, estabelecia como prioridades de sua atuação “congregar, educar e orientar” dentro da ordem social. No tópico “congregação”, a Frente Negra defendia a união da população negra e mulata, superando as “deformações associativas” provocadas pela escravidão<sup>66</sup>. No que se refere à educação, era necessário alfabetizar o segmento racial, ou seja, “cuidar da educação coletiva”<sup>67</sup>. E, no aspecto orientação, a Frente Negra reivindicava uma nova mentalidade para a população negra e mulata, com o objetivo de “reconquistar um lugar que é seu” – ser reconhecida como participante ativa do processo, como descrito no trecho abaixo:

“(...) o negro, que gemeu quatro séculos sob duro e intenso cativo, que formou, sozinho, as riquezas pública e particular do Brasil; que desbravou os nossos sertões formando as tropas das vanguardas das ‘bandeiras’; que cultivou o solo, plantando esses oceanos verdes de cafezais; que palmilhou os nossos rios em busca do ouro e das esmeraldas para os seus senhores; e que, um dia, partiu de armas aos ombros para a defesa de uma terra em que o tinham escravo; que, enfim, por intermédio da ‘Mãe Preta’, amamentou os filhos dos senhores, em prejuízo da alimentação do próprio filho, o negro continua por aí, atirado à margem da vida, arredado do lugar que lhe pertence e que, por ironia da sorte, dão a outros, até a forasteiros do pior quilate, alijados de toda parte da terra, como indesejáveis!” (In: Fernandes, 1978, p. 40, vol. II)<sup>68</sup>.

<sup>66</sup> Ver Fernandes, 1978, p.38, vol. II.

<sup>67</sup> Ver Fernandes, 1978, p. 39, vol. II.

<sup>68</sup> Discurso de um líder da Frente Negra, Dr. Raul Joviano do Amaral, conforme Fernandes, 1978.



Os aspectos acima contribuíram para o surgimento de um “clima moral” na construção do “novo negro”. Conseqüentemente:

“Atrás de idéias-chaves, que condensavam os objetivos reais e de alcance dinâmico (como a de ‘recuperação do negro’, de ‘união da raça’ e de ‘aproximação com o branco em bases de igualdade completa’), procedia-se ao solapamento da dominação racial tradicionalista, através do combate a manifestações concretas do ‘preconceito de cor’ e da congregação do ‘negro’ na realização das atividades próprias (como o culto à ‘Mãe Negra’, a criação de associações culturais e da imprensa negra, etc.)”. (Fernandes, 1978, p. 41, vol. II).

Priorizando a ação e fugindo ao “academismo” e “intelectualismo”, e tendo como relação efetiva entre a liderança e a massa o “ativismo”, a Frente Negra Brasileira possibilitou a configuração “de uma ideologia” e o direcionamento do “protesto coletivo” do negro e do mulato.<sup>69</sup>

Os obstáculos histórico-sociais próprios da “sociedade inclusiva” e da “situação do ‘meio negro’”, explicam as deficiências na organização e continuidade dos movimentos reivindicatórios. Segundo Florestan Fernandes, a sociedade inclusiva prejudicou a atuação destes movimentos através do “peso da inércia”, tendo em vista que as mudanças em curso não incluíam alterações na ordem racial, e a “consciência falsa” da ausência de preconceito de cor no Brasil<sup>70</sup> e de igualdades nas relações raciais era defendida amplamente. Por outro lado, a busca da “democratização das relações raciais”<sup>71</sup>, sustentada por setores “inconformistas” da população negra e mulata, era acompanhada com indiferença e hostilidade pelos segmentos brancos. Também, a “dominação racial tradicionalista” persistiu mesmo depois da atuação dos movimentos, ainda que em crise. E, embora os movimentos

---

<sup>69</sup> Ver Fernandes, 1978, p. 45, vol. II.

<sup>70</sup> Ver Fernandes, 1978, p. 50, vol. II.

<sup>71</sup> Ver Fernandes, 1978, p. 49, vol. II.

sociais do meio negro reivindicassem maior inclusão, não conseguiram romper o “padrão de isolamento difuso”. Para superar tal padrão, era necessário o incorporamento do negro e do mulato nos “diferentes níveis da ordem social competitiva”. Ainda, a “diferenciação social interna do ‘meio negro’” possibilitou a organização e manifestação dos movimentos no momento inicial, porém, num segundo momento, dificultou sua mobilização na medida que não era “extensa” e “profunda” o suficiente para “fornecer àqueles movimentos a base material, institucional e moral” de que eles necessitavam. Outra dificuldade de mobilização refere-se ao “individualismo predatório” e à “falta de consenso” freqüentes nos movimentos reivindicatórios. Desse modo, a necessidade de “padrões de solidariedade orgânica típicos da sociedade de classes” confrontava com uma cooperação limitada, devido à competição interna, à descrença na atividade política – principalmente no período da Primeira República – e, à presença de brancos com “interesses divergentes”<sup>72</sup>.

Mas, apesar dos obstáculos, os movimentos reivindicatórios preencheram “funções sociais construtivas” no processo de integração do negro e do mulato na sociedade de classes. A principal contribuição destes movimentos foi o engajamento de “milhares de seguidores” no contexto inicial em que “constituíam” e “operavam”. O contingente negro “redescobriu (...) o seu lugar na sociedade graças à ruptura violenta com o passado e com um destino de submissão imutável, a qual os movimentos reivindicatórios fomentaram e propagaram no nível ideológico”. (Fernandes, 1978, p. 66, vol. II). A esses movimentos estão relacionados “(...) novas atitudes e comportamentos, que testemunharam uma tendência de alteração radical do padrão de reação societária do ‘negro’ à situação de existência que lhe cabia na coletividade”, (Fernandes, 1978, p. 67, vol. II). Contribuindo, assim, para uma reação societária e mudança inicial da orientação ideológica do segmento

---

<sup>72</sup> Ver Fernandes, 1978, p. 56-61, vol. II.

negro e mulato. Enfim:

“Pela própria dinâmica normal dos movimentos desta natureza, de ‘efeitos’ eles se converteram em ‘causas’, contribuindo para acelerar a consolidação daquele padrão de reação e para universalizá-lo no ‘meio negro’. Nesse sentido, malgrado suas insuficiências, eles alcançaram uma influência marcante, exercendo funções construtivas na formação da mentalidade, das aspirações coletivas e do estilo de vida do ‘novo negro’. Serviram, em resumo, como forças intermediárias entre as tendências de modernização da cidade e a transformação do próprio ‘negro’, compelindo-o a tomar consciência do que teria de fazer para tornar-se membro ativo (e não mera excrescência renegada) da sociedade inclusiva”. (Fernandes, 1978, p. 67, vol. II).

Diante do exposto, pode-se afirmar que houve reação por parte dos diferentes segmentos sociais ao padrão assimétrico de relações raciais. Seja no sentido de manter a ordem e o *status quo*, seja no sentido da mudança. Houve movimentos reivindicatórios do período analisado que começaram a alterar esse padrão, porém, sem maiores mudanças na ordem racial. Além disso, a reação societária se dava de forma muito individualizada, subjetivamente, “divorciados da estrutura e da dinâmica de uma sociedade de classes”.

Algumas conclusões elaboradas por Florestan Fernandes são relevantes em nossa análise: primeiro, a “acomodação racial igualitária” foi “mera verbalização” e o que o panorama histórico-social demonstrou, na realidade, foi uma ampla “desigualdade racial”. Segundo, o “padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial pressupõe a identificação entre certa condição racial e determinado status social”, ou seja, temos como condição de lugar do negro e do mulato, a situação de subordinados dentro da hierarquia social da sociedade brasileira. Terceiro, no cruzamento de “raça” versus “posição social”, verificou-se a exclusão dos “portadores dos traços somáticos da ‘raça subordinada’ dos direitos e garantias sociais das elites”. Quarto, havia uma verdadeira “preservação da distância social” via “mecanismos de comportamento espontâneo” – cada um conhecendo o seu lugar e se

comportando de acordo com ele. Quinto, as “manifestações de insatisfação e inconformismo dos componentes em ascensão social da “raça subordinada” não podiam elaborar-se como força social construtiva e autônoma” , como por exemplo, a negação ao enquadramento e disciplina do trabalho livre na ordem social competitiva. E no sexto aspecto conclusivo, temos a persistência do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial condicionando a redefinição da imagem do negro e do mulato na sociedade.<sup>73</sup>

O “hiato entre sistema de relações raciais e o padrão de integração social da ordem social competitiva” representava “tensões sociais” não superadas nas primeiras décadas pós-abolição.

Podemos afirmar, em suma, que o lugar do negro e do mulato no pensamento social de Florestan Fernandes é dentro de uma ordem social competitiva, pós-escravocrata, ocupando o estrato subordinado da hierarquia social e no padrão assimétrico e tradicionalista de relações raciais, tradicionalista devido ao fato de a sociedade competitiva ainda não ter modificado inteiramente a antiga organização racial, tendo, no primeiro momento, sido lançado à sorte de arcar com o próprio destino e sujeito a todo tipo de problemas sociais e desajustamento no sistema. Ainda por cima, submetido ao “preconceito de cor” e, inclusive, interiorizando-o ou assimilando-o, mas, também, organizando-se em movimentos reivindicatórios com o objetivo de mudar o quadro de espoliação. Enfim, dentro de um sistema que, ideologicamente absorveu como credo um mito de democracia racial não equivalente à ordem racial estabelecida.

Nos próximos capítulos, discutiremos as posições defendidas por Fernandes, bem como Freyre, procurando demonstrar que, mesmo sendo autores díspares, eles convergem no que se refere à posição do negro enquanto estrato subordinado dentro das relações raciais que se forjaram no Brasil.

---

<sup>73</sup> Ver Fernandes, 1978, p.313-316

## CAPÍTULO 3

### ANÁLISE DO PENSAMENTO SOCIAL DE GILBERTO FREYRE E FLORESTAN FERNANDES NO QUE SE REFERE À QUESTÃO DO NEGRO

#### 3.1. Gilberto Freyre

Gilberto Freyre é um pesquisador relevante para compreendermos os aspectos sobre o lugar do negro e seus descendentes no âmbito das relações raciais que se travaram no Brasil, haja vista que ele desenvolveu estudos sobre o ingresso do elemento africano no país e o encontro com os outros grupos raciais que aqui conviveram.<sup>74</sup> Ao detalhar a vida íntima da formação da família brasileira e a interação entre senhor e escravo, demonstrou diferentes pontos desta relação, conforme exposto no primeiro capítulo.

De acordo com Araújo (1994), Gilberto Freyre, ao desenvolver em seus trabalhos a tese da importância dos outros grupos raciais, e não somente o grupo racial branco, na formação da sociedade brasileira, levantou o fundamento para uma identidade coletiva, com estímulos para o surgimento de um novo “sentimento de comunidade” entre os diferentes estratos que fizeram o Brasil. O autor em questão demonstrou que a raça negra<sup>75</sup> também contribuiu para a elaboração de uma consciência coletiva de pertencimento ao país enquanto

---

<sup>74</sup> Também do ingresso do elemento europeu e seu encontro com os nativos da terra, cf. Freyre, 2004

<sup>75</sup> E também do grupo indígena, cf. Araújo, 1994, p. 28.

uma nação, bem como os outros estratos raciais.

Contudo, a defesa da nacionalidade, em Freyre, não constituiu necessariamente uma “substância específica”, segundo Araújo (1994), mas sim uma “(...) maneira particularmente híbrida e plástica de combinar as mais diferentes tradições sem pretender fundi-las em uma síntese completa e definitiva: antagonismos em equilíbrio”, (Araújo, 1994, p. 133).

Por outro lado, separando o conceito de raça do conceito de cultura, Lima (1994)<sup>76</sup> corroborando com Araújo (1994), defendeu que Freyre possui uma forte influência neolamarckiana, pois tanto a raça como a cultura em sua obra estão condicionadas ao meio físico, ao clima, sendo capaz de ser incorporada, transmitida ou herdada a partir de características obtidas decorrente da “interação com o meio físico”. Embora Gilberto Freyre distanciou as suas análises dos autores racistas do final do século XIX e início do século XX, como Arthur de Gobineau, Nina Rodrigues e outros,<sup>77</sup> seu conceito de cultura ainda está permeado de um estoque biológico e também climático, isto é, sua “inclinação neolamarckiana” faz com que transforme “condições físicas e geográficas em culturais” (Araújo, 1994, p. 56), o que é possível ser visto no “conjunto da vida social da casa-grande”, (Araújo, 1994, p. 56) .

Mas, ainda que demonstre influência neolamarckiana de raça, a influência que predominou no pensamento de Gilberto Freyre foi a do antropólogo Franz Boas, o qual defendeu que “(...) as diferenças raciais eram basicamente culturais e sociais em vez de biológicas”, (cf. Telles, 2003, p. 50). Portanto, embora com uma certa ambivalência em seu conceito de raça e de cultura, Gilberto Freyre, dentro da análise sobre o lugar do negro no pensamento social brasileiro, tem importância ao demonstrar a participação deste e de seus descendentes para a construção do Brasil.

---

<sup>76</sup> De acordo com Araújo, 1994, p. 11.

<sup>77</sup> Ver Telles, 2003 e Skidmore, 1976.

Por outro ângulo, ao defender a idéia de antagonismo equilibrado dentro das relações raciais no Brasil, Freyre, de certo modo, amenizou, senão ocultou “(...) a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implica atrás de uma fantasiosa democracia racial”, (Araújo, 1994, p. 29). Segundo Araújo (1994), esta é a principal crítica ao pensamento de Gilberto Freyre, por ele fazer parecer que no Brasil havia um relação na qual senhores brancos e escravos negros “(...) se confraternizariam embalados por um clima de extrema intimidade e mútua cooperação”, (Araújo, 1994, p. 29). O mais importante, porém, é o entendimento de que, em Freyre, as “diferenças (...) são continuamente submetidas a um processo de equilíbrio e aproximação, ainda que esse processo implique necessariamente a sua anulação recíproca”, (Araújo, 1994, p. 94).

Mas, igualmente, é possível uma leitura na obra, de Gilberto Freyre, da violência que ocorreu nas relações que se travaram naquele período. Violência essa praticada, principalmente, contra os escravos negros e mulatos, conforme Araújo (1994), e também, de acordo com o que foi demonstrado no capítulo primeiro. Segundo Araújo (1994), embora houvesse a “mestiçagem”, a “tolerância” e a “flexibilidade”, os problemas de violência conviviam com a harmonia entre as raças.<sup>78</sup> Afinal, a escravidão possuiu uma “dimensão opressiva”. Logo, “intimidade” e “distância” conseguem conviver em “Casa Grande e Senzala”. Distância no que se refere as posições de dominação e subordinação estabelecidas entre brancos e negros, mas também intimidade no que se refere a influência mútua cultural, social, e também, biológica.

Ainda, segundo Araújo (1994), Freyre, ao demonstrar outros elementos na constituição da sociedade brasileira, e não somente a ótica do colonizador, demonstrou a contribuição do negro e seus descendentes, argumento que estamos insistindo devido a sua relevância chave nesta dissertação.

---

<sup>78</sup> Ver Araújo, 1994, p. 46.

E, pensando nos negros que vieram para o Brasil, Guimarães (2003) corroborou o trabalho de Gilberto Freyre - quando ele expôs sobre os vários grupos raciais vindos para o país e o hábito de limitarem o negro a um tipo único -, na medida em que observou que vieram africanos de diferentes regiões da África. Segundo este autor, houve povos escravizados da “(...) África ocidental e da África meridional, hoje Congo, Angola, Moçambique, Zaire e, subindo a costa ocidental, a Nigéria, o Níger e o Golfo do Benin”, (Guimarães, 2003, p. 99). Foram povos dessas diversas regiões que vieram para o Brasil, através de um sistema de “(...) comercialização que envolvia negreiros da Holanda, de Portugal, do Brasil, da Inglaterra e da França”, (Guimarães, 2003, p. 99).

Na continuidade da reflexão, referindo-se ao período escravocrata como uma sociedade muito racalista, o conceito de raça tornou-se importante, segundo Guimarães (2003), pois esta noção alocou as pessoas em posições sociais diferentes. E, como Gilberto Freyre demonstrou em seus estudos, o negro possuía um lugar na sociedade escravagista, o lugar de escravo.

Se considerarmos, portanto, somente a interação entre senhores e escravos, estaremos resumindo a análise às relações entre camadas sociais. Mas, dado ao fato de o escravo ter sido, em essência, pertencente a grupos raciais específicos, então, não só estamos diante de relações apenas entre grupos ou camadas sociais, mas também entre relações de raças.<sup>79</sup> No trabalho de Freyre, verificamos como ele analisou o encontro das raças que forjaram o Brasil, como explicou as relações que ocorreram a partir da idéia de antagonismo equilibrado, como valorizou a contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira, porém, cada estrato racial ocupando a sua posição dentro da hierarquia social. O elemento branco essencialmente senhor e o elemento negro essencialmente escravo, subordinado.

---

<sup>79</sup> Ver Guimarães, 2003, p. 99.



Guimarães (2003) afirmou que, simbolicamente, Gilberto Freyre incorporou o negro na nação brasileira, ao incluir em seu trabalho a atuação e participação dos descendentes de africanos para a construção dessa sociedade. Guimarães (2003), ressaltou ainda o fato de Freyre ser um dos principais expoentes da “democracia racial”, pois, de acordo com este, a cultura que o português criou “(...) teria desenvolvido uma democracia social mais profunda e pujante que a democracia política dos anglo-saxões e franceses”, (Guimarães, 2003, p.102). Para esse autor, a democracia social criada pela cultura luso-brasileira e defendida por Freyre “(...) seria um modo diferente de colonizar que significou miscigenar-se, igualar-se, integrar os culturalmente inferiores, absorver sua cultura, dar-lhes chances reais de mobilidade social no mundo branco”, (Guimarães, 2003, p.102). Desse modo, Guimarães (2003) destacou também que Gilberto Freyre defendeu uma “democracia étnica”, para afirmar que no país “(...) apesar de uma estrutura política muito aristocrática, desenvolve-se, no plano das relações raciais, relações democráticas”, (Guimarães, 2003, p.102).

À crítica da academia sociológica,<sup>80</sup> ao conceito de democracia racial de Gilberto Freyre, mais especificamente conhecida como um mito, e, de acordo com a tendência acadêmica, uma falsa ideologia, Guimarães (2003) expôs que o mito pode ser compreendido como “(...) um discurso sobre a origem das coisas, um discurso sobre o dia-a-dia, que não precisa ser real, ao contrário, é efetivo apenas na medida em que orienta a ação das pessoas, em que dá sentido às relações sociais do dia-a-dia”, (Guimarães, 2003, p. 104). Neste sentido, de acordo com este autor, o mito da democracia racial “(...) é e continuará sendo muito importante para a idéia de nação brasileira”, (Guimarães, 2003, p. 104).

Conforme Valente (1994), os trabalhos de Freyre amenizaram a situação racial no país ao analisar as diferentes contribuições dos estratos raciais negros, índios, e brancos para a formação de uma sociedade multirracial. Embora a sua visão tenha alterado as noções

---

<sup>80</sup> De acordo com Guimarães (2003).

pejorativas sobre a presença do elemento negro no Brasil, segundo Valente (1994), Freyre não abandonou a “concepção evolucionista de hierarquização das raças e reforçou o ideal de branqueamento”, (Valente, 1994, p. 35).

De acordo com estudos do Centro Nacional de Cidadania Negra (2004), CENEG, os estudos de Freyre contribuíram para a superação de uma ideologia da elite que as “vítimas” são “culpadas” de seus problemas. Ao incluir o negro e destacar a sua contribuição para a formação do Brasil, Freyre detectou traços da identidade nacional. Sua ênfase foi a miscigenação como símbolo de identidade na constituição de uma “civilização tropical”. Segundo este Centro, “(...) com Freire, o mito da democracia racial vai se tornar a ideologia oficial que orientava todo o debate sobre as relações raciais no Brasil”, (CENEG, 2004, p. 15).

Retomando a questão do escravo na obra de Freyre (2004) e a contribuição do negro na formação da sociedade brasileira, Libby e Paiva (2000) expuseram que embora a escravidão tenha sido a principal maneira de trabalho no Brasil desde o começo da colonização portuguesa, este modo de trabalho compulsório permitiu aos seus principais agentes uma participação ativa na vida social, econômica e cultural. Ou seja, o escravo influenciou a construção daquela sociedade do século XVI ao século XIX. Influência exercida nos mais diferentes aspectos, na formação de costumes e de valores culturais, tais como: “(...) comida, música, religiosidade, trabalho, organização social, linguagem e conhecimento técnico, vários deles presentes entre nós até hoje”, (Libby e Paiva, 2000, p.06).

Segundo os referidos autores, a escravidão foi um procedimento institucionalizado no Brasil de trabalho compulsório, e, de acordo com esta instituição social, o próprio agente do trabalho, o escravo, era uma mercadoria, podendo ser “(...) comprado e vendido, alugado, emprestado, penhorado, doado, leilado”, (Libby e Paiva, 2000, p. 07). O fato do trabalhador escravizado ser considerado uma mercadoria não implicou um distanciamento do senhor, haja

vista que havia uma dependência mútua entre senhor e escravo. Não havia proprietário sem escravo e não havia escravo sem proprietário. O que significou também que o senhor de escravo ocupava o lugar de prestígio dentro daquele meio escravocrata.

Na prestação do trabalho compulsório, o escravo, em tese, era recompensado com “(...) habitação, alimentação e vestimenta”, (Libby e Paiva, 2000, p. 07). Mas, segundo os autores citados, e corroborando Freyre, de acordo com o primeiro capítulo, no que se refere a ampla influência da população negra na vida social, econômica e cultural brasileira, os escravos conseguiam quase sempre de seus proprietários bem mais que a simples sobrevivência.

Algo que não se pode negar, também, é a natureza violenta da escravidão, segundo Libby e Paiva (2000), haja vista o uso compulsório de trabalho. Mas foi uma situação que convivia com outras no período escravocrata, situações de dependência entre senhor e escravo, situação de violência, situações de influências recíprocas.

Para Libby e Paiva (2000), havia também no período escravocrata, uma variedade de profissões exercida pelo escravo, seja no sentido de trabalho para o seu proprietário, seja no aspecto de trabalhar e passar o valor adquirido para seu dono. Dentre essas profissões, podemos citar a de “mestre de açúcar”, “caldeireiro”, “escumeiro”, “purgadores” (Libby e Paiva, 2000, p. 25). No litoral, como na Bahia, havia os “carregadores”, “estivadores”, “barqueiros”, “pescadores”, “músicos” e “vendedores”. Também os escravos atuavam em serviços domésticos e ofícios artesanais, como “aprendizes” ou “ajudantes”, e ainda como “mestres”. E, segundo os autores citados, estes quadros se repetiam nos demais lugares como na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e, Olinda, Recife, em Pernambuco. No século XVIII e XIX, houve uma diversificação maior no uso de escravos, negros e mulatos, por exemplo, nas regiões mineradoras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, na extração de ouro e diamantes. Em Minas Gerais, havia, ainda, o cultivo de “milho”, “feijão”, “arroz”,

“mandioca” e, “cana-de-açúcar”. Nas áreas urbanas, encontrava-se ainda o trabalho do escravo na plantação de hortas, como “laranjas”, “limas”, “limões”, “cidras” e “bananeiras”. Havia também a criação de “galinhas”, “cabras”, “porcos” e “vacas”. Em São João Del Rei e São José Del Rei (atual Tiradentes), em Minas Gerais, era possível encontrar “grandes criações de cavalos, mulas e ovelhas”, (Libby e Paiva, 2000, p. 30).

Outros espaços ocupados pelos escravos, negros e mulatos, no período da escravidão foram: em Minas Gerais, ainda havia a indústria do ferro, que utilizava técnicas africanas no manuseio do produto. No Rio de Janeiro, havia a participação também no setor manufatureiro, no século XIX, na produção de “luvas”, “meias”, “chapéus”, “cerâmicas” e “charutos”, (Libby e Paiva, 2000, p. 32).

Em outros ofícios e na área de serviços, era possível encontrar a atuação de escravos e escravas em diferentes trabalhos, no decorrer de todo o período escravocrata. Outras ocupações que podem ser citadas dado a sua presença neste período:

“(…) sapateiros, barbeiros, alfaiates, ferreiros, padeiros, carpinteiros, marceneiros, escultores, músicos, pintores, seleiros, paneiros, latoeiros, boticários, carregadores, estivadores, pescadores, barqueiros, marinheiros (inclusive no tráfico negreiro), soldados, capitães-domato, caixeiros e até escrivães de cartório (...), enfermeiros(as), chapeleiros(as), vendedores(as) de todo tipo, cozinheiros(as), doceiras, amas de leite e prostitutas, entre uma infinidade de outras ocupações”. (Libby e Paiva, 2000, p. 33).

Havia ainda, reafirmando Freyre no que se refere à atuação do negro no período escravocrata, segundo Libby e Paiva (2000), os denominados “negros de tabuleiro” que atuavam nos centros urbanos. As áreas que o escravo negro ou seus descendentes não atuaram no Brasil colonial, foram em profissões liberais, tais como, de médicos, juristas e professores. Também, em setores de alto escalão da administração pública, militar e da Igreja Católica.

Um aspecto negativo da escravidão, de acordo com Libby e Paiva (2000), foi a rejeição ao trabalho que prevaleceu neste período. Trabalho era algo a ser realizado por

escravo, e essa era a ideologia que prevaleceu no país, principalmente, no que se referia ao trabalho manual. Essa crença era praticada não somente pelos proprietários, como também pelos não-proprietários de escravos, para quem que, “(...) empregar-se por um salário equivalia a tornar-se uma espécie de escravo, pois, para eles, cabia apenas aos cativos trabalhar para os outros”, (Libby e Paiva, 2000, p. 38).

Em relação à violência praticada contra os escravos, negros e mulatos, Libby e Paiva (2000), observaram que nas relações sociais entre senhores e escravos e, na disciplina do trabalho compulsório, o castigo, inclusive o físico, foi utilizado para garantir a obediência. Tanto que esse era aplicado geralmente na presença de outros negros e mulatos para servir de lição. Também, a utilização de instrumentos de tortura era comum. Além das injustiças e humilhações que os escravos sofriam, havia também “mutilações físicas e problemas psicológicos”. Mas, um aspecto ressaltado por estes autores, refere-se ao fato de a violência física fazer parte do cotidiano daquela sociedade, foi um procedimento que caracterizou as relações “(...) entre pais e filhos, esposo e esposa, mestres e alunos”, (Libby e Paiva, 2000, p. 39). A legitimidade do castigo violento estava, pois, presente até na estrutura do Estado, que podia aplicar a pena de morte em “(...) pessoas vistas como ameaças à ordem social”, (Libby e Paiva, 2000, p. 39).

Para Valente (1994), os “açóites”, os “grilhões”, a “violência sexual” e a “atribuição de qualidades negativas” aos negros e seus descendentes eram parte de um sistema de “instrumentos e técnicas de tortura e castigo” para “domar e subjugar os escravos”. O castigo representou mais do que uma “subjugação física”, ele possuía a habilidade de fazer com que o escravo internalizasse noções negativas sobre si mesmo. Características interpretadas como passividade do negro.<sup>81</sup>

Costa (1998) expôs sobre a questão da violência durante a escravidão do senhor

---

<sup>81</sup> Ver Valente, 1994, p. 25.

branco contra o escravo negro, mas também deste último contra o primeiro, quando reagiam à opressão, já que neste período as relações também ocorriam por meio da agressão e não somente através de uma “idealização da escravidão” e sua “idéia romântica” de “suavidade”. Neste aspecto, há uma crítica à visão de Freyre no que se refere à noção de antagonismos equilibrados. Para esta autora, o castigo era visto pela camada dominante como um meio de “(...) regular a prestação de serviços e a disciplina do escravo”, (Costa, 1998, p.337).<sup>82</sup>

Mas, de acordo com Libby e Paiva (2000), a vida de escravo não era somente castigo. Sob a mesma ótica dos estudos de Gilberto Freyre, em seu trabalho estes autores demonstram que<sup>83</sup> os escravos negros e seus descendentes participaram de várias esferas da vida social, dando a sua contribuição. Para eles, era necessário garantir aos escravos alimentação, vestuário, relacionamento com outros escravos, com libertos, pessoas livres e mais o lazer. Concessões que os senhores autorizavam aos escravos e que eram vistas como maneiras de amenizar a vida do cativo, além de estimular a continuação das atividades produtivas e também, garantir a “fidelidade de seus escravos”, por parte dos proprietários. E para os escravos, as concessões significavam direitos adquiridos. Na realidade, para estes autores, o paternalismo que caracterizou a escravidão simbolizava a dependência mútua que havia entre senhores e escravos.

A correlação de forças entre escravos, negros e mulatos, e senhores, denominados brancos, exigiu um “paciente jogo de equilíbrio no qual os senhores manipulavam escravos, mas também eram manipulados por eles” (Libby e Paiva, 2000, p. 44). As alforrias ocorriam muitas vezes devido a este jogo de equilíbrio. Outras, devido “trabalho muito”, “atenção” e “submissão” aos senhores de escravos. Estes, por outro lado, muitas vezes possuíam filhos com as escravas, o que podia significar mobilidade social para elas, como por exemplo,

---

<sup>82</sup> Ver maiores informações sobre os castigos adotados no período em Costa, 1998, p.337; 341-344.

<sup>83</sup> E conforme demonstrado no primeiro capítulo.

melhores trabalhos e certos privilégios, como roupas para o vestuário. Enfim, tratamento melhor dentro do ambiente escravocrata.

Ianni (1987)<sup>84</sup>, questionando o fato do escravo ser visto como mercadoria, aspecto inclusive abordado anteriormente neste capítulo, expôs em seus estudos que, desde a metade do século XIX, a contradição posta naquela sociedade entre mercadoria e escravo se transformou em ponto insustentável devido a vários aspectos. Primeiro, o escravo equivalia a meio de produção no sistema escravocrata, haja vista ele ser tratado como “coisa”: passível de ser “(...) comprado, alugado, emprestado, dado de presente ou vendido (...)”. E também, ao fato de ele ser admitido na esfera da produção “(...) ao lado da terra, da tecnologia, da matéria-prima(...)”, (Ianni, 1987, p. 46). Porém, como investimento, sujeito a muitos riscos, “(...) à fuga, à doença, à incapacidade temporária ou permanente, à morte”(Ianni, 1987, p.46). Por outro lado, quando foi se desenvolvendo uma cultura de mercado capitalista no Brasil, essa percepção de riscos foi aumentando: a racionalidade e os valores de mercado capitalista, tais como, a “propriedade privada”, como fonte de lucro, o próprio “lucro”, como consequência dos empreendimentos, “salário”, como o pagamento da força de trabalho, e ainda, “previsão dos negócios, complementaridade das atividades econômicas, integração produtiva e ótima dos fatores da produção; crises e flutuações específicas de cada setor ou ramo”, (Ianni, 1987, p.47) passaram a se impor na esfera da produção. Houve ainda a pressão dos emergentes “proprietários de oficinas artesanais e de fábricas” para o surgimento do “trabalhador livre”, dado ao fato deste ser um “consumidor potencial” (Ianni, 1987, p. 47-48). E, também, outro aspecto que conduziu a superação da contradição entre escravo e mercadoria foi o fato de a escravidão passar a ser condenada do ponto de vista da moral: “Isto é, instaura-se, no plano da consciência social, a contradição entre os valores cristãos e a existência real do escravo” (Ianni, 1987, p. 48). E, ainda, devido à “formação de uma cultura

---

<sup>84</sup> Ver Octávio Ianni, 1987, em abordagem marxista sobre a relação entre as raças e as classes sociais no Brasil.

urbana no Brasil” e a introdução do debate sobre democracia, liberdade e “afirmação do homem como valor fundamental” (Ianni, 1978, p. 49). Logo, se durante séculos houve o convívio entre escravidão e mercadoria, visto que o fruto do trabalho escravo era vendido no mercado capitalista internacional, em meados do século XIX, a contradição entre estes dois elementos possibilitou a superação do modo de produção escravista, com o advento do sistema capitalista. E, a questão posta foi que, com toda a mudança na estrutura, o negro e seus descendentes passaram da condição de escravos para trabalhadores livres sem alteração efetiva de sua situação de subordinados, bem como das conseqüências desta subordinação, em relação ao estrato racial dominante. Ponto esse que Fernandes(1978) expôs com propriedade, conforme o capítulo segundo. E aspecto que Freyre não abordou em sua análise dos antagonismos equilibrados nas relações entre as raças no Brasil.

Mas, a atribuição de dignidade às atividades braçais aconteceu, segundo Ianni (1987), no período da segunda metade do século XIX, simultaneamente, ao “(...) abolicionismo e a imigração, a modernização da cafeicultura e o primeiro surto de criação de unidades fabris”, (Ianni, 1987, p. 50). Foi um “processo ideológico”, que rompeu com a oposição entre mercadoria e escravo, e também, contradição entre “os princípios da igualdade e da liberdade, por um lado, e a escravidão, por outro”, (Ianni, 1987, p. 50).

Ianni (1987) destacou que, embora Freyre não abordasse esses aspectos em sua obra, ele representou o desenvolvimento de uma orientação ideológica no sentido de perceber o “problema racial” do Brasil. Ao preocupar-se com a formação social do país, Gilberto Freyre expôs a necessidade de apreender as alternativas e os limites de um sistema social mestiço.<sup>85</sup>

Por outro lado, no que se refere à resistência dos escravos, negros e mulatos, à escravidão, Libby e Paiva (2000) irão mostrar que no cotidiano, as maneiras comuns destas

---

<sup>85</sup> Ver Ianni, 1987, p. 284.



reações eram: “(...) a desobediência, a diminuição deliberada do ritmo de trabalho e a sabotagem”, (Libby e Paiva, 2000, p. 48). Também havia danos a “(...) implementos de trabalho ou à maquinaria, maus-tratos a animais de carga e destruição de plantações, incendiando-as, por exemplo” (Libby e Paiva, 2000, p. 48). Como formas de resistência individual havia a autodestruição por suicídio, a morte aos filhos recém-nascidos e “(...) ataques físicos aos senhores e seus familiares, administradores e feitores”, (Libby e Paiva, 2000, p. 48). Havia ainda a fuga individual ou coletiva, para a constituição de quilombos ou para os que já existiam. Valente (1994), também, expôs como formas de resistência á escravidão as “(...) manifestações de protesto, como fugas, insurreições, organização de quilombos ou demonstrações de resistência cultural”, (Valente, 1994, p. 62), como constantes no Brasil escravocrata. Esses autores explicitaram de forma mais detalhada a resistência que Freyre abordou, sem grandes aprofundamentos, em sua obra.

Um aspecto relevante também a ser investigado refere-se às estratégias de mobilidade social neste contexto. E, como estratégia de ascensão social, havia as idéias de “branqueamento” e de “assimilação de valores dominantes”. O branqueamento consistiu em uniões com pessoas de pele clara na expectativa de os filhos serem mais próximos do estrato branco e, assim, terem condições de vida diferentes do estrato racial negro. A criação de irmandades religiosas compostas basicamente por negros e seus descendentes era um exemplo de assimilação da cultura dominante. Estes aspectos possibilitavam àqueles que os praticavam “postos que lhes conferiam maior segurança, prestígio e liberdade”, (Valente, 1994, p. 26). Portanto, a mestiçagem simbolizou também a assimilação da cultura dominante pelo estrato racial dominado, e não somente a mistura das raças, como defendeu Freyre, o que, paradoxalmente, não inviabiliza a sua tese, haja vista que houve também a assimilação de valores dos estratos dominados pelo grupo racial preponderante, apenas em menor escala, conforme demonstrado no primeiro capítulo.

Se por um lado a idéia de dependência mútua entre escravo e senhor corroborou a idéia de harmonia entre as raças, ou de antagonismo equilibrado, Valente (1994) critica esta noção de Freyre expondo que pensar em harmonia entre os grupos raciais que compuseram o Brasil é uma falsa idéia na medida em que esta objetiva “(...) mascarar o genocídio que se processa, ao longo de séculos, contra negros e os índios”, (Valente, 1994, p. 07). Na sua visão, o grupo racial branco é uma maioria dominante, e, dentro deste aglomerado brasileiro, os “(...) poucos que detêm o poder e têm interesses em mantê-lo à custa da exploração e do sofrimento daqueles que lhes são ‘diferentes’”, (Valente, 1994, p. 07). Logo, a noção de diferença traduzida por desigualdade dentro das relações raciais.

Retomando o debate sobre a questão do negro como mercadoria e a competição de um estrato com o outro no período escravocrata, bem como a interferência da discriminação e do preconceito, Valente (1994) ressaltou que, como mercadoria, o negro não significou competitividade com os outros seres humanos daquele período, principalmente aqueles da camada dominante. Mas, com o fim da escravidão, houve a disputa de posições dos negros com os imigrantes europeus, e, portanto, o preconceito e a discriminação racial passaram a ser utilizados como componentes da competição. Diante de uma igualdade perante a lei, na esfera do direito, do jurídico, passou a haver no plano das relações raciais uma desigualdade de fato. Em Freyre, a idéia de concorrência entre o estrato racial negro e o branco apareceu somente na disputa entre a mulher branca com negras ou suas descendentes que ameaçaram a sua posição de esposa do senhor de escravos. Mas, no âmbito do trabalho principal, não houve competição, afinal, não havia quem concorresse a função de escravo naquele período

Cardoso (1962),<sup>86</sup> por outro lado, através de suas pesquisas, criticou a idéia das relações equilibradas entre negros e brancos na sociedade escravocrata, tal como afirmou

---

<sup>86</sup> Embora Fernando Henrique Cardoso analisou as relações raciais no Rio Grande do Sul, algumas conclusões são pertinentes sobre outras realidades, quando comparadas com autores como Fernandes (1978), Skidmore (1976) e outros.

Freyre (2004), bem como colaborou para o embate sobre o escravo ser mercadoria, coisa ou pessoa humana, como demonstrado por Freyre. Para Cardoso (1962), o escravo, negro, era “homem-tornado-coisa”, o que implicava uma consciência passiva diante do senhor, branco. Na relação de dominação e subordinação vigente, o negro era despojado da condição de pessoa humana, haja vista que “(...) os senhores representavam-nos como instrumentos de trabalho e eles se comportavam, efetivamente, como seres incapazes de ação autonômica”, (Cardoso, 1962, p. 269). Paradoxalmente, o escravo, ao desenvolver atividades artesanais, na condição de “escravo-artesão”, ou seja, ao ser capaz de habilitar-se em técnicas mais sofisticadas de trabalho, demonstrou ser uma “(...) revelação social dos atributos de pessoa humana que se encobriam na categoria de escravo”, (Cardoso, 1962, p. 270). De acordo com Cardoso (1962), a exploração que os senhores de escravos exerciam sobre os negros, possibilitou a visibilidade da pessoa humana neste segmento racial, e, portanto, não mais podiam ser considerados somente como um instrumento de trabalho: “(...) o escravo-alfaiate, o escravo-ferreiro, o escravo-tecelão, ao adestrarem-se como artífices para transformar a matéria bruta, distinguiam-se da tesoura, da bigorna, do tear, das condições inanimadas de trabalho, como senhores de uma técnica específica de manejá-los”, (Cardoso, 1962, p. 270). O que aumentou a sua visibilidade como pessoa humana, embora não a ponto de superar a relação de domínio e subordinação em que se encontrava.

Por outro lado, Cardoso (1962), também ratificou o pensamento de Freyre ao defender que os contatos íntimos entre senhores e escravas, ou seja, as relações sexuais entre as raças significaram “processos de interação social”. Logo:

“As relações sexuais entre senhores e escravas, apesar do caráter de pura concupiscência, desencadeavam processos de interação social que escapavam inteiramente ao jogo de expectativas sociais que definiam o comportamento de senhores e escravos”. ( Cardoso, 1962, p. 273).

Estes relacionamentos flexibilizaram o sistema de “normas e controles” que estabelecia as “posições” e também a “atuação social” mútua dos segmentos da sociedade escravocrata, conforme Cardoso (1962). Para este autor, o “triângulo amoroso”<sup>87</sup> muitas vezes forjado na casa-grande denunciava as incoerências “culturais da moral” da camada dominante desse período. Cardoso (1962) defendeu também que a miscigenação foi outra negação das normas sociais que buscavam separar as raças e considerar um grupo superior aos outros. Segundo ele “(...) a própria existência de filhos de brancos livres entre os escravos tornava-se um elemento de negação dos pressupostos da inferioridade natural, que se desejava atribuir ao escravo enquanto negro”, (Cardoso, 1962, p. 274). Para Cardoso (1962), a mestiçagem defendida por Freyre significou a ausência de repulsa entre as raças.

Todas essas características demonstram as incongruências do sistema escravocrata, entre a justificativa moral para a escravidão e as práticas que contradiziam a ideologia dominante. E Cardoso (1962), endossa Freyre (2004), ao demonstrar as várias faces da escravidão, de maneira sucinta. E, da mesma forma que Freyre comprovou a participação efetiva do negro na formação da nação brasileira, Cardoso expôs sobre a “redescoberta do homem no escravo” por exemplo, através da literatura produzida. Dessa forma:

“A ênfase posta pelos textos no carinho das mucamas, na fidelidade dos negros velhos, no sofrimento da mãe-escrava, na dedicação e amor pelo senhor (...) possui uma ambigüidade que é significativa. Exaltando as qualidades de apego ou de submissão aos brancos, textos deste tipo como que preparam a imagem do negro livre desejada pelos senhores, mas, ao mesmo tempo, obrigam a uma revisão da representação social do negro, descobrindo no escravo a pessoa humana”. (Cardoso, 1962, p. 274).

Embora representações forjadas pela camada dominante da sociedade escravocrata, elas demonstram o negro como ser humano, e não somente algo transformado

---

<sup>87</sup> O triângulo amoroso refere-se ao casal da casa-grande, o senhor e a senhora de escravos, e alguma escrava, ou mucama, cf. Cardoso, 1962, p. 274.

em coisa, em objeto, ou, instrumento de trabalho. Aspecto que Freyre analisou em seu trabalho, resgatando assim a pessoa africana e seus descendentes na vida brasileira, principalmente, na vida íntima da nação brasileira.

Portanto, dado às interações entre senhores e escravos, brancos e negros, Cardoso (1962) concluiu que nesta forma de escravidão que prevaleceu no Brasil, o escravo jamais foi representado unicamente como coisa, embora a escravidão supõe a coisificação do escravo. O que não implica a ausência de reciprocidade no cumprimento de suas posições sociais, tanto pelo escravo como pelo senhor. A “reciprocidade de expectativas” exigidas para o “funcionamento do sistema” foi obtida por meio de mecanismos de controle como a violência do senhor contra o escravo. Mas, o reconhecimento da pessoa humana no escravo abalou os fundamentos do sistema escravocrata, ou, “(...) o sistema de direitos e deveres recíprocos engendrados pela exploração escravista”, (Cardoso, 1962, p. 272).

Na relação de dominação e subordinação entre senhores e escravos, Costa (1998) destacou também a questão do preconceito que atuava como um divisor entre as duas camadas, que como Freyre (2004) demonstrou, e Costa(1998) neste aspecto concordou, eram “(...) ao mesmo tempo tão íntimas e tão distantes”, (Costa, 1998, p. 333). As manifestações do preconceito adentravam “circunstâncias” como “rua”, “salões”, “mesa do chefe da família”, “Igreja” e na própria “Constituição do Império”.<sup>88</sup>

E, no que se refere às expectativas do período em relação aos grupos raciais, de acordo com Costa (1998), os senhores aguardavam dos escravos “(...) humildade, obediência, fidelidade”, e os escravos aguardavam do senhor, “autoridade benevolente”.<sup>89</sup> Expectativas frustradas dado ao fato de que “o escravo roubava, era infiel, fugia, quando não praticava desatinos. O senhor excedia-se nos castigos, era violento e cruel”, (Costa, 1998, p. 334). Portanto, dentro da correlação de forças, os diferentes estratos também encontravam meios de

---

<sup>88</sup> Conforme Costa, 1998, p. 333-334.

<sup>89</sup> Conforme Costa, 1998, p. 334.

sabotar uns aos outros. Ainda, de acordo com a visão desta autora, no que se refere ao aspecto legal, a legislação defendida no período da escravidão, representou a “(...) espoliação de um grupo pelo outro”, (Costa, 1998, p. 335). Portanto, o antagonismo equilibrado de Freyre esteve ameaçado e não cumprido por vários aspectos, como os citados acima, mas dentro do seu pensamento social, este conceito é relevante para a compreensão das várias faces das relações raciais no período escravista.

### **3.2. Florestan Fernandes**

Florestan Fernandes, em sua análise sobre a integração do negro na ordem social competitiva, bem como os estudos sobre os problemas sociais decorrentes da marginalização deste estrato racial dentro de um sistema que se dizia democrático e aberto, demonstrou lacunas da República democrática brasileira, no que se refere à inclusão do negro. Em seus estudos demonstrou a continuidade de um padrão assimétrico de relações raciais, o domínio do segmento racial branco, a presença do “preconceito de cor”, e o desajustamento do negro no emergente sistema social. Fernandes (1987) mostrou, ainda, que enquanto o negro continuasse a ser excluído e discriminado, a democracia no país representaria apenas algo a ser alcançado, pois não se poderia afirmá-la, e menos ainda fazer a defesa da existência de justiça social, haja vista a raça negra ter sido um grupo marginalizado dentro da nação brasileira e o sistema a que se convencionou chamar de democrático não possibilitou a sua inclusão efetiva.

Após o declínio da escravidão, de acordo com Fernandes (1987), o negro não foi o principal contratado para o desenvolvimento dos trabalhos que então existiam, mas sim o

elemento branco. Portanto, “(...) o substituto e o sucessor do escravo não foi o trabalhador negro livre, mas o trabalhador branco livre estrangeiro, ou então o homem pobre livre, mestiço ou branco, (...)”. (Fernandes, 1987, p. 70). Isto teve como consequência o processo contínuo de desajustamento do estrato negro, conforme exposto no segundo capítulo.

No que se refere à matriz teórica de Florestan Fernandes, na análise da integração do negro na sociedade de classes, vamos encontrar o uso de conceitos de diferentes sociólogos, principalmente, os clássicos. Temos o uso do conceito de dominação, por exemplo, de matriz weberiana, ou, a preocupação com a função do “preconceito de cor”, de origem durkheimiana, e também, a questão da consciência de raça, inspirada na consciência de classe marxista. Segundo Mota (1998), Fernandes não possuía “bloqueios no campo conceitual que levassem à ortodoxia”, ao contrário, ele “articulou conceitos que lhe permitiriam a elaboração de uma obra-chave nas ciências sociais no Brasil, (...), A Integração do Negro à Sociedade de Classes”. (Mota, 1998, p. 183).

Um autor também relevante para compreendermos o pensamento de Florestan Fernandes, e que endossou a sua análise, é Cardoso (1962), bem como para a compreensão de algumas nuances do sistema escravocrata, conforme exposto anteriormente. Segundo este sociólogo, a passagem do negro do período escravocrata para o sistema de classes foi permeado de obstáculos à ascensão social do descendente de africano. Como Fernandes (1978), Cardoso (1962) observou que o padrão desigual de relações entre negros e brancos vigorou mesmo após o desagregação do modo de produção escravista. Segundo ele, “(...) as representações tradicionais sobre os negros puderam, até certo ponto, manter-se”, (Cardoso, 1962, p. 269).

De acordo com Cardoso (1962), a situação econômica de existência adicionada da ausência de socialização anterior para viver em liberdade, juntamente com a destituição, em pouco tempo, do negro das “posições no mercado de trabalho”, conduziram-nos a adotarem

comportamentos de tal modo que sua ação tomou o significado de uma “revolta inconsciente”. Com isso o autor sustenta a tese de Fernandes (1978) sobre o desajustamento do negro no período de desagregação do sistema escravocrata e emergência do sistema capitalista. O comportamento do negro foi marcado pela sua não inclusão na sociedade dita aberta e democrática. Logo, a marginalização do negro dentro do sistema adquiriu uma forma de revolta dele contra o sistema que o oprimia e não criava mecanismo para a adaptação do antigo agente de trabalho escravo. Portanto:

“(...) a vadiagem progride desenfreadamente; o abuso da aguardente marcha a par com a degradação moral; a prostituição toma proporções inquietadoras e o pauperismo aumenta com esse grande número de indivíduos que, lançados de chofre em um meio muito diferente daquele em que viviam e cercados de novas e urgentes necessidades, estragam-se pela maior parte na orgia vegetando em lastimável miséria, onde fatalmente perecerão, arrastando a sua descendência”. (In: Cardoso, 1962, p. 276).<sup>90</sup>

À margem da sociedade, o negro vivenciou um estado de anomia, segundo Cardoso (1962), que comprova a tese de Fernandes (1978). A abolição, tal como ocorreu, representou muito mais os valores e objetivos dos problemas do branco do que as necessidades dos negros. Estes, como escravos, não tinham outro objetivo senão a eliminação da escravidão, segundo Cardoso (1962). Terminada oficialmente a escravidão no Brasil, os negros ficaram sujeitos “(...) à escravidão da miséria ou à condição de párias de uma sociedade de classes em formação, engajados automaticamente, como ficariam, no exército proletário de reserva”, (Cardoso, 1962, p. 276). As alternativas que lhe foram disponibilizadas consistiam em fazer a opção de continuar trabalhando nas condições semelhantes às de escravo, agora com o nome de cidadão livre, ou “viver na ociosidade e no desregramento”. Portanto, se por um lado podemos compreender o ocorrido pela perspectiva da marginalização do negro, por outro há a possibilidade de uma “revolta latente”, de acordo com Cardoso

---

<sup>90</sup> O trecho foi retirado do Relatório Azambuja Villanova, cf. Cardoso, 1962, p.276.



(1962), onde os negros recusaram a “(...) participar da mistificação emancipacionista que os brancos lhe quiseram impor”, (Cardoso, 1962, p. 279).

Outros aspectos que contribuíram para a marginalização do negro foram os preconceitos e as discriminações, que Fernandes (1978) apontou como “preconceito de cor”. Cardoso (1962) desenvolveu, em seus estudos, a tese de que já no período escravocrata havia representações do negro que podiam ser definidas como preconceito. Para ele, no Brasil houve “(...) o sistema complexo e assimétrico de atribuição de direitos e deveres entre negros e brancos (...) [que] manteve-se com o concurso de representações sobre as qualidades e o papel social do branco e do negro definidos em termos etnocêntricos pelos brancos”. (Cardoso, 1962, p. 280). Segundo este sociólogo, as conotações de negro e escravo eram relacionáveis: “negro equivalia a indivíduo privado de autonomia e liberdade” e “escravo correspondia (...) a indivíduo de cor”, (Cardoso, 1962, p.280). Logo, houve duas proibições ao negro e ao mulato, “(...) o acesso a papéis sociais que pressupunham regalias e direitos lhes era, simultaneamente, vedado pela condição social e pela cor” (Cardoso, 1962, p.280-281). Essas foram representações que prevaleceram no período escravocrata.

Após a Abolição, o “problema negro” assumiu novos sentidos no que se refere ao preconceito, as representações estereotipadas passaram a vigorar no âmbito das relações raciais. Por conseguinte:

“Nesse processo o preconceito de cor ou de raça transparece nitidamente na qualidade de representação social que toma arbitrariamente a cor ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários, como fonte para a seleção de qualidades estereotipáveis. De um momento para o outro, o negro – que fôra sustentáculo exclusivo do trabalho na escravidão – passa a ser representado como ocioso, por ser negro, e assim por diante”. (Cardoso, 1962, p. 281-282).

De acordo com Cardoso (1962), a discriminação possuía como função além de impedir que os negros “deixassem seus lugares”, a saber, o lugar de subordinados dentro da

estrutura racial e social, também objetivava mantê-los na condição de cidadãos responsáveis de “cumprir as tarefas mais árduas”. (Cardoso, 1962, p.285). Logo, comparando o lugar que o negro ocupou na escravidão com a sua situação na emergente sociedade de classe, Cardoso expôs que:

“O universo moralmente degradante de violência aberta contra o escravo e de solapamento contínuo das possibilidades de manterem os negros vida associativa regular, que caracterizou o período escravocrata, transfigurava-se num mundo cheio de restrições, discriminações, avaliações negativas, frustrações e, não raro, persistência de formas arbitrárias e violentas de coagir os negros livres a um estilo de vida próximo da anomia social”. (Cardoso, 1962, p. 288).

Além dessas situações problemáticas enfrentadas pelos negros, houve ainda a assimilação das representações do grupo dominante. De acordo com estas representações, não era o branco que fazia a imposição destas condições de existência, mas o negro, como o grande explorado, era o responsável pelo estado deplorável, marginalizado, em que se encontrava, de acordo com Cardoso (1962). Neste processo, competia ao negro reconstruir-se a “relação de si-mesmo consigo”, haja vista que a herança da escravidão não implicava o estilo de vida trazido pelos africanos, já que o sistema da escravidão havia destituído os negros de suas características originais, e as formas de ser do negro eram padrões criados pelos brancos, sobre os negros e sobre os próprios brancos. Portanto, a própria reconstrução do negro muitas vezes representava a reprodução da “imagem onipresente do branco”. Ainda segundo Cardoso, a situação do negro era marcada por uma “(...) alienação mais completa [que] seria impossível: aceitaram a imagem de negro e a ideologia de convivência inter-racial desenvolvida pelos brancos; e definiram como projeto a inautenticidade, motivados pela ideologia do branqueamento”. (Cardoso, 1962, p.290). Isso ocorreu na maneira do comportamento das famílias mais organizadas, na maneira de se vestirem, na idéia de branqueamento, nas representações das relações raciais e nas relações que estabeleciam entre

si mesmos. E, ao olhar do branco, sobre o negro que parecesse “refinado”, implicava concorrência que era combatida com argumentos como o do ditado “cada macaco em seu galho”, conforme Cardoso (1962). Logo:

“O processo de branqueamento do negro não se limitou, todavia, á imitação das formas exteriores de comportamento dos brancos. Tudo foi-se definindo para os negros pela perspectiva dos brancos. A própria abolição passou a ser sentida como um problema nacional, muito mais do que um problema do escravo: ‘Saudo-te, 13 de Maio, por seres o salvador da Honra da Pátria! Por teres trazido ao brasileiro solo a liberdade, condição essencial para o bem estar e progresso da humanidade!’”. (Cardoso, 1962, p. 292-293).

Mas simultâneo ao processo de alienação descrito por Cardoso (1962), temos também, de acordo com este autor, a constituição do negro como pertencente a “outro grupo”, e assim, ser incorporado como membro do “grupo nacional”. A percepção de grupo marginalizado levou os mais esclarecidos a defender a necessidade, por exemplo, de instrução da raça negra. Jornais de defesa do negro combatiam a ignorância deste estrato racial, e, além de defender a educação do estrato negro, também pregavam, de acordo com Cardoso (1962), a aceitação por parte do descendente de africano de sua nova posição na sociedade, bem como a necessidade de mostrar que o negro era capaz de ascender socialmente e, portanto, não era inferior a raça branca. Então, propunham ao negro firmeza na ascensão por novas posições sociais:

“Com franqueza: fechemos os olhos aos preconceitos do mundo e vistamos a couraça impermeável da firmeza, olhando melhor para nós mesmos; mais um pouco orgulhosos sejamos e atiremo-nos decididos à conquista de melhores posições sociais porque somos livres e temos talento! Saibamos aproveitá-lo! Saibamos ser livres!”. (In: Cardoso, 1962, p. 291).<sup>91</sup>

E, defendiam também, uma nova socialização para o negro. Logo, afirmavam que:

---

<sup>91</sup> Trecho retirado de *O Exemplo*, de 03/11/1895, cf. Cardoso, 1962.

“Não basta amarmos e casarmos é necessário que nos compenetremos de nossos deveres paternos. Devemos pensar, porque vamos firmar um compromisso de fazer a nossos filhos mais que nossos pais nos fizeram; de garantir-lhes a subsistência e a de sua mãe e dar-lhes uma educação, pela qual honradamente possam com independência ganhar a vida”. (In: Cardoso, 1962, p. 297).<sup>92</sup>

Através destes trechos podemos perceber que quando lideranças negras começaram a denunciar a espoliação sofrida pela raça negra e reivindicar uma nova posição, social, moral, econômica, cultural e política para este grupo, iniciou o rompimento com a assimilação das representações dominantes pejorativas sobre o negro e elaboradas pelo estrato racial branco, ponto em que Cardoso (1962), com seu trabalho, corroborou os estudos de Fernandes (1978), conforme exposto no segundo capítulo.

Mas, é relevante expor que, embora houve diversas reivindicações para a melhoria da situação da raça negra, segundo Cardoso (1962), havia escassez de possibilidades para uma mobilidade social de ascensão mais efetiva. E, os caminhos para essa ascensão eram regulados pelos brancos. Neste processo, o mulato, como um “negro privilegiado” por um lado, devido maior proximidade com o branco e estigmatizado, pela proximidade com o negro, possuía possibilidade de ascender via o apadrinhamento do elemento branco maior do que o negro, segundo este sociólogo. O aspecto problemático desta situação, de acordo com Cardoso (1962), era a “diferenciação social interna do grupo negro”, o que dificultou a construção de uma identidade racial e gerou preconceito dos elementos de pele mais clara contra os elementos de pele mais escura, ou seja, dos mulatos contra os negros. E afirmação do negro como raça era condição necessária para a inclusão efetiva deste segmento à “sociedade comum de negros e brancos”. (Cardoso, 1962, p. 304).

---

<sup>92</sup> Trecho retirado de *O Exemplo*, de 04/06/1893, cf. Cardoso, 1962

Ianni (1987),<sup>93</sup> discutindo as causas da abolição, bem como da imigração, salientou que ambas foram resultados da acomodação e simultaneamente, da redistribuição do mercado de trabalho. Segundo este autor, a procura por trabalho foi maior que a oferta, e, quando a oferta “(...) foi seletiva, os negros e mulatos ficaram em último lugar”, (Ianni, 1987, p. 17). Logo, foram os negros e mulatos que “(...) contribuirão, em maior parte, para a formação de um contingente de reserva que vegetará no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outros núcleos dominantes”. (Ianni, 1987, p. 17).

Para este sociólogo, a contradição entre a idéia de liberdade, escravidão e lei, escravo e mercadoria, entre a indústria e a agricultura, e, entre a cidade e o campo conduziram a superação do regime escravocrata. E, a condição de cidadão ocorreu quando houve a venda da força de trabalho, de acordo com as tendências da oferta e da procura. A condição de cidadão ocorreu também quando o trabalhador ganhou a liberdade, superando a contradição entre mercadoria e escravo. Ainda que uma liberdade limitada pelas condições reais de sobrevivência. Portanto, os motivos para a abolição não foram unicamente a preocupação com a situação do negro como escravo, mas, principalmente, atender às necessidades dos senhores de escravos e regular uma situação que já se encontrava insustentável.

Diante disso, o negro e os seus descendentes adquiriram a condição de cidadão a partir do momento em que deixaram de ser meios de produção, segundo Ianni (1987),<sup>94</sup> e a abolição com todas as críticas recebidas, proporcionou esta situação. Do ponto de vista da camada dominante, a libertação do escravo lhe foi favorável, a partir do instante em que foi uma condição para ampliar a margem de lucro.<sup>95</sup> Sendo que, o trabalho do negro adquiriu a forma de mercadoria somente quando o trabalhador descendente de africano adquiriu a condição de mão-de-obra livre. E, quando a energia física e mental do trabalhador adquiriu a

---

<sup>93</sup> Ver maiores detalhes em Ianni, 1987, p. 17.

<sup>94</sup> Ver Ianni, 1987, p. 24

<sup>95</sup> Ver Ianni, 1987, p. 30.

condição de força de trabalho, ela passou a ser comprada ou vendida de acordo com os interesses e necessidades dos proprietários dos meios de produção. Logo, “(...) as transformações da estrutura econômica impuseram a libertação do escravo”, (Ianni, 1987, p. 30). Como percebemos, novamente o debate entre a situação do escravo como pessoa humana ou mercadoria, ponto que Ianni (1987) defendeu que o trabalhador negro adquiriu a condição de mercadoria quando passou a trabalhar com liberdade, após a abolição.

É relevante destacar que a condição de cidadão do negro foi restrita. Segundo Ianni (1978), o antigo escravo tornou-se estigmatizado com o rótulo de ex-escravo, negro ou mulato.<sup>96</sup> Também, segundo Valente (1994), após a abolição o negro e seus descendentes foram “desacreditado e descartado” como trabalhadores livres dentro das atividades econômicas que começaram no período, e mesmo em atividades que antes já realizavam como escravos, “(...) o negro se viu obrigado a desenvolver atividades de pouco ou nenhum prestígio social”, (Valente, 1994, p. 35), fato que contribuiu para reforçar a imagem negativa que a sociedade possuía sobre ele. Mas, mesmo diante deste panorama, o negro e seus descendentes criaram mecanismos de resistência para que os “seus direitos fossem respeitados”.

Mas, segundo Valente (1994), também a partir da abolição, os negros e seus descendentes passaram da condição de escravos a condição de “homens livres”. Eles, ao vivenciarem esta nova situação não escaparam de problemas como o “(...) desemprego, o subemprego e a marginalidade”. Saindo das senzalas, a maioria dos negros e mulatos foram morar em lugares onde as condições de vida eram “subumanas”: “Problemas que caracterizaram o tráfico e a vida na lavoura do Brasil Colônia, como o alto índice de mortalidade (principalmente de recém-nascidos) e a subnutrição, persistiram”. (Valente, 1994, p. 36).

---

<sup>96</sup> Ver Ianni, 1987, p. 320.

No que diz respeito à condição de trabalhador livre, que vendeu a força de trabalho para garantir a subsistência, Ianni (1987) expôs que esta foi uma situação fundamental da questão racial no Brasil e suas tendências de “(...) acomodação, reajustamento ou expressão dos mercados de força de trabalho, em escala regional ou nacional”, (Ianni, 1987, p. 317). Segundo este autor, a abolição da escravatura funcionou no sentido de fabricar a redefinição do trabalho, destacando-o como situação de atividade dignificante, aspecto necessário do capitalismo industrial em construção. A força de trabalho foi o “componente estrutural determinante” do segmento racial negro e seus descendentes quando absorvidos pelo sistema social. Logo, a liberdade atribuída ao escravo, ainda segundo Ianni (1987), foi uma liberdade do negro e seus descendentes oferecerem-se ao “mercado de trabalho, como mão-de-obra apenas”.<sup>97</sup> Em relação à imigração européia nas cidades, Ianni(1987) corroborou com Fernandes(1978), na medida que expôs o fato de os negros e os mulatos não progrediram com a situação urbana, na cidade, haja vista que os empresários tinham preferências aos imigrantes. Por isso, devido à “experiência social” diversificada e “horizontes culturais diferentes”, os descendentes de africanos ficaram em “desvantagem”, na relação com os imigrantes, em disputa por uma vaga no emergente mercado de trabalho livre. Logo, “(...) a estrutura do operariado incipiente constitui-se permeada pelo preconceito de cor e o etnocentrismo”. (Ianni, 1987, p. 44). Ponto que corrobora o trabalho de Fernandes (1978)<sup>98</sup>, no que se refere à marginalização do negro quando em concorrência com os imigrantes.

Ao analisar os padrões de ajustamento dos diferentes segmentos raciais que fizeram o Brasil, Ianni (1987) expôs que o elemento branco, e sua respectiva posição na estrutura social, permitiu-lhe “participar dos valores da sociedade”. E, a influência de sua posição na ideologia imposta, representou certas “polarizações” em relação ao elemento de

---

<sup>97</sup> Ver Ianni, 1987, p. 320.

<sup>98</sup> E, conforme exposto no segundo capítulo desta dissertação.

cor,<sup>99</sup> como por exemplo, a propensão do segmento branco de classe social elevada de dissimular a existência de preconceito contra o negro e o mulato. Porém, os segmentos que adotaram esta conduta eram, na realidade, pessoas que possuíam “nenhuma ou poucas relações com os negros e mulatos”, (Ianni, 1987, p.93). Outra “polarização” refere-se ao grupo de pessoas brancas que discutiam o preconceito livremente, admitindo os aspectos consumados, mas sem nada poderem fazer.<sup>100</sup> Temos ainda, conforme Ianni (1987), as interações de pessoas de classe média com negros e mulatos. A classe média constituía o grupo que se sentia mais ameaçado com os novos padrões de ajustamento inter-racial e a ascensão de membros do grupo subordinado. Segundo o autor, devido a essa situação, foi o grupo em que se detectou maior grau de rejeição para com os descendentes de africanos. E, por último, no que diz respeito às polarizações, temos a orientação racial do elemento branco funcionando no sentido de, em situações de contato com o negro ou com o mulato, prevalecer a posição destes últimos como dominados e do primeiro como dominante.

Por outro lado, para compreender a orientação ideológica do negro e do mulato, Octávio Ianni corroborou o trabalho de Fernandes<sup>101</sup> na medida que demonstrou que esses segmentos raciais operaram com um aspecto essencial entre as diversas polarizações: “(...) facilitar o ajustamento dos negros e mulatos às novas situações sociais emergentes, nas quais se defrontam com os brancos, seja em face dos círculos de convivência social, seja quando consideramos os níveis da estrutura social”, (Ianni, 1987, p. 108), objetivando, principalmente, amenizar as conseqüências subjetivas negativas dos “padrões de comportamento inter-racial” prevalentes na sociedade brasileira dominada pelo segmento branco. O autor denominou esta orientação de “ideologia de compromisso”, na medida em que há o predomínio de conteúdos defensivos. Portanto:

---

<sup>99</sup> Ver Ianni, 1987, p. 93-94.

<sup>100</sup> Ver Ianni, 1987, p. 93.

<sup>101</sup> Ver Ianni, 1987, p. 108-109.



“(…) Dadas as condições de existência inter-racial a que ela se destina, a ideologia do negro e do mulato é uma ideologia de compromisso. Destina-se a orientar o comportamento do “indivíduo de cor”, no sentido da sua integração e ascensão sociais. Compreende, por isso, um conjunto de concessões que são oferecidas em troca das conquistas sociais que representam a possibilidade de infiltrar-se ou ascender a grupos dominados por brancos. Essa ideologia se compõe de elementos destinados, particularmente, a permitir concessões, comportando o ajustamento tenso às situações de convivência em que domina o branco. Nesse sentido, o ideal de branqueamento é um dos melhores exemplos para a compreensão desse caráter da ideologia do negro e do mulato. Subsiste sempre, na consciência deles, a realidade da submissão. Ao mesmo tempo, e necessariamente, uma modalidade de inconformismo”. (Ianni, 1987, p. 108-109).

Ianni (1987) expôs ainda acerca do negro que reagiu contra o lugar de subordinação imposto no decorrer dos séculos pelo estrato racial branco. Corroborando o trabalho de Florestan Fernandes (1978), o autor afirmou que esta reação do estrato racial negro e mulato a princípio, ocorreu de maneira individual, ainda não politizada, ou, restrito a famílias ou grupos de vizinhança. Depois, em associações, clubes ou movimentos sociais e políticos.<sup>102</sup>

Em relação à reação do negro, Ianni (1987) defendeu que o trabalho de Fernandes<sup>103</sup> foi essencial para compreender a importância dos movimentos sociais e políticos no meio negro, conforme exposto no capítulo segundo. As reações, denúncias de discriminação e preconceito, formação de congressos, imprensa e conscientização dos grupos acerca da realidade racial desempenhou relevante papel no sentido de democratização da sociedade. Enfim, após a abolição da escravatura, a história da proletarianização do negro e de seus descendentes, bem como o “ingresso incipiente”, nos estratos médios, contribuiu também

---

<sup>102</sup> Ver Octávio Ianni, 1987, p. 115-118.

<sup>103</sup> E também Roger Bastide, ver Ianni, 1987, p. 309.

para o desenvolvimento de pesquisas sobre as “condições”, “tendências” e reações da população negra ao processo de integração social.

E, como aspectos de resistência por parte do negro, segundo Valente (1994), vamos encontrar a organização deste segmento racial em associações, ou movimentos políticos e sociais de luta como, por exemplo, a criação da Frente Negra Brasileira em 1930, que embora encontrou obstáculos a serem superados, como a ausência de um conflito declarado, haja vista o mito da democracia racial; ou, a diversidade de cor, dado a mestiçagem o que dificultou a criação de uma identidade dos descendentes de africanos; e, ainda, do risco da própria luta ser diagnosticada como um “racismo às avessas”, dado à “ideologia dominante de integração multirracial”, (Valente, 1994, p. 68), as organizações atuaram na defesa da população negra, contribuindo para desmascarar a ideologia da harmonia social e demonstrar a real situação de vida deste estrato racial.

Por outro lado, ainda conforme Ianni (1987), para justificar o preconceito e a discriminação, de acordo com a ideologia racial do branco, freqüentemente surgiram questões referentes à cultura. Mas, é relevante expor que a posição subordinada do negro e do mulato foi resultado da dominação do elemento branco. Conseqüentemente:

“Há referências às heranças da escravatura, tradições africanas, religiões afro-brasileiras e mesmo outras, para justificar ou “explicar” a situação econômico-social inferior a que negros e mulatos em geral se encontram. Na prática, a posição subalterna em que se encontram os negros e mulatos está bastante relacionada com o preconceito e a discriminação por parte do branco. A constituição diz que todos são iguais perante a lei. No cotidiano, fábrica, escola, clube, intercasamento e outras situações, há uma seleção sócio-econômica, étnica e racial das pessoas”. (Ianni, 1987, p. 122).

Em relação à idéia de competição entre negros e brancos para a ocupação de posições na sociedade brasileira, Ianni (1987) apontou ser este um argumento falso. Segundo ele, a competição é uma situação existente sim, mas não explica o preconceito e a discriminação totalmente, haja vista o segmento branco da população sempre ter ocupado o

lugar de dominante. A competição não chegou a representar uma ameaça para este segmento, logo, o argumento é inconsistente. Portanto:

“É um engano pensar que as condições adversas em que vivem os negros e mulatos são ditadas pela competição no mercado; e muito menos pela competição livre no mercado. Sim, não há dúvida de que a competição é um dado da situação. Mas ela só opera a partir das condições de monopólio em que se colocam os brancos, em geral, e cada categoria de branco, em particular. É verdade que desde a abolição os negros e mulatos se achavam em condições desvantajosas para competir com o branco, nacional ou imigrante. Mas também é verdade que desde a abolição os brancos monopolizam o poder político e econômico, o acesso à educação, à cultura. Os governos, ministérios, secretarias, repartições, diretorias de empresas, gerências e assim por diante – tudo é território de branco. Às vezes as posições repartem-se entre nacionais e imigrantes (de 1ª, 2ª ou outra geração). Mas raramente elas se dividem entre negros, mulatos e brancos”. (Ianni, 1987, p. 128).

Porém, para Valente (1994), não havia competição enquanto o negro e o mulato eram considerados mercadorias, devido à condição de escravos em que viviam. Com a abolição da escravatura e o advento do trabalho livre, eles passaram a disputar posições com os brancos, principalmente, os imigrantes, e neste ambiente, o preconceito e a discriminação raciais foram usados como “armas da competição”, estabelecendo a desigualdade dentro das relações raciais.

Do ponto de vista legal, Constituição e leis, vamos encontrar a idéia de que negros e brancos são iguais, sem desigualdade de raça, credo ou classes sociais. Todos são cidadãos, logo, portadores de cidadania. O problema consiste nas lacunas entre a lei e a realidade. Segundo Ianni (1987), na defesa do Estado democrático de direito está a inquietação com a vida em comum, harmônica das raças e etnias que construíram o Brasil. E isso consiste em uma ideologia que constituiu ideais de “legisladores e governantes” a respeito da forma de “apagar-se ou diluir-se” a desigualdade real entre os segmentos raciais e étnicos diversos.<sup>104</sup>

---

<sup>104</sup> Ver Ianni, 1987, p. 131.

No que diz respeito à interiorização do preconceito e da discriminação, Ianni (1987) corroborou o trabalho de Florestan Fernandes (1978), ao mostrar que a visão do branco sobre o negro influenciou decisivamente o pensamento que este tem de si mesmo. Portanto, para a conquista de uma cidadania efetiva, segundo o autor, o negro e os seus descendentes devem “reconhecer e denunciar a cidadania subalterna que lhes é outorgada pelo branco”, (Ianni, 1987, p. 133).

Mas, ao ser “convertido em cidadão”, segundo Ianni (1987), o negro e seus descendentes conheceram “de modo brutal a condição alienada da liberdade que lhe ofereciam”. (Ianni, 1987, p. 307). Enfim, o que de fato vamos encontrar no âmbito das relações raciais, segundo Ianni (1987), é uma “larga desigualdade racial”.<sup>105</sup>

Valente (1994) também convergiu para o trabalho de Florestan Fernandes<sup>106</sup> na medida em que defendeu que a desigualdade e a discriminação entre os segmentos raciais negros e brancos e seus descendentes originou-se no escravismo, sendo mantido nas relações de produção após este período. Logo, adquiriu novos moldes, onde, mesmo havendo mudança do sistema econômico, o que prevaleceu nas relações de trabalho e na opressão característica das relações estabelecidas, foi o fato de o negro e seus descendentes continuarem a ser considerados “inferiores”, diante do estrato racial branco. Desse modo, mudaram as condições, de escravos para a de homens livres, e como tais, propriedade de si mesmos, porém continuaram a ideologia de serem vistos como seres inferiores. Além disso, passaram a ocupar posições na classe baixa, o que reforçava a ideologia dominante.

Como foi visto em Florestan Fernandes<sup>107</sup> o preconceito de cor foi uma categoria utilizada para referir-se tanto ao preconceito quanto à discriminação. Valente (1994) expôs que a desigualdade racial no Brasil ocorreu de acordo com a raça, a cor e a classe, sendo que

---

<sup>105</sup> Ver Ianni, 1987, p. 355.

<sup>106</sup> Ver síntese no capítulo 2.

<sup>107</sup> Ver síntese no capítulo 2.

estes elementos se misturaram, muitas vezes, dificultando uma análise mais objetiva. Por exemplo, no que se refere a ocupação de negros e mulatos no mundo do trabalho, a cor era um critério relevante de seleção, impondo ao negro posições de baixo prestígio dentro da hierarquia social. Também, o negro, geralmente, possuía dupla consciência, de raça e de classe.<sup>108</sup>

E, segundo Guimarães (2003), a noção de cor está sempre relacionada com a raça,<sup>109</sup> Portanto, ao analisar as relações entre negros, seus descendentes e brancos neste trabalho, a cor é sempre entendida como uma das características da raça. E, isolá-la sem considerar esta questão é um equívoco ou ingenuidade que restringem o debate às aparências.

A discussão teórica estabelecida acima foi para demonstrar que o pensamento social de Florestan Fernandes encontra respaldo em diferentes autores. Alguns concordam, simplesmente, com as suas teorias sobre as relações raciais, a partir da ótica da integração do negro, outros avançaram no debate, detalhando, explicitando certas noções. Por exemplo, o debate sobre o negro como mercadoria, ou como cidadão, e as conseqüências destas posições no decorrer dos séculos, haja vista que mesmo o período analisado por Fernandes correspondeu, de acordo com o que foi posto até o momento, a conseqüências de comportamentos entre as raças secularmente estabelecidas. Os problemas advindos de um padrão assimétrico de relações raciais ou, a reação à desigualdade e à marginalização por parte da raça negra também foram fatos amplamente debatidos, e, corroborados. Portanto, os estudos das relações raciais, devido a complexidade e as suas múltiplas faces, exigem contínuas reflexões para melhor apreensão dos seus diferentes fenômenos.

---

<sup>108</sup> Ver Valente, 1994, p. 15.

<sup>109</sup> Ver discussão de Guimarães (2003), na introdução.

## **CAPÍTULO 4**

### **O LUGAR DO NEGRO, RAÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE GILBERTO FREYRE E FLORESTAN FERNANDES**

#### **4.1 O lugar do negro: comparação entre Freyre e Fernandes**

Gilberto Freyre e Florestan Fernandes analisaram as relações raciais no Brasil a partir da preocupação que possuíam com o país enquanto nação. Um, com uma análise enfocando a cultura, isto é, decorrente de parâmetro do culturalismo; o outro, com uma perspectiva estruturalista sobre a sociedade brasileira, portanto, das relações raciais que ocorreram dentro dela. Dentro da abordagem de Freyre, a ênfase nas diferentes raças que fizeram o Brasil propiciou a demonstração de suas respectivas contribuições para um contexto maior que foi o de construção da sociedade brasileira. Sua leitura das relações raciais levou-o a destacar especificidades, como a variedade de povos africanos que vieram para o trabalho compulsório, e, suas influências sobre os outros estratos raciais. Permitiu também, a defesa da mestiçagem no intercruzamento das raças e culturas, de acordo com o seu pensamento. Por outro lado, impediu-o de tecer uma crítica mais profunda sobre as relações desiguais que se estabeleciam entre as raças, desigualdades não somente sociais, mas também

econômica, política e até mesmo cultural, como no caso da imposição da religião do grupo dominante sobre os outros grupos.

Em Florestan Fernandes, percebemos que a análise estruturalista possibilitou-lhe verificar a desigualdade que prevaleceu no âmbito das relações raciais na sociedade brasileira, onde o estrato branco continuou a desfrutar privilégios remanescentes do período escravocrata em detrimento da raça negra. Por outro lado, o seu enfoque não demonstrou aspectos positivos nas interações entre as raças, como o sincretismo cultural abordado por Freyre. Em seu pensamento, a espoliação de uma raça por outra aparece como a única característica das relações raciais que ocorreram no Brasil.

Mas, há um aspecto que os sociólogos, embora pertencentes a tendências teóricas díspares, convergem. Trata-se da dominação de um estrato sobre o outro. Em Freyre, o antagonismo equilibrado ocorreu com a predominância do elemento branco, senhor de escravos, em situação de mando, e do elemento negro, escravo, no lugar de subordinado. E, mesmo Freyre defendendo a mestiçagem, os descendentes de negros com brancos ocupavam lugares de sujeição ao senhor branco, haja vista que este exercia o poder sobre tudo e todos a sua volta.<sup>110</sup> Por outro lado, de acordo com Fernandes,<sup>111</sup> as relações assimétricas entre os grupos raciais se pautavam em situações de dominação, por parte do estrato branco, e posição de dominados, por parte da raça negra, em uma sociedade competitiva.

No que se refere à nação brasileira, segundo Ianni (1987), o país passou por várias transformações no século XIX, transformações que influenciaram as relações raciais e que, principalmente, Fernandes irá perceber as conseqüências em sua análise da integração do negro na sociedade de classes. Logo:

“Para conjugar esses acontecimentos e processos, precisamos considerar que a Nação estava ingressando em novo ciclo de

---

<sup>110</sup> Conforme demonstrado no primeiro capítulo.

<sup>111</sup> Conforme demonstrado no segundo capítulo.

desenvolvimento econômico-social. Ao expandir-se a cafeicultura, como atividade dominante, verifica-se a prosperidade geral e a manutenção dos vínculos com a Inglaterra. Ao mesmo tempo, ocorrem modificações econômicas e sociais internas importantes. Em poucas palavras, a fisionomia da sociedade nacional passa a ser determinada pela predominância da cafeicultura. É uma atividade econômica que mantém a sociedade na dependência de centros comerciais, financeiros e culturais externos. Convém sublinhar que o que é singular nessa relação é que a mercadoria produzida no Brasil somente adquire sua plena existência de mercadoria no exterior, no comércio com a Inglaterra. Essa é uma determinação essencial à compreensão da sociedade brasileira em suas esferas fundamentais. Portanto, para explicar as configurações da sociedade nacional, nas últimas décadas do século XIX, é necessário considerar que a Nação foi dominada pela cafeicultura, dependia decisivamente dos vínculos econômicos externos e estava organizada com base na escravatura. Em outros termos, a forma pela qual o trabalhador escravo estava inserido no processo produtivo capitalista (tomando inclusive as relações externas do País) conferia um caráter singular à civilização brasileira, em suas criações e contradições”. (Ianni, 1987, p.25-26).

E, além da sociedade brasileira viver na dependência de centros comerciais, financeiros e culturais externos, era uma nação marcada pela desigualdade racial entre os grupos que aqui viviam, tanto no período da escravidão, como no período da sua desagregação e o advento do sistema de classes. Isso influenciou o pensamento dos dois sociólogos, Freyre e Fernandes, bem como as relações que se travaram entre as raças dentro desta nação.

A idéia de civilização brasileira está presente na obra de Freyre (2004) e, também em Florestan, encontramos a preocupação com o desenvolvimento da estrutura de classes dentro da nação. Segundo Ianni (1987), o pensamento do Brasil como nação foi uma “invenção do capitalismo europeu”, (Ianni, 1987, p. 315) e da dependência externa que caracterizou o país, como podemos observar a seguir:

“Em seguida, ela se torna ininteligível se não compreendemos a trama das relações com os Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Inglaterra, a Itália, o Japão. Portanto, como povo, como organização econômica, como cultura, o Brasil é uma sucessão de desdobramentos do capitalismo, com centros dominantes externos. Daí a curiosa luta



em busca da autenticidade; a consciência ambígua, expressa no esforço pela formulação de uma ‘civilização nos trópicos’; a consciência infeliz de um povo que busca seu destino no espelho de outros povos, sem dispor de todas as condições para tornar-se senhor do próprio destino”. (Ianni, 1987, p. 315-316).

A busca da autenticidade da nação brasileira em Gilberto Freyre ocorreu nos estudos sobre o cruzamento entre as raças, sobre a mútua influência dos grupos que fizeram o Brasil, e também, no que ele chamou de antagonismo equilibrado, ou seja, das diferenças que conviveram predominantemente em harmonia, mesmo que os elementos das raças que aqui viviam, ocupavam lugares desiguais dentro desta civilização. A especificidade brasileira, em sua abordagem culturalista, culmina na idéia do mestiço, símbolo da tese da democracia racial. Florestan Fernandes, por outro lado, ao olhar a civilização brasileira, preocupou-se com as relações assimétricas dos grupos. Ele analisou as interações entre brancos e negros dentro da nação, que superava o período escravista através da construção de uma sociedade aberta e, encontrou características da escravidão dentro da sociedade de classes no âmbito das relações raciais. Para Fernandes, em sua análise estruturalista, a nação brasileira precisava superar este estágio de desigualdades raciais do passado, através do processo de democratização.

Enquanto Gilberto Freyre analisou a formação do Brasil a partir do intercruzamento dos diferentes segmentos raciais e desse ponto, construiu sua tese partindo do pressuposto que havia democracia racial vigorando no país, ainda que um segmento ocupasse o lugar de dominante e outros, o lugar de subordinados, Florestan Fernandes trabalhou com a idéia de democratização das relações raciais, como um processo que teve início com a desagregação do sistema escravista e a emergência da sociedade capitalista. Embora este autor reconheceu a atuação de estruturas raciais do passado escravocrata dentro da sociedade de classes, ele pensava que, com o desenvolvimento do capitalismo, este sistema atuaria no sentido de efetivar a democracia, daí pensá-la como um processo a ser implantado no decorrer

do tempo. Portanto, Freyre e Fernandes convergem no que se refere à preocupação com um sistema democrático dentro da sociedade brasileira que signifique melhoria nas relações raciais. E, divergem no aspecto de que Freyre já considerava a existência da democracia racial na relação entre os grupos e a sua consequência, a saber, o elemento mestiço, enquanto Fernandes trabalhou com a idéia de democracia a ser consolidada a partir do desenvolvimento da sociedade de classes que efetivaria, em seu pensamento, a superação das desigualdades raciais, logo, a análise a partir de um processo de democratização das relações entre as raças.

Curiosamente, embora Florestan Fernandes, tenha trabalhado com a idéia de um processo de democratização das relações raciais com o avanço da sociedade de classe, ele teceu uma crítica sobre o discurso da democracia racial de Gilberto Freyre. Segundo Guimarães (2003), Fernandes expôs a democracia racial como um discurso de dominação política. Portanto:

“(...) essa democracia racial seria apenas como um discurso de dominação política, [que] não expressava mais nem um ideal, nem algo que existisse efetivamente, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra; como um discurso de dominação, seria puramente simbólico, sua outra face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros”. (Guimarães, 2003, p. 102).

Florestan Fernandes (1987) mostrou ainda que para o negro, democracia significava democracia racial, o que implica “(...) uma transformação simultânea de relações raciais e de relações de classes, nas quais se acham envolvidos”, (Fernandes, 1987, p. 70). Mas para que houvesse mudanças no padrão assimétrico de relações entre raças era necessário superar os obstáculos, “(...) barreiras sociais e, ao lado delas, barreiras raciais na luta pela conquista de ‘um lugar ao sol’ e da ‘condição de gente’”, (Fernandes, 1987, p. 70). A noção de marginalização e exclusão explica estas dificuldades enfrentadas pela população negra, em seu pensamento, a serem modificadas, também a dominação racial, para uma efetiva

democracia no âmbito das relações entre grupos diferentes e desiguais. Fernandes apontou ainda para a “distribuição desigual das oportunidades”, que atinge espaços como o das ocupações ou ambientes como o da educação. Portanto, para o efetivo ingresso do negro na sociedade de classes, para a sua “auto-emancipação coletiva”, Fernandes (1987) defendeu a luta do negro como a “(...) pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira”, (Fernandes, 1987, p. 71). Logo, a grande crítica que Fernandes<sup>112</sup> fez à idéia da democracia racial parte da análise de que a “exclusão do negro seria uma reminiscência do escravismo que seria superada com o pleno estabelecimento de uma ordem competitiva” (In: CENEG, 2004, p. 15) e, se esta exclusão foi consequência da escravidão, não poderia haver democracia racial, haja vista que esta implica a idéia de participação efetiva nas decisões no que concerne aos diferentes grupos e, ao mesmo tempo, mudança das desigualdades para uma inclusão de fato daqueles segmentos marginalizados.

Octávio Ianni (1987) corroborou o trabalho de Florestan Fernandes, mas também alertou para as barreiras referentes a “estrutura econômico-social mista”, no que se refere ao processo de democratização que permite coexistir “elementos estruturais do passado” juntamente com as características modernizantes da sociedade capitalista. E, que autoriza também, “(...) um conjunto de normas e ideais discriminatórios que dificultam especialmente a integração e mobilidade social das populações negras e mestiças”, (Ianni, 1987, p. 286). Logo, as heranças que admitiam a continuidade das relações raciais assimétricas precisariam ser superadas, e segundo Fernandes, isso ocorreria através do desenvolvimento da sociedade de classes, cujo significado em seu pensamento condiz com um processo de democratização efetivo.

---

<sup>112</sup> De acordo com estudos do Centro Nacional de Cidadania Negra - CENEG, 2004.

Citando Florestan Fernandes,<sup>113</sup> Ianni (1987) defendeu que, na situação da passagem do regime escravocrata para o “regime de classes”, o “trabalho livre” não contribuiu para a “revalorização social do negro”. Haja vista que, juntamente às mudanças ocorridas, “(...) perpetuaram-se as representações coletivas sobre o negro e o mestiço, bem como os padrões de comportamento”, (In: Ianni, 1987, p. 286). Prevaleceu o “antigo padrão de tratamento recíproco assimétrico”. Logo, reproduziu no decorrer das décadas as atitudes e ações “(...) discriminatórias vigentes nos setores econômico, político e social”, (Ianni, 1987, 286). O que reforça a tese da marginalização da raça negra, na análise do seu pensamento social, mesmo dentro de uma sociedade de classes que, juridicamente, defende o direito de todos serem iguais perante a lei. Mas, para Fernandes, o processo desencadeado com a implantação do trabalho livre, a sociedade aberta, também conduziria a um ambiente de inclusão a partir da democratização das relações raciais.

O processo de transição do trabalho escravocrata, compulsório, para o trabalho livre ocorreu devido a vários fatores, segundo Libby e Paiva (2000). Eles afirmam que havia a pressão internacional, além da pressão interna por parte de abolicionistas. Do ponto de vista externo, houve em 1807 a proibição do tráfico pela Inglaterra, em 1808, a proibição pelos Estados Unidos da América, em 1840, aumentaram as pressões britânicas, que, a partir de 1845, passaram a caçar navios negreiros em águas marítimas brasileiras, mas somente em 1850 houve a proibição, do ponto de vista jurídico, do tráfico de escravos no Brasil. Em 1865, houve o fim da escravidão nos Estados Unidos da América após conflitos internos.<sup>114</sup> Ainda no cenário externo, países como o Peru e a Venezuela, tiveram a abolição em 1854. Do ponto de vista interno, na guerra do Paraguai, o governo brasileiro “(...) ofereceu liberdade aos escravos que se alistassem para combater”, (Libby e Paiva, 2000, p. 65). No ano de 1871,

---

<sup>113</sup> Ver Ianni, 1987, p. 286, citando “Roger Bastide e Florestan Fernandes, ‘Cor e Estrutura Social em Mudança’, in *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, São Paulo, Anhembi, 1955, p. 109”.

<sup>114</sup> Ver Libby e Paiva, 2000, p. 60-61.

com o interesse do governo de “esvaziar” o movimento abolicionista, e “(...) assegurar aos setores produtivos, sobretudo o da agroexportação, mão-de-obra e tempo suficientes para uma transição ordeira ao trabalho assalariado” (Libby e Paiva, 2000, p. 67), houve a criação da Lei do Ventre Livre.<sup>115</sup> Em 1885, houve no país a criação da Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários.<sup>116</sup> No ano de 1886, foi proibido o castigo por açoite e em 13 de maio de 1888, foi oficialmente abolida a escravidão no Brasil.<sup>117</sup> Portanto, o processo de transição do trabalho compulsório para o trabalho livre dos escravos, negros e seus descendentes, foi um processo lento e que sofreu várias influências. A nação brasileira, analisada por Freyre e Fernandes, passava por diversas transformações que influenciaram diretamente a esfera das relações raciais, e cada um analisou essas mudanças a partir de suas perspectivas. Mas, é relevante apontar que de acordo com o trabalho dos autores citados, Libby e Paiva (2000), muitas destas medidas foram em grande parte confinadas ao papel, sem que de fato ocorressem dentro das relações raciais e sociais que se travaram no Brasil do período de desagregação do escravismo e, conforme Florestan Fernandes, no período pós-abolição, o negro continuou a ocupar o lugar de subordinado dentro da civilização brasileira.

Confirmando o trabalho de Florestan Fernandes<sup>118</sup> é que Libby e Paiva (2000) irão expor que certos hábitos escravistas no país continuaram vigorando, hábitos que “(...) impregnam as relações de mando e de trabalho no Brasil atual”, (Libby e Paiva, 2000, p. 71). Ou seja, a postura autoritária e a preservação de valores escravocratas ainda persistiram no universo cultural brasileiro.

De acordo com o exposto anteriormente, a mestiçagem, consequência do cruzamento de raças que houve no Brasil, teve como principal defensor, Gilberto Freyre.<sup>119</sup> E,

---

<sup>115</sup> Ver Libby e Paiva, 2000, p. 67.

<sup>116</sup> Ver Libby e Paiva, 2000, p. 68.

<sup>117</sup> Ver Libby e Paiva, 2000, p. 68-69.

<sup>118</sup> Ver o segundo capítulo desta dissertação.

<sup>119</sup> Ver o primeiro capítulo desta dissertação.

há divergência em sua visão do elemento mestiço em relação à perspectiva de Florestan Fernandes.<sup>120</sup> Se em Freyre a consequência da miscigenação, ou seja, o mestiço, representou o símbolo da democracia racial, ponto de comprovação da harmonia entre as raças, em Fernandes, o mestiço, que ele denominou de mulato, ocupou uma posição social semelhante ao negro. Daí não haver destaque em seu pensamento social para a situação da miscigenação como há na obra de Freyre. Passível tanto quanto o negro de sofrer as consequências do preconceito e da discriminação racial – a não ser que possuísse a pele clara, e então passasse pela aparência de branco -, o mulato em Fernandes foi pertencente ao estrato racial subordinado no padrão de relações raciais assimétricas. Assim, os mulatos ocuparam as camadas mais baixas da sociedade e disputaram por ocupações com as mesmas limitações da população negra.

Por tudo isso, podemos verificar, tanto nas análises de Freyre, como na construção teórica de Fernandes, que o preconceito e a discriminação racial atuaram no sentido de preservar a posição de dominação de um estrato racial sobre o outro. Em Freyre, a percepção deste fato ocorreu sutilmente, haja vista a sua defesa da harmonia entre as raças e em Fernandes, diretamente, dado os seus estudos sobre o preconceito de cor.<sup>121</sup> Um exemplo de preconceito na obra de Freyre foi a imposição da religião do estrato dominante sobre os negros africanos que chegavam ao Brasil. Como discriminação racial, o fato de ser escravo o negro ou seus descendentes, e não o elemento branco. Por outro lado, em Fernandes, o preconceito de cor – categoria nativa que congregou atitudes e ações de rejeição à população negra -, agiu fortemente no sentido da manutenção de privilégios do estrato branco, herdados do período escravocrata. Mas, segundo Fernandes (1978), e corroborado por Ianni (1987), o preconceito e a discriminação não chegaram a ser itens relevantes no quesito competição entre a raça negra com a raça branca devido ao fato de as posições ocupadas pelos membros dos

---

<sup>120</sup> Ver o segundo capítulo desta dissertação.

<sup>121</sup> Ver respectivamente o primeiro e o segundo capítulo desta dissertação.

grupos raciais serem distantes o suficiente para uma não representar, necessariamente, ameaça para a outra. Mas, analisando que tanto o preconceito como a discriminação contribuíram para a manutenção da distância entre os grupos, podemos concluir que eles foram elementos de redução da competitividade na medida em que não permitiram a aproximação das raça negra de posições mais elevadas na hierarquia social. Sendo este ponto uma das hipóteses elaboradas para a busca de resposta nesta dissertação, defendemos anteriormente a idéia de que a situação de subordinação do negro em relação ao branco era consequência da competição entre estes segmentos raciais. Mas, ampliando o debate, de acordo com Octávio Ianni (1987), esta hipótese é discutível devido à posição de dominante do segmento branco. A competição é uma parte da situação, mas não explica tudo. Mas, se por um lado pode ser considerada um equívoco a idéia de competição, tendo o preconceito e a discriminação como consequências do estado competitivo no sentido de mecanismos de redução da concorrência entre grupos raciais diferentes, Valente (1994), contribuiu com o debate sobre a nossa hipótese ao expor que, se durante o período escravocrata o negro era considerado uma mercadoria, logo, não havia com quem competir. Após o trabalho livre, e com a disputa de posição principalmente com os imigrantes europeus, a competição demonstrou sim, que o preconceito e a discriminação existentes contribuíram para a exclusão do negro em relação ao branco e demonstrou ainda uma desigualdade “de fato” diante de uma igualdade “de direito”.

Outro aspecto de divergência entre os sociólogos analisados refere-se às relações raciais propriamente ditas. Para Freyre, conforme exposto anteriormente, as relações raciais no Brasil caracterizaram pelo predomínio do equilíbrio entre as raças, e este equilíbrio representou a prova da democracia racial existente na sociedade brasileira desde o período escravocrata, mesmo com as raças ocupando posições sociais diferentes e desiguais. Para Fernandes, as relações raciais no Brasil representaram um problema social grave para a continuidade do desenvolvimento da ordem social competitiva na esfera social, e, as

dificuldades enfrentadas pela raça negra a impediu de compartilhar de destino comum no plano nacional. Logo, se para o primeiro, as relações raciais significaram a demonstração de solução para uma sociedade multirracial, para o segundo, implicava problemas a ser resolvidos, caso contrário comprometeria o desenvolvimento da nação, embora, o avanço da sociedade de classes permitisse a consolidação do processo de democratização das relações raciais.<sup>122</sup> No que se refere à relação de escravo ocupada pelo negro, Freyre e Fernandes convergem a respeito da ação degradante da escravidão sobre o negro, no sentido de embrutecimento do ser humano. O trabalho compulsório, na visão de ambos, retirou do negro a sua identidade, desafricanizando-o e deformando a sua pessoa. Mas, em relação a escravidão em si, Freyre abordou o período de modo normal, sem grandes críticas, demonstrando somente a contribuição das diferentes raças para a construção da nação brasileira. Por outro lado, Fernandes, ao expor o padrão assimétrico de relações raciais herdado da escravidão, demonstrou como esta significou desigualdades, principalmente, do ponto de vista das interações entre as raças.

Nos dois autores o negro não foi somente um elemento passivo, pois, dentro de suas possibilidades, reagiu a dominação e espoliação do estrato branco da população. Em Freyre, ele citou a fuga para os quilombos, como mecanismo de reação do negro. E, para Fernandes, na análise dentro da sociedade de classes, houve a atuação dos movimentos sociais negros, buscando integrar de fato este grupo racial à sociedade competitiva. Em ambos os sociólogos, é possível verificar que, embora tenha havido reação à posição de subordinado, bem como as implicações desta situação, essas reações demonstraram a insatisfação da raça negra por um lado, mas não chegaram a representar mudança efetiva, em termos de qualidade de vida, da coletividade negra. Por outro lado, as reações foram o início de construção da identidade desse estrato racial, de acordo com Fernandes (1978).

---

<sup>122</sup> Ver o primeiro e o segundo capítulo.



Além das relações de desigualdades nas relações raciais no pensamento social dos dois sociólogos, Freyre e Fernandes, onde constatamos que no primeiro, esta desigualdade é possível de ser observada indiretamente, haja vista a sua defesa da harmonia entre as raças, e, verificamos que a harmonia, conforme demonstrada pelo autor, conviveu com a desigualdade. No segundo autor averigüamos a desigualdade racial de forma direta, dado ser este um dos objetivos de Fernandes. Mas, é possível trabalhar também com a idéia de cooperação entre as raças no pensamento destes sociólogos. Em Freyre, uma constatação. A relação entre o senhor, branco, e o escravo, negro, implicou um processo de contínua cooperação entre ambos. No entanto, podemos constatar, uma cooperação compulsória na parte que se refere aos escravos dentro da produção. E, também, uma cooperação que dispensava a liberdade de decisão pelo estrato dominado devido ao senhor de escravos apoderar da parte mais significativa do processo produtivo e ser preponderante na situação de mando. Mas, do ponto de vista da cultura, a influência mútua dos grupos raciais ocorreu de forma espontânea, mesmo com a negação do estrato dominante sobre a importância do estrato dominado. Freyre, com a defesa do equilíbrio entre as raças e a conseqüente miscigenação, demonstrou que as interações entre as raças no Brasil não foram de domínio unilateral. E, sim, de reciprocidade. Ele observou como ocorreu este processo na linguagem, na alimentação, nos hábitos, costumes e mesmo nos valores.

Fernandes, por sua vez, ao pesquisar o padrão assimétrico de relações raciais e a marginalização do negro através do desajustamento dentro do sistema de classes, do pauperismo, da desorganização familiar, enfim, da exclusão, insinuou que, com o avanço da sociedade de classes e a sua consolidação, haveria um respectivo e simultâneo processo de democratização das relações raciais, conforme discutido anteriormente. O que ele chamou de processo de democratização pode ser considerado como cooperação entre as raças, ponto rompido com a abolição. A diferença é que, em seu pensamento, esta tese que defendemos

aqui corresponde a uma cooperação com liberdade de decisão não somente para um estrato racial, mas para ambos.<sup>123</sup> Portanto, em seu pensamento a cooperação ocorreria no âmbito das relações sociais entre as raças, com a diminuição ou eliminação do preconceito de cor, com o esclarecimento da população branca sobre a importância da população negra e sua própria cegueira no que se referia às questões raciais, maior inclusão no âmbito das ocupações, enfim, rompimento com o ciclo de marginalização a que os negros estavam submetidos.<sup>124</sup> Em suma, a cooperação em Freyre, compulsória e espontânea, já havia entre as raças. Em Fernandes, corresponde a uma necessidade que deveria ser desenvolvida dentro do sistema de classes.

Quando nos referimos às relações de domínio e subordinação, tanto em Freyre como em Fernandes, podemos dissertar sobre outro aspecto importante: as relações de poder, poder enquanto probabilidade de impor os próprios interesses dentro de uma relação social.<sup>125</sup> Nesse sentido, constatamos que a situação de mando do estrato racial branco sobre o estrato racial negro não ocorreu somente na esfera econômica, embora as outras preponderâncias basearam-se neste âmbito, as relações de poder dos dois grupos nos dois sociólogos eram situações desiguais. Mesmo com a defesa da democracia racial em Freyre, da relação de interdependência entre as raças, podemos verificar, contraditoriamente, que esses aspectos conviveram com o branco ocupando o lugar de senhor, que mandava e era obedecido, ou seja, exercia o poder em proveito próprio, ainda que por meio do uso da violência<sup>126</sup>, e com o negro, cujo lugar de escravo demonstrou a sua subordinação ao poder do senhor. Em Fernandes, não houve ruptura entre as relações de poder de um estrato com o outro, ao contrário, ao expor sobre a continuidade das relações assimétricas entre as raças, ele

---

<sup>123</sup> Sobre o aspecto da liberdade, recomendamos a leitura de Amartya Sen, 2000.

<sup>124</sup> Ver suas análises sobre o trabalho dos movimentos reivindicatórios e a necessidade do branco também ser conscientizado do problema das relações assimétricas entre as raças, conforme o primeiro capítulo.

<sup>125</sup> Ver discussão ampla sobre poder de acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1997, p.933-943.

<sup>126</sup> A este respeito ver o terceiro capítulo.

demonstrou não somente a relação na esfera econômica, social e cultural – principalmente no que se refere ao quesito educação formal - como temos também em seu pensamento os brancos determinando, por ocupar cargos de mando, a posição dos negros. Portanto, quando observamos as relações de dominação e subordinação, tanto nos estudos de Freyre, como nas teorias de Fernandes – embora partindo de perspectivas díspares - ambos convergem no quesito desigualdade de poder entre as raças na sociedade brasileira.

E, nessas relações raciais que se travaram no Brasil, relações de dominação e de subordinação, insistimos acerca da desigualdade de poder entre as raças, além da desigualdade social e econômica. A situação de mando esteve sempre em mãos do grupo branco em detrimento do negro.

Nesta parte deste capítulo enfatizamos algumas discussões sobre aspectos convergentes e divergentes em Freyre e Fernandes, retomaremos a partir desta fase, a discutir sobre o lugar do negro no pensamento social destes autores, e também, procuraremos demonstrar como os dois sociólogos possuíam a idéia de desenvolvimento social em suas preocupações com a nação brasileira a partir da análise das relações raciais.

#### 4.2 O Lugar do Negro no Pensamento Social de Freyre e Fernandes, Raça e Desenvolvimento Social

Retomando alguns conceitos, é relevante observar que, ao se pensar raça, estamos tratando de uma construção social e categoria nativa. Trata-se, na realidade, de um conceito forjado histórico e socialmente. E também, de uma busca de identidade social ou, de descrição da identidade social dos diferentes grupos.<sup>127</sup> Silva (1995) expôs acerca da identidade coletiva que esta se trata dos “(...)aspectos sócio-culturais [que] envolvem a noção de grupo social.

---

<sup>127</sup> Ver Guimarães, 2003.

Estes aspectos delineiam para o indivíduo os caminhos de sua trajetória e determinam a sua identidade social”. Logo:

*“A identidade social surge do processo de identificação do indivíduo com aqueles considerados importantes em sua socialização. Logo, a identidade social se interrelaciona com a identidade pessoal; sendo assim, não existe a possibilidade da construção de uma identidade pessoal desvinculada da identidade social.” (Silva, 1995:26).*

No entrelinhamento das raças no Brasil, vamos encontrar visões diferentes do fenômeno, conforme Freyre e Fernandes. Ponto explicitado, anteriormente, a que retornaremos adiante.

Pensando a questão da identidade, encontraremos dificuldade em definir os afro-descendentes no Brasil, devido ao processo de miscigenação. A variedade de nomes atribuídos a eles dificultou a construção de uma identidade social.<sup>128</sup> Porém, com o surgimento do movimento negro no séc. XX, este reivindicou a terminologia “negro” para àqueles que eram descendentes de africanos, trazidos ao Brasil, para trabalhar como escravos. Essa terminologia, conforme podemos perceber, é um conceito político de identidade reivindicada pelos movimentos negros afim de construir uma identidade para os descendentes de africanos, e assim, possibilitar não só a mobilização, mas também, o resgate de um conceito que antes era adotado pelo segmento branco da população brasileira para denominar o estrato subordinado a eles de modo pejorativo. Nesse resgate da noção de negro, houve a sua transformação em uma identidade portadora de características positivas, ressaltando por exemplo a importância desta raça para a construção da nação brasileira, conforme Fernandes (1978).<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> Ver Silva, 1995

<sup>129</sup> Ver também o segundo capítulo desta dissertação sobre os movimentos reivindicatórios.

Desenvolvimento, por sua vez, é um conceito empregado nesta dissertação com o significado de qualidade de vida de uma coletividade, sendo relevante considerar para tal definição, o tempo e o espaço em que ele é aplicado. Segundo Wallerstein (1985), a idéia de desenvolvimento esteve historicamente relacionada à idéia de progresso, que está ligado a avanço científico e tecnológico, implicando um constante processo de racionalização. Porém esse progresso sempre conviveu com a desigualdade, em espaço macro, por exemplo, podemos citar o sistema-mundo e a hierarquização de países desenvolvidos e países não desenvolvidos. Mas também no espaço micro, como as desigualdades dentro das relações raciais. Diaz (2005) observou sobre o desenvolvimento como este foi vinculado à idéia de “desenvolvimento sustentado, igualitário e democrático” dentro do “processo de democratização da América Latina”. E como a partir da década de 1990, o conceito de desenvolvimento passou a ser trabalhado como desenvolvimento humano, cujos objetivos “(...) foram orientados para a realização da sustentabilidade, inclusão, equidade e democracia, considerando a participação social como elemento imprescindível”. (In: Cattani e Diaz, 2005).

Logo, ao se pensar o conceito de desenvolvimento é relevante considerar as diferentes nuances em como ele foi tratado no decorrer do tempo e do espaço. E, quando se trata de desenvolvimento social, este pressupõe o conjunto dos aspectos econômico, político e sócio-cultural, que devem ser, necessariamente, considerados na análise dentro de sistemas históricos e/ou estruturais concretos.

Um último conceito a ser esclarecido, é o conceito de nação. Segundo Guimarães (2003), “Quando etnias ou raças passam a reivindicar um destino político comum, quando formam uma comunidade de origem e de destino, então estamos em presença de uma nação”, (Guimarães, 2003, p. 97). Por outro lado, ao se pensar as relações raciais no Brasil, é relevante trabalhar com a idéia de Estado-nação. Segundo esse autor, Estado, por sua vez, “(...) é a organização política que tem domínio sobre um território e monopoliza o uso

legítimo da força.” (Guimarães, 2003, p.97). Estado-nação, por outro lado, implica em formações surgidas no século XIX. Logo, são:

“(…) entidades que emitem passaporte, que erigem e controlam fronteiras, que garantem direitos a seus cidadãos, mas às quais, ao mesmo tempo, esses cidadãos devem se identificar como filhos, devendo-lhes amor e fidelidade; e que são, ao mesmo tempo, comunidades políticas e de destino”. (Guimarães, 2003, p.97)

Gilberto Freyre (2004) ao analisar a construção do Brasil a partir da formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, demonstrou como as relações de raça foram essenciais para tal constituição. O encontro de europeus, indígenas e africanos foi essencial para a construção da nação brasileira, ou seja, misturada desde o começo, a sociedade brasileira foi de todas da América, de acordo com a sua concepção, a que se formou mais “harmoniosamente” no que se refere às relações de raça. Segundo ele, o Brasil constituiu-se em um ambiente de “quase reciprocidade cultural”, que culminou no maior aproveitamento de “valores e experiências”, das raças, principalmente dos “atrasados” pelo “adiantado”. De acordo com o seu pensamento, “(...) no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado”. (Freyre, 2004, p. 160).

Defendendo a harmonia entre as raças, Gilberto Freyre em sua análise culturalista, resgatou a vida íntima do brasileiro, cotidiana, trabalhando com os conceitos de cultura adiantada e cultura atrasada. Sendo que, o que ele considerava como cultura atrasada, a saber, indígena e africana, foi elemento com atuação criadora para o desenvolvimento nacional, através da mistura contínua entre as raças, haja vista que estas não se isolaram em “(...) bolões duros, secos, indigestos, inassimiláveis; ao sistema social do europeu”, ao contrário, fez-se “(...) sentir na presença viva, útil, ativa, e não apenas pitoresca, de elementos com atuação criadora no desenvolvimento nacional.” (Freyre, 2004, p.231).

Sob o mesmo ponto de vista, Freyre (2004) destacou a importância dos hábitos e costumes das raças que, no Brasil, se encontraram para o seu desenvolvimento social. Embora tenha havido problemas como o uso de violência contra escravos, a imposição de uma cultura européia, extermínio de raças dominadas, o autor citado trabalhou com a idéia de “antagonismo equilibrado”. Logo:

“(…) A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parecem residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados. (...) Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos em um todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro. Lars Ringbom vê grandes possibilidades de desenvolvimento de cultura no mestiço: mas atingido o ponto em que uma metade de sua personalidade não procure suprimir a outra. O Brasil pode-se dizer que já atingiu esse ponto (...)”. (Freyre, 2004, p. 418).

Como defendemos anteriormente, a idéia de mestiçagem é central no pensamento de Gilberto Freyre. O mestiço constituiu não somente ponto de encontro das raças que construíram o Brasil, mas uma consequência desse encontro e o futuro da nação brasileira.

Portanto:

“(…) na freqüência das uniões irregulares de homens abastados – negociantes, eclesiásticos, proprietários rurais – com negras e mulatas, devemos enxergar um dos motivos da rápida e fácil dispersão da riqueza nos tempos coloniais, com prejuízo, não há dúvida, para a organização da economia patriarcal e para o Estado capitalista, mas com decididas vantagens para o desenvolvimento da sociedade brasileira em linhas democráticas”. (Freyre, 2004, p.535).

Gilberto Freyre possuía uma visão otimista da sociedade brasileira no que concerne ao encontro das raças. E, embora expôs sobre o desenvolvimento social, humano, e a democracia racial, aceita ele a idéia de dominação de um estrato racial sobre o outro, ou seja, o negro, em seu pensamento, está incluso numa sociedade patriarcal e escravocrata, tendo um lugar reservado, o lugar de escravo.

Florestan Fernandes, trabalhando em um contexto tempo-espaço diferente,<sup>130</sup> concordou com Freyre acerca da dominação de um estrato racial, branco, sobre outro, negro, mas divergiu no que se refere ao elemento mestiço. Insistimos, neste aspecto, que Fernandes (1978), ao analisar a integração do negro na sociedade competitiva, período pós-escravocrata até meados do século XX, expôs o mestiço em situação semelhante ao negro. Logo, ao discutir sobre o negro neste autor, simultaneamente, estamos tratando de todos os afro-descendentes, incluindo os mestiços descendentes de africanos. Há também outro aspecto em que Fernandes abordou sobre a miscigenação: trata-se do aspecto de clareamento da população, ou melhor, o processo de supressão do negro por meio do branqueamento.<sup>131</sup>

A análise de Florestan Fernandes sobre a incorporação do negro na sociedade competitiva, é pertinente no que diz respeito à questão teórica mais ampla de inclusão de determinado segmento populacional em uma sociedade. Segundo o autor, este foi um assunto pouco explorado pelos sociólogos brasileiros, e, como o negro e o mulato foram o contingente da população que tiveram o início mais difícil para a incorporação ao “regime social” constituído a partir da longa “desagregação da ordem social escravocrata e senhorial” e também, da emergência do “capitalismo no Brasil”, o tema ainda possui maior relevância.<sup>132</sup>

Segundo Fernandes, a absorção das relações raciais pela modernização no Brasil constituiu um dos “(...) problemas sociais mais graves para a continuidade do desenvolvimento da ordem social competitiva na sociedade brasileira”. Preocupado com a inclusão da população negra no processo de “(...) formação, consolidação e expansão do regime de classes sociais no Brasil”, o autor expôs como este contingente racial foi abandonado à própria sorte, sem a preparação necessária, para o ingresso na sociedade

---

<sup>130</sup> Florestan Fernandes desenvolveu seus estudos em São Paulo, analisando o período pós-abolição e Gilberto Freyre analisou o período escravocrata, no nordeste brasileiro.

<sup>131</sup> Ver Florestan Fernandes, 1978, p. 112; 125, e também, Skidmore, 1976.

<sup>132</sup> Ver Fernandes, 1978, p. 09, e também, o segundo capítulo desta dissertação.



capitalista emergente. Portanto, com o dismantelamento do “regime escravocrata e senhorial” que ocorreu no Brasil, sem que substituísse a “destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre, (Fernandes, 1978, p. 15), esses ficaram condenados a própria sorte. Ainda para Fernandes (1978), os antigos senhores de escravos foram desobrigados à “responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos”, e, nem o Estado, a Igreja, ou outra instituição comprometeram-se de preparar o antigo agente de trabalho escravo para “o novo regime de organização da vida e do trabalho”. Logo, o “liberto”, percebeu-se “convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo”, (Fernandes, 1978, p. 15), tornou-se “responsável por sua pessoa e por seus dependentes”, mesmo sem os elementos, ou “meios materiais e morais”, necessários a sua realização “nos quadros de uma economia competitiva”. E, para o sociólogo, essas nuances da “situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel”. Dado que a situação do negro e do mulato converteu-se, em uma “ironia atroz”, citando Rui Barbosa tempos após a abolição, logo, Fernandes expôs que “(...) concretizara-se, de modo funesto, imprevisto e em escala coletiva, o vaticínio de Luís Gama ao traduzir os anseios de liberdade de certo cativo: ‘falta-lhe a liberdade de ser infeliz onde e como queira’”, (Fernandes, 1978, p. 15).

Florestan Fernandes concordou com Gilberto Freyre sobre o aspecto de que no período escravocrata o negro possuía um lugar reservado para ele como agente de trabalho nas relações de produção, o lugar de escravo. Com o advento da ordem social competitiva, urbana, o lugar reservado deixou de existir, haja vista que a sua liberdade consistia em desamparo: “(...) Doutro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e duradouro, em escala grupal, das oportunidades novas”. (Fernandes, 1978, p.19).

O desajustamento estrutural do negro e do mulato à nova ordem social devido a condições anômicas de existência foi possível ser verificado devido aos diversos problemas sociais aos quais foram submetidos. A “vadiagem sistemática”, “a especialização na área do crime”, a “exploração do trabalho da mulher”, a “prostituição”, a persistência no “cortiço”, a “desorganização da vida sexual”, “abuso sexual de menores”, a “promiscuidade”, “o abandono do menor, dos velhos e dos dependentes”, a “mendicância”, a discriminação, o racismo, o “alcoolismo”, a inexistência de uma estrutura familiar sólida e generalizada foram alguns dos problemas aos quais ficaram submetidos, o negro e o mulato, depois da abolição da escravatura, conforme citado anteriormente.

Em Barros e Mendonça (1995), encontraremos um conceito de discriminação que auxilia-nos em nossa análise. Logo:

“Discriminação é o tratamento desigual de indivíduos com iguais características baseado no grupo, classe ou categoria a que pertencem. O tratamento desigual de indivíduos com iguais características representa um importante desvio do ideal de igualdade de oportunidades e, portanto, qualquer forma de discriminação é uma fonte de preocupação social”. (Barros e Mendonça, 1995, p.33).

Encontramos também em Wallerstein (1985) a definição de racismo como fenômeno desencadeado pela negação do outro dentro das relações raciais, “(...) foi a estratificação da força de trabalho no sistema histórico, cujo objetivo não era expulsar, mas manter os grupos oprimidos dentro do sistema.” O que “(...) criou a justificção para a baixa remuneração do trabalho produtivo, apesar da sua primazia na definição do direito a remunerações”. (Wallerstein, 1985).

Logo, a partir das definições acima na análise das relações raciais, podemos verificar, conforme Florestan Fernandes, que com a mudança do sistema histórico,<sup>133</sup> as diferentes raças que formaram o Brasil não tiveram as mesmas oportunidades, situação

---

<sup>133</sup> Ver Wallerstein, 2002.

visível, principalmente, dentro da emergente sociedade de classes capitalista. Desse modo, a função das relações raciais vigentes adquiriu a característica meramente de manter a estrutura racial com suas respectivas posições herdadas da “sociedade de casta”, escravocrata, sem maiores mudanças em sua base, os negros dominados, nas posições da “plebe”, de modo que esses não reivindicassem maior participação, resguardando o *status quo* do grupo dominante que disciplinava os demais grupos nos diferentes espaços da sociedade. Portanto, o “padrão de isolamento econômico e sócio-cultural” provocado por fatores como “a degradação pela escravidão”, “a anomia social”, “a pauperização” e “a integração deficiente” caracterizaram a situação do negro e do mulato dentro de uma sociedade que se dizia “competitiva”, “aberta” e “democrática”.

Em síntese, a reprodução das desigualdades econômicas, sociais e políticas e as situações de desajustamento entre as raças ocorriam devido à reprodução da estrutura racial. O processo acontecia de modo a preservar a estratificação entre as raças e também a divisão social, mantendo assim, a distância que separava os diferentes estratos e suas respectivas posições.

É relevante assinalar que a emergência da sociedade capitalista representou para Florestan Fernandes “(...) a organização dos fatores do crescimento econômico e do desenvolvimento social”, que, por sua vez, significaram uma ruptura com o passado escravocrata sem possibilidade de qualquer “intercâmbio estreito e produtivo” com este último. O aspecto positivo, segundo o autor, neste ambiente onde o negro encontrava-se em complexo contexto era a “(...) exigência e, sobretudo, um desafio ao negro, para que se despojasse da natureza humana que adquirira anteriormente e adotasse os atributos psicossociais e morais do ‘chefe de família’, do ‘trabalhador assalariado’, do ‘empresário capitalista’, do ‘cidadão’”. (Fernandes, 1978, p.95)

No estudo das relações entre as raças segundo Florestan Fernandes, considerando a “rede de relações raciais” da forma como ela se apresentou no período analisado por este sociólogo, e que provocava a impressão de que a “desigualdade econômica, social e política”, prevalente entre o negro e o branco, fosse consequência do preconceito de cor, na realidade, a “análise histórica-sociológica” demonstrou que “esses mecanismos”, adquiriam a função de “manter a distância social e o padrão correspondente de isolamento sócio-cultural”, perpetuados em “bloco” devido à continuidade “indevida de estruturas parciais arcaicas”. Logo, o preconceito e a discriminação não gerou a marginalização sistemática do negro, de acordo com suas pesquisas, mas esta situação foi “herdada” do período escravocrata, na medida em que os “padrões de relações raciais” desse período foram reproduzidos no sistema de classes. Devido a isso, desde a desagregação da escravatura, o preconceito de cor não possuía como objetivo a instituição de “privilégios econômicos, sociais e políticos, para beneficiar a raça branca”, e sim, possuía como função “(...) defender as barreiras que resguardavam, estrutural e dinamicamente, privilégios já estabelecidos e a própria posição do “branco” em face do “negro”, como raça dominante”. ( Fernandes, 1978, p. 249).

Podemos afirmar, em suma, que na análise das relações raciais no pensamento de Florestan Fernandes, não há a predominância da harmonia entre os estratos raciais, ou, o que Gilberto Freyre denominou de antagonismo equilibrado, mas, ao contrário, prevaleceu o conflito entre as raças, ora manifesto, ora latente. E, o lugar do negro e do mulato no pensamento social de Florestan Fernandes é, dentro de uma ordem social competitiva, pós-escravocrata, ocupando o estrato subordinado da hierarquia racial. Se o estudo de Gilberto Freyre sobre o encontro das raças no Brasil e o processo de mestiçagem o conduziu a pensar em um desenvolvimento social dentro da nação brasileira, com efetiva democracia racial, Florestan Fernandes, por sua vez, com suas reflexões, considerou que o avanço da sociedade de classes, capitalista, que se afirmava igualitária, democrática, não havia estabelecido a

igualdade entre as raças. Embora pensando em um processo de democratização racial, Fernandes constatou em seus estudos a desigualdade cultural, política, social e econômica presente nas relações raciais. O que ele chamou de desenvolvimento social, a saber, a emergente sociedade capitalista, com seu sistema de classes sociais, o processo de democratização e de trabalho assalariado, não foi suficiente para dissipar a disparidade entre o grupo racial dominante e o dominado.

Portanto, pensando o desenvolvimento social como qualidade de vida de uma coletividade e considerando o tempo e o espaço, podemos afirmar que no estudo das relações raciais no Brasil, prevaleceu o domínio social, político, econômico e cultural de um estrato racial sobre os outros, sendo que para a raça negra no Brasil, a qualidade de vida não se efetivou em termos coletivos. Dessa maneira, a miscigenação defendida por Freyre conviveu com a desigualdade racial e o progresso científico e tecnológico advindo com a sociedade de classes viveu comumente com a desigualdade racial. E, em última análise, o processo de democratização da sociedade brasileira, as idéias de inclusão e participação, igualdade, equidade, de acordo com as obras analisadas, também conviveram com a disparidade entre os segmentos raciais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações raciais que ocorreram no Brasil de acordo com o pensamento social de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes são compostas por diversas faces. A diversidade de características dessas relações fizeram delas um fenômeno complexo pertinente à elaboração científica na busca da interpretação, ordenação e explicação de seus conjuntos de traços.

A procura pelo lugar do negro, de modo específico, dentro das teorias dos sociólogos citados foi o desafio que norteou todo o trabalho. Dessa forma, na apreensão da posição do negro no pensamento social brasileiro foi necessário compreender sua interação com as outras raças, principalmente o estrato racial branco. Assim como a articulação do vocábulo negro com outros conceitos, por exemplo, raça, nação, lugar, e dominação. Também houve a necessidade da discussão sobre a própria terminologia “negro”. E, de acordo com este trabalho, esse termo é uma noção política transformada em tal pelos movimentos reivindicatórios na busca de uma identidade racial, social e cultural para todos os descendentes de africanos. O conceito de raça, por sua vez, foi uma construção social elaborada para a explicação das diferenças entre grupos no que se refere ao ser humano. Primeiramente, utilizada com o intuito de classificar os grupos humanos em superiores e inferiores, apoiado em uma pseudociência que usava as diferenças biológicas como ponto de referência. Depois, passou a ser compreendido como uma orientação e ordenação do discurso sobre a vida social. Em ambos os sentidos, foi um conceito construído socialmente.

A idéia de nação traduziu, nesta obra, a preocupação de raças que reivindicaram um destino político comum, a partir da perspectiva da formação de uma comunidade de origem e também de destino: a formação da sociedade brasileira.

Nesse contexto, lugar e dominação implicam, respectivamente, a posição dentro de uma hierarquia social e relações de poder decorrentes da posição em que a determinada raça ocupou na sociedade. A idéia de lugar permitiu a verificação do estrato negro no que se refere à igualdade ou desigualdade, relevância, contribuições e influência no Brasil de acordo com Freyre e Fernandes. A noção de dominação implicou a idéia de subordinação ou de igualdade, bem como os aspectos que às consolidam.

De acordo com a reflexão de Gilberto Freyre, as diferentes raças que fizeram o Brasil estiveram em constante interação, influenciando-se reciprocamente, e através destas interações, construindo a nação brasileira. No que diz respeito ao negro no pensamento social do autor citado, ele ocupou o lugar de subordinado, haja vista sua condição de escravo. Mas a relação que estabeleceu com o estrato dominante não impediu a sua contribuição para a sociedade brasileira em aspectos como: trabalho, alimentação, linguagem, hábitos, costumes.

Em seus estudos, Freyre enfatizou principalmente a intimidade entre um estrato racial com o outro. A desigualdade entre a condição de senhor e de escravo não foi impedimento para esse tipo de relação íntima. E para demonstrar a harmonia entre as raças, este sociólogo adotou a idéia de antagonismo equilibrado. Reconheceu ele a existência de conflitos, mas estes não comprometeram a relação de equilíbrio entre negros e brancos, bem como aos descendentes dos entrelaçamentos raciais. Dessa forma, para explicar a mistura das raças, Freyre defendeu a noção de mestiçagem, não só como símbolo da democracia racial no Brasil, mas também, como a maior comprovação de um desenvolvimento fecundo da nação brasileira.

Admitiu Freyre o uso da violência pelo estrato dominante no âmbito das relações raciais, e, a reação do estrato racial subordinado às condições de existência, como por exemplo, a fuga para os quilombos. Mas, dentro da sua noção de antagonismo equilibrado, intimidade e distâncias conviveram, sem o rompimento das relações raciais amistosas.

Florestan Fernandes, por outro ângulo, ao analisar as relações raciais no Brasil, situou o negro também no lugar de subordinado. Mas, além desta ocupação, em seu pensamento social, o negro foi marginalizado em um contexto de emergência da sociedade de classes, que era afirmada pelo estrato racial dominante e pela esfera jurídica, como aberta e democrática, no sentido de proporcionar oportunidades a todos.

Assim, com a desagregação do regime escravocrata, Fernandes demonstrou que o negro não foi integrado de modo inclusivo à sociedade. A vigência de um padrão assimétrico de relações raciais herdadas do sistema escravocrata continuou a operar, produzindo a exclusão da raça negra e seus desajustamentos decorrentes desse processo que foram de diversos tipos, por exemplo, desorganização familiar, ausência de incorporação no mundo do trabalho, pauperização, embriaguez, prostituição, e outros, impedindo que o negro tivesse os benefícios da sociedade de classes. Logo, junto à idéia de igualdade entre as raças, prevaleceu uma desigualdade de fato. Desigualdade esta que não era meramente social devido o fato de ser a raça negra o principal grupo espoliado dentro do sistema. Enfim, houve a identificação entre condição racial e posição social.

Florestan Fernandes demonstrou, também, a utilização de mecanismos para a manutenção da distância entre as raças, sendo um deles a pregação de cada segmento racial conhecer o seu lugar, ou seja, o negro manter-se na posição de subordinado e o branco nas esferas privilegiadas da hierarquia social. Portanto, o hiato existente nas relações raciais entre negros e brancos e o padrão de integração na sociedade competitiva representou conflitos não superados na análise do autor em questão. Além disso, outro mecanismo, em Fernandes,



contribuiu para a preservação da distância entre as raças herdadas do período escravocrata: o preconceito de cor – categoria nativa que incorporou o preconceito e a discriminação - e, uma vez interiorizado pelo estrato racial negro, influenciou em uma visão pejorativa de si mesmo.

Todavia, houve reação construtiva do negro à marginalização em que se encontrou submetido. De acordo com Fernandes, os movimentos reivindicatórios de defesa da população negra objetivaram a mudança do quadro de espoliação, que ao longo do tempo, foi estabelecido. Portanto, no referido autor, o negro ocupou o lugar de dominado e marginalizado dentro de um sistema social que possuía como credo a democracia entre as raças.

No debate sobre o negro no pensamento social de Freyre e Fernandes percebemos autores que corroboraram e/ou criticaram as teorias elaboradas pelos sociólogos. Tal qual Freyre, sua idéia de antagonismo equilibrado esteve ameaçada por vários aspectos, como por exemplo, a violência, mesmo assim, em seus estudos, a democracia conseqüente do equilíbrio ainda é relevante para a compreensão das várias faces das relações raciais no período escravista. Finalmente, o debate sobre o negro como mercadoria, ou, como cidadão, e, as conseqüências destas posições no decorrer dos séculos, demonstraram também ser decorrências de comportamentos entre raças secularmente estabelecidos.

No que se refere aos objetivos deste trabalho, houve o cumprimento de todos. A teorização sobre o conceito de raça demonstrou a diversidade de significados que esta adquiriu de acordo com a orientação ideológica e o período em que foi utilizada. A análise do pensamento social de Freyre e Fernandes, conforme exposto, no presente trabalho, demonstrou como a situação do negro no âmbito das relações raciais e dentro da nação brasileira é complexa. E, a reflexão a partir dos paradigmas culturalista e estruturalista, que a princípio pareceu somente díspares, demonstrou convergências entre sociólogos também díspares.

Como demonstração de convergências entre Freyre e Fernandes, há o lugar de subordinado da raça negra à raça branca. O detalhe é que em Freyre, a subordinação apresentou um aspecto de normalidade dentro das relações raciais. E, ela ocorreu através das esferas econômicas, políticas – haja vista que o senhor de escravos ocupou a posição de mando -, e social. Pois, no âmbito cultural houve a reciprocidade de influências, base da democracia racial. Já em Fernandes, a subordinação ocorreu em todas as esferas, sendo que o negro foi totalmente marginalizado em sua teoria, e, embora reagindo, foi excluído da sociedade aberta e democrática.

Outro ponto de convergência entre Freyre e Fernandes foi que, no período escravocrata, o negro possuiu um lugar, ele estava incluso no sistema, embora como escravo. Mas, quando Fernandes analisou a integração do negro na sociedade de classes, demonstrou que já não havia mais lugar preservado para este estrato racial na esfera das relações. A raça negra, então, ocupou o lugar de subordinada devido a sua exclusão do sistema social. E, no que se refere ao elemento mestiço, também houve divergências entre os nossos autores. Para Freyre o mestiço foi a maior prova da democracia racial vigente no país, enquanto para Fernandes, ele foi marginalizado tanto como o negro.

Entre as hipóteses iniciais deste trabalho, o preconceito e a discriminação foram apontados como elementos de redução de competitividade em termos de ocupação social do grupo racial dominado e favorecimento do grupo racial dominante. Em parte esta hipótese encontrou respaldo, principalmente, em casos individuais de ascensão social. Contudo, o que prevaleceu foi que o grupo racial dominante, tanto no pensamento de Freyre como no de Fernandes não foram ameaçados em suas posições, haja vista o distanciamento presente nas relações raciais impedir a concorrência. Então, no que diz respeito a Freyre, não houve competição para a função de escravo de um estrato racial com o outro. A raça negra foi a que ocupou esta posição.

De acordo com o pensamento social de Freyre e Fernandes, nas análises das relações raciais estabelecidas no Brasil, especificamente o lugar ocupado pelo negro, o desenvolvimento social foi visto, pelo primeiro, como a democracia existente entre as raças a partir da perspectiva cultural, e, respectiva contribuição dos segmentos, inclusive os negros, na construção da nação brasileira. E para o segundo, o desenvolvimento social implicou um processo de democratização progressivo das relações raciais dentro da sociedade de classes, aspecto a ser efetivado no decorrer do tempo.

No entanto, é relevante expor que as obras dos dois autores, que possuem pontos de partidas diferentes, análises em períodos também diferentes, são fundamentais para o conhecimento das diversas faces das relações raciais no Brasil.

Portanto, de acordo com o conceito de desenvolvimento social abordado neste trabalho, a qualidade de vida da raça negra, pertencente à coletividade brasileira, no decorrer do tempo e espaço, a partir dos estudos realizados, não se concretizou. No Brasil prevaleceu a dominação de uma raça sobre a outra, apoiada nos aspectos social, político, econômico e cultural. E, ainda que para Freyre houve democracia a partir da perspectiva cultural, a imposição da religião dominante aos segmentos negros demonstrou que ela possuía falhas. Enfim, para a raça negra no Brasil, a qualidade de vida não se efetivou em termos coletivos. A miscigenação defendida por Freyre conviveu com a desigualdade racial. O progresso científico e tecnológico advindo com a sociedade de classes viveu comumente com a desigualdade entre raças. E o processo de democratização da sociedade brasileira, juntamente com as idéias de inclusão e participação, igualdade, equidade, de acordo com as obras analisadas, também conviveram com a disparidade entre os segmentos raciais.

Ainda assim é relevante insistir que, as obras analisadas de Freyre e Fernandes, bem como as suas teorias contribuíram para nossas conclusões, principalmente porque demonstraram as diferentes faces das relações raciais dentro da nação brasileira, a

complexidade destas, e a necessidade de continuar com pesquisas neste âmbito das interações entre as raças.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Guerra e Paz: Casa-grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1994.

BARBOSA, Márcio (org). **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **Os Determinantes da Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995, p.33-34.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BOBBIO, Noberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. “Poder”. In: **Dicionário de Política**. 9 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 933-943, vol. II.

CAILLÉ, Alain. “Dom, a(d)sociação e política”. In: **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 141-157.

CARDOSO, Fernando Henrique. “O Negro na Sociedade de Classes em Formação”. In: **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, p. 269-306.

CARDOSO, Marcos. **Movimento Negro**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sá. (orgs.). **Trabalho e Desigualdades Raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. São Paulo: Annablume, 1998.

CENEG. **Negro: sua história e trajetória no contexto brasileiro**. Uberaba: Integraff Editora, 2004, p. 07-17.

COSTA, Emília Viotti da. “Relações entre Senhores e Escravos”. In: **Da senzala à Colônia**. 4 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 333-355.

DIAZ, Laura Mota. “As faces atuais da pobreza urbana: elementos para uma reorientação da política social”. In: CATTANI, Antonio David; DÍAZ, Laura Mota (orgs). **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ESTEVA, Gustavo; “Desenvolvimento”. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento com o poder**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1978. vol. I. Coleção Ensaios, 34.

\_\_\_\_\_. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: no limiar de uma nova era**. São Paulo: Dominus Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. “O Negro e a Democracia”. **Humanidades**. Brasília: UnB, ano IV, agosto/outubro, 1987, p. 69-71.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49º ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 14º ed. São Paulo: Editora Global, 2003.

GODBOUT, Jacques T. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 33-119.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Como trabalhar com “raça” em sociologia”. In: **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol.29, no.1, p.93-107, jan./jun. 2003.

HALL, Stuart. “A Questão Multicultural”. In: **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003, p. 51-100.

IANNI, Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 01-50; 93-94; 108-109; 110-133; 281-325; 331-356.

KOWARICK, Lúcio. “A Imigração em Massa: produção de homens livres enquanto mercadoria para o capital”. In: **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 81-100.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. **A Escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos**. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira: 1933 – 1974**. 9 ed. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 53-74; 181-202.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria L. de O.; OLIVEIRA, Márcia G. de. **Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

SBERT, José María. “Progresso”. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento com o poder**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 284-299.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 27-71.

SILVA, Consuelo Dores. **Negro, qual é o seu nome?**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SILVA JR., Hélio. “Um Imponente Projeto de Igualdade Racial”. In: COLTRO, Antônio C. M. (coord.). **Constituição Federal de 1988: dez anos (1988-1998)**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 1999, p. 295-312.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 205-276.

TELLES, Edward. **Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará; Fundação Ford, 2003, p. 41-67.

\_\_\_\_\_. “Segregação Racial e Crise Urbana”. In: RIBEIRO, L. C. Q.; JÚNIOR, O. A. S. (orgs.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.189-209.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser Negro no Brasil Hoje**. 11 ed. São Paulo: Editora Moderna, 1994. Coleção Polêmica.

VALENZUELA, Maria Elena. “Igualdade de Oportunidades e Discriminação de Raça e Gênero no Mercado de Trabalho no Brasil”. In: POSTHUMA, Anne Caroline. **Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999, p.149-177.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Capitalismo Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p.81 a 93.

\_\_\_\_\_. **O Fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p.9-29; 155-170.